

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RAELLY BEATRIZ GOMES BENETTI

Impactos psíquicos da imigração à luz da psicanálise: um estudo com mulheres
venezuelanas no noroeste do Paraná

Maringá
2024

RAELLY BEATRIZ GOMES BENETTI

Impactos psíquicos da imigração à luz da psicanálise: um estudo com mulheres venezuelanas no noroeste do Paraná

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, para exame de qualificação para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Domingues

Co-Orientadora: Profa. Dra. Lucienne Martins-Borges

Maringá
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

B465i

Benetti, Raelly Beatriz Gomes

impactos psíquicos da imigração à luz da psicanálise : um estudo com mulheres venezuelanas no noroeste do Paraná / Raelly Beatriz Gomes Benetti. -- Maringá, PR, 2024.

131 f. : tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Domingues.

Coorientadora: Profa. Dra. Lucienne Martins-Borges.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2024.

1. Imigrantes venezuelanos - Maringá - PR. 2. Imigração - Impactos psíquicos - Mulheres. 3. Migração involuntária . I. Domingues, Eliane, orient. II. Martins-Borges, Lucienne, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

CDD 23.ed. 150.195

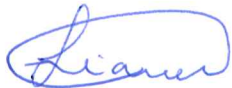
Jane Lessa Monção - CRB 9/1173

RAELLY BEATRIZ GOMES BENETTI

**“Impactos psíquicos da migração à luz da psicanálise:
um estudo com mulheres venezuelanas no noroeste do Paraná”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

COMISSÃO JULGADORA



Profa. Dra. Eliane Domingues
Orientadora-Presidente



Profa. Dra. Lucienne Martins-Borges
Co-orientadora



Profa. Dra. Glaucia Valéria
Pinheiro de Brida
Primeira Examinadora



Profa. Dra. Claudia Medeiros de Castro
Segunda Examinadora

Aprovado em: 27 de março de 2024
Defesa realizada Por Vídeo Conferência.

Ao meu pai (*in memoriam*), cuja experiência como imigrante não encontrou eco em uma escuta, eu dedico esse estudo. Aqui, outras experiências encontraram eco na minha.

AGRADECIMENTOS

Costumo pensar na vida como um caminho. Nele, caminhamos ao mesmo tempo em que o construímos. Cada projeto ao qual nos lançamos corresponde, portanto, a um trecho dessa caminhada. Essa pesquisa significa um importante trecho da minha, que só foi possível percorrer pela presença de algumas pessoas que tiveram os seus caminhos cruzados ao meu. A essas, registro aqui os meus agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus avós Aldir e Tiana (*in memoriam*) por me fornecerem um amor que se aproxima do que chamamos de incondicional. Por me apoiarem e incentivarem em todas as minhas decisões, me possibilitaram chegar até aqui. À minha avó, em especial, que foi minha confidente e de quem eu precisei me despedir no curso dessa pesquisa, deixo meu agradecimento por ser alicerce em cada passo e por celebrar cada pequena conquista, sempre acreditando que elas poderiam se tornar grandes.

À minha mãe, Jeise, que empreendeu diferentes migrações internas, por cidades e estados entre o sul e o centro-oeste do país, sendo a primeira mulher a me colocar em contato com os impactos de um deslocamento. Agradeço por sustentar a maternidade com afeto, cuidado e força, por me proporcionar uma boa criação e formação, e por me ensinar a ter coragem de me lançar ao mundo, tendo a tranquilidade de que tenho para onde voltar. Por esse último, também agradeço aos meus familiares: tios, irmãs, padrasto. Obrigada por serem meu lar e minhas raízes.

Ao meu pai, Clauber (*in memoriam*), cuja relação fez de mim alguém interessada em escutar e acolher o sofrimento do outro, me levando à psicologia e à psicanálise. Por ser um imigrante internacional, que sofreu pessoalmente os impactos do distanciamento familiar e cultural, também devo a ele parte substancial do interesse por essa pesquisa. A ele, de quem me despedi poucos meses após iniciar esse estudo, agradeço pela ajuda e por se mostrar orgulhoso dos rumos profissionais que tomei, ainda que tenha podido acompanhar apenas o começo dessa trajetória.

Aos meus amigos, que me mostram o quão valioso é sentir-se pertencente, agradeço pela parceria, cumplicidade e afeto. Obrigada por serem fonte de incentivo, suporte e de incontáveis bons momentos; são os dias felizes que tornam os difíceis em suportáveis, e que fazem a vida valer a pena.

À profa. Dra. Eliane Domingues, agradeço por aceitar orientar essa pesquisa e por fazê-lo com tamanha paciência, generosidade e bom-humor. Agradeço pelas trocas, orientações, ensinamentos e reflexões ao longo desse percurso e, mais ainda, pelo

acolhimento e pela confiança. Agradeço também à profa. Dra. Lucienne Martins-Borges que conheci, em um primeiro momento, através de sua extensa contribuição sobre as repercussões psicológicas das migrações involuntárias, as quais inspiraram o projeto dessa pesquisa. Obrigada pelo aceite em me coorientar e pelas ricas contribuições. Para mim, foi uma satisfação tê-las orientando esse trajeto.

Agradeço às professoras Dra. Glaucia Brida, Dra. Marcela de Andrade Gomes e Dra. Claudia Medeiros de Castro por comporem as bancas de qualificação e defesa dessa dissertação. Os questionamentos, os apontamentos e as sugestões ofertadas contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho.

Às mulheres venezuelanas, que gentilmente participaram dessa pesquisa, agradeço pela oportunidade de ouvi-las e por compartilharem comigo um pedaço de suas vidas. Obrigada por dividirem suas vivências, os sofrimentos e as expectativas presentes nessa trajetória. Também agradeço à Cáritas, pela solicitude em colaborar com a execução desse estudo. Sem essas contribuições, esse trabalho não seria possível.

Impactos psíquicos da imigração à luz da psicanálise: um estudo com mulheres venezuelanas no noroeste do Paraná

RESUMO

O cenário migratório venezuelano mostra-se como o mais intenso da América Latina e o quarto maior do mundo. Nos últimos sete anos, mais de 5 milhões de venezuelanos saíram de seu país e cerca de meio milhão vive hoje no Brasil; desses, quase 50% são mulheres. Por se tratar de uma migração involuntária e sua partida ser repentina, a imigrante venezuelana deixa em seu país muito do que lhe caracteriza enquanto sujeito e compõe sua identidade: laços, papéis sociais e aspectos da sua cultura, por exemplo. Ao chegar ao país de destino, precisa se haver com os desafios de inserir-se em um território no qual a língua, os lugares e os costumes não lhe são familiares. Assim, além do deslocamento geográfico, há também um deslocamento do campo social e cultural, e as diferenças que se impõem podem ser fronteiras ainda mais difíceis de transpor. Para mulheres e meninas, algumas dificuldades podem ser acentuadas em virtude de questões de gênero. Diante disso, o objetivo desta pesquisa foi conhecer os impactos psíquicos da migração involuntária para mulheres venezuelanas. Para respondê-lo, adotamos como método de investigação e referencial de análise de dados a psicanálise. Realizamos oito entrevistas semiestruturadas com mulheres adultas, venezuelanas, residentes na cidade de Maringá-PR e região metropolitana, às quais chegamos a partir da indicação de uma instituição que realiza trabalhos junto a pessoas em situação de migração e refúgio. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e seu conteúdo foi analisado a partir da leitura-escuta, balizada pela via da transferência instrumentalizada. Concluímos que um dos principais impactos psíquicos da migração involuntária para essas mulheres está relacionado às inúmeras perdas que elas tiveram ao longo do processo de diáspora, iniciadas ainda na Venezuela, e se estendendo às perdas familiares, sociais, culturais e identitárias, vividas no Brasil. Além disso, foram narradas as (im)possibilidades de vinculação com a população brasileira, uma vez que o imigrante ocupa um lugar de não pertencimento no discurso e laço social, acentuando a vulnerabilidade na qual se encontram no país de destino. Por fim, a hipótese de que os papéis de gênero repercutem na experiência migratória parece se confirmar, uma vez que, por determinarem as funções da mulher na família e na sociedade, podem inviabilizar que ela explore outras possibilidades de inserção no laço social; dessa forma, parece potencializar os impactos de uma migração.

Palavras-chave: imigrante; migração involuntária; psicanálise; Venezuela.

ABSTRACT

The Venezuelan migration scenario is the most intense in Latin America and the fourth largest in the world. In the last seven years, more than 5 million Venezuelans have left their country and around half a million are now living in Brazil; of these, almost 50 per cent are women. Because it is an involuntary migration and their departure is sudden, Venezuelan immigrants leave behind much of what characterises them as subjects and makes up their identity: ties, social roles and aspects of their culture, for example. When they arrive in their destination country, they have to deal with the challenges of entering a territory where the language, places and customs are unfamiliar to them. So, as well as the geographical displacement, there is also a social and cultural displacement, and the differences that arise can be even more difficult to overcome. For women and girls, some difficulties can be accentuated by gender issues. In view of this, the aim of this research was to find out about the psychological impacts of involuntary migration for Venezuelan women. To answer this question, we adopted psychoanalysis as our research method and data analysis framework. We carried out eight semi-structured interviews with adult Venezuelan women living in the city of Maringá-PR and the metropolitan region, whom we reached through a referral from an institution that works with people in situations of migration and refuge. The interviews were recorded and transcribed, and their content was analysed through reading and listening, based on instrumental transference. We concluded that one of the main psychic impacts of involuntary migration for these women is related to the countless losses they experienced during the diaspora process, which began in Venezuela and extended to family, social, cultural and identity losses experienced in Brazil. In addition, the (im)possibilities of bonding with the Brazilian population were narrated, since the immigrant occupies a place of non-belonging in the discourse and social bond, accentuating the vulnerability in which they find themselves in the country of destination. Finally, the hypothesis that gender roles have repercussions on the migratory experience seems to be confirmed, since, by determining women's roles in the family and in society, they can make it impossible for them to explore other possibilities for inclusion in the social bond; in this way, it seems to potentiate the impacts of a migration.

Keywords: immigrant; involuntary migration; psychoanalysis; Venezuela.

RESUMEN

El escenario migratorio venezolano es el más intenso de América Latina y el cuarto del mundo. En los últimos siete años, más de 5 millones de venezolanos han abandonado su país y cerca de medio millón viven actualmente en Brasil; de ellos, casi el 50% son mujeres. Por tratarse de una migración involuntaria y su partida es repentina, los inmigrantes venezolanos dejan atrás mucho de lo que los caracteriza como sujetos y conforma su identidad: vínculos, roles sociales y aspectos de su cultura, por ejemplo. Cuando llegan al país de destino, tienen que enfrentarse a los retos de entrar en un territorio donde el idioma, los lugares y las costumbres les son desconocidos. Así que, además del desplazamiento geográfico, también hay un desplazamiento social y cultural, y las diferencias que surgen pueden ser aún más difíciles de superar. Para las mujeres y las niñas, algunas dificultades pueden verse acentuadas por cuestiones de género. En vista de ello, el objetivo de esta investigación fue conocer los impactos psicológicos de la migración involuntaria para las mujeres venezolanas. Para responder a esta pregunta, adoptamos el psicoanálisis como método de investigación y marco de análisis de datos. Realizamos ocho entrevistas semiestructuradas a mujeres venezolanas adultas residentes en la ciudad de Maringá-PR y en la región metropolitana, a las que llegamos por derivación de una institución que trabaja con personas en situación de migración y refugio. Las entrevistas fueron grabadas y transcritas, y su contenido fue analizado a través de la lectura y la escucha, con base en la transferencia instrumental. Concluimos que uno de los principales impactos psíquicos de la migración involuntaria para esas mujeres está relacionado con las innumerables pérdidas vividas durante el proceso de diáspora, que se inició en Venezuela y se extendió a las pérdidas familiares, sociales, culturales y de identidad vividas en Brasil. Además, se narraron las (im)posibilidades de vinculación con la población brasileña, ya que el inmigrante ocupa un lugar de no pertenencia en el discurso y en el vínculo social, acentuando la vulnerabilidad en la que se encuentran en el país de destino. Finalmente, parece confirmarse la hipótesis de que los roles de género repercuten en la experiencia migratoria, ya que, al determinar el papel de la mujer en la familia y en la sociedad, pueden imposibilitarle explorar otras posibilidades de inclusión en el lazo social; de esta forma, parece potenciar los impactos de una migración.

Palabras-clave: inmigrante; migración involuntaria; psicoanálisis; Venezuela.

SUMÁRIO

Introdução	4
1 Da Venezuela ao Brasil	11
1.1 Venezuela: o país de origem.....	11
1.1.2 <i>O petróleo e a Venezuela do século XX.....</i>	<i>11</i>
1.1.3 <i>A Venezuela chavista</i>	<i>14</i>
1.1.4 <i>O governo Maduro: instabilidade, crise e a diáspora recente.....</i>	<i>16</i>
1.2 Brasil: o país de destino.....	20
1.2.1 <i>Contexto sociopolítico brasileiro recente e legislação migratória: algumas considerações</i>	<i>20</i>
2 Migração e Psicanálise	28
2.1 Cultura e diferenças culturais	29
2.2 O discurso social sobre o imigrante.....	35
2.3 Luto migratório.....	42
2.4 O traumático	47
2.5 Clínica psicanalítica junto à população imigrante	53
3 Traçando itinerários: os caminhos da pesquisa e o método	60
3.1 Participantes: as mulheres venezuelanas	60
3.2 Procedimentos: contexto do campo e instrumentos	61
3.3 Referencial de análise dos dados: uma pesquisa em psicanálise.....	63
4 “Migrar é isso, é uma mala pesada de carregar”	67
4.1 “E aí tudo começou a colapsar”.....	68
4.2 “Eu deixei algo muito querido para mim. Meu país é muito querido!”	73
4.3 “À minha filha eu estou ensinando a minha cultura”	78
4.4 “Não é que não me entendia, é que não queria entender, porque eu era estrangeira”.....	85
4.3 “Ser mulher é estudar o ensino médio, casar, ter filhos e acabou”.....	89
5 Considerações finais	99

Referências	106
Anexo 1: Roteiro de Entrevista	117
Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	119
Anexo 3: Artigos da revisão de literatura sobre psicanálise e migração	123

Introdução

Um trabalho de pesquisa começa, antes de tudo, no interior de um sujeito: aquele que, mais tarde, torna-se o pesquisador. É por essa razão que esta dissertação tem seu início nesse ponto, que antecede e motiva a escolha desse caminho de investigação. O tema e as discussões que o envolvem serão apresentadas mais adiante, ainda nesta introdução.

Quando discutiu o desenvolvimento infantil nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905/2016) apontou que a origem da curiosidade está localizada em uma pulsão antiga na vida humana: a pulsão do saber. Ela se desenvolve, em certa medida, a partir das teorias que a criança produz para explicar aquilo que lhe aparece como um enigma. Assim, a curiosidade busca responder algo do próprio sujeito. Essa pulsão não é, contudo, apenas infantil e tampouco se esvai na vida adulta; ela é, na verdade, o que motiva a busca e construção de novos conhecimentos ao longo da vida. É a partir disso que entendemos que um trabalho de pesquisa começa, primeiro, em algo que existe no interior do psiquismo de um sujeito e que mobiliza sua curiosidade, fazendo dele um pesquisador.

Koltai (2000, p. 17) afirma que “há sempre, em qualquer teorização psicanalítica uma tentativa de resposta que o analista tenta dar a si próprio ou a uma questão que permaneceu não resolvida para ele. Há sempre por trás de um trabalho um sujeito em enunciação”. Nesse sentido, entendendo que há um inconsciente que antecede e atravessa a produção dessa pesquisa, foi possível compreender que, em um primeiro tempo, ela foi motivada pela curiosidade em conhecer sobre as implicações psíquicas da migração a partir de migrações íntimas e conhecidas, presentes na história dessa autora. Nesse ponto, tomo a liberdade de escrever em primeira pessoa.

A primeira, a migração internacional realizada pelo meu pai no período da minha primeira infância e cuja história não poderá ser relatada por ele e ouvida por mim, uma vez que ele já não se encontra mais em condições de narrá-la. Assim, tanto seu deslocamento, as consequências dele e as implicações que tiveram em sua vida e psiquismo ficarão desconhecidos. Aqui, portanto, me coloco para que outras histórias e suas implicações psíquicas possam ser ditas, ouvidas e conhecidas. A segunda, toca às vivências de deslocamento que vivi ao longo da vida. Percebi, somente depois de empreitar esse estudo que, embora sejam incontáveis as diferenças entre a minha vivência pessoal e a experiência migratória das mulheres que participaram desse trabalho, ter vivenciado situações de trânsito também me motivou a olhar para o que tange aos impactos dos deslocamentos. Em certa

medida, sentir alguma insegurança ao buscar inserir-se e firmar suas raízes em um novo local é algo que nos aproxima.

Diante do exposto, a temática da migração despertou minha curiosidade. Por outro lado, já há muito tempo os diferentes cenários de guerras civis e crises humanitárias ao redor do mundo tornaram a temática da migração involuntária¹ e refúgio cara à humanidade e ciência (Organização das Nações Unidas [ONU], sd)². Mais recentemente, com a nova onda de migração para o Brasil, sobretudo da população haitiana e venezuelana, o tema tornou-se ainda mais pertinente e próximo da minha realidade. Dessa forma, essa pesquisa se delineou pela convergência das motivações pessoais e da relevância social da temática, sendo perpassada, ainda, pelo interesse em discutir esse sujeito em face ao laço social à luz da psicanálise, teoria e técnica que baliza minha formação e prática profissional.

A respeito do processo migratório, podemos pensá-lo como um fenômeno que pode ser motivado por diversos fatores, e as diferentes características, conjunturas e motivações pelas quais as pessoas migram, produzem também diferentes demandas e efeitos psíquicos para quem o realiza (Organização Internacional para as Migrações [OIM], 2018a). Por um lado, há pessoas que migram em razão de sua vontade, para ter acesso a novas oportunidades e como forma de viverem novas experiências ou alcançarem um ideal, por exemplo. Em resumo, migram em busca da satisfação de um desejo, migram porque *querem*. Nesses casos, o sujeito organiza-se, tece planos e planeja-se, estabelecendo um projeto de vida no local ao qual irá chegar. Por outro lado, há migrações que são involuntárias e ocorrem independente de haver ou não o desejo de mudança naquele sujeito, mas decorrente de um elemento externo, coercivo, que oferece ameaça a sua vida ou a sua integridade física e emocional, migram porque *precisam*. Nesses casos, o deslocamento é involuntário, forçado, adotado como uma estratégia de sobrevivência (Martins-Borges, Jibrin & Barros, 2015; OIM, 2009; 2018b).

As últimas informações da *United Nations High Commissioner For Refugees* [UNHCR]³, publicadas em 2023, o número de migrações involuntárias ao redor do mundo é um dos maiores desde a segunda grande guerra, somando mais de 108,4 milhões de pessoas em diáspora no ano anterior. Na região latino-americana o fenômeno migratório se tornou particularmente intenso nos últimos anos em virtude dos números expressivos de imigrantes involuntários. O cenário venezuelano é um importante expoente dessa situação, uma vez que

¹ Esse tipo deslocamento, forçado, compreende as migrações motivadas por conflitos, guerras, ou ainda, por catástrofes naturais. Aqueles que as empreende são chamados de refugiados, apátridas ou asilados, categorias compreendidas na migração involuntária. Nesse trabalho, adotaremos o termo “migração involuntária”, uma vez que é terminologia que melhor representa a situação migratória das venezuelanas.

² História da ONU. Disponível em: <<https://unric.org/pt/historia-da-onu/>>

³ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados [ACNUR], em português.

somam mais de 5,4 milhões de imigrantes involuntários nos últimos sete anos, sendo o maior deslocamento da história recente da região e a quarta maior diáspora do mundo na atualidade. Esse contingente decorre da severa crise econômica, política e social que se instalou na Venezuela e se intensifica desde 2017, propulsora de inúmeros conflitos e violência, bem como do contexto de hiperinflação e escassez de itens básicos de subsistências, como alimentação e medicamentos, o que expõe a população a uma situação de grande vulnerabilidade (UNHCR, 2023).

Em todo o mundo, quatro de cinco casos de migração internacional ocorre entre países vizinhos, o que torna os países da América Latina os principais recebedores dos imigrantes venezuelanos. O Brasil é o quinto país que mais os recebe, sendo que aproximadamente 946 mil venezuelanos vieram ao país desde o ano de 2017 (OIM, 2023); e é também o segundo país com mais solicitações de refúgio pela população venezuelana, sendo superado somente pelo Peru. Aqui, essa população representa o maior índice de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, correspondendo a 67% delas. Somente no ano de 2022, mais de 33 mil solicitações foram feitas no Brasil, de acordo com os dados do último relatório Refúgio em Números, do Observatório das Migrações Internacionais (Junger da Silva, Cavalvanti, Lemos Silva, Tonhati & Costa, 2023⁴). Nesse contexto, foi criada a Operação Acolhida em 2019 (Brasil, s.d⁵) com o intuito de interiorizar e abrigar a população venezuelana que chega pela fronteira de Roraima. O estado do Paraná figura como a segunda principal Unidade Federativa a receber imigrantes venezuelanos, onde foram interiorizados mais de 22 mil pessoas, das quais aproximadamente mil estão na cidade de Maringá (Ministério de Desenvolvimento Social [MDS], s.d⁶).

De acordo com dados do relatório (Junger da Silva et al., 2023, p.16), mulheres e meninas correspondem a aproximadamente 47,5% da população imigrante venezuelana no Brasil. Os autores apontam para um aumento na presença de mulheres e crianças no cenário migratório atual, crescente desde o ano de 2015, quando o registro de solicitação de refúgio realizado por mulheres era de 19,2% (Tanhati & Macêdo, 2020). Esse fenômeno reforça a

⁴ Relatório Refúgio em Números do Observatório das Migrações Internacionais 8ª ed. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf>

⁵ *Sobre a Operação Acolhida*. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>>

⁶ *Estratégia de Interiorização*. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>>.

importância de lançar luz às questões de gênero⁷ nos estudos e formulações direcionadas a essa população.

Os números cada vez mais expressivos de imigrantes involuntários denunciam a realidade de milhares de pessoas, forçadas a se deslocarem de seus territórios por estarem inseridas em uma conjuntura de crise no campo sócio-político. Nessas crises, cuja venezuelana é expoente, podem ocorrer graves violações de direitos humanos, submetendo a população a “riscos e a condições de vulnerabilidade, sofrendo uma precariedade de abrigo, de renda, de alimentação, de educação e de cuidados de saúde” (Grigorieff & Macedo, 2018, p. 473). Diante deste contexto, no qual o indivíduo se encontra exposto a difíceis condições de subsistência, muitas vezes sua partida é urgente e pouco planejada. Moro, em entrevista a Calixto (2018), comenta a respeito da conotação potencialmente traumática que deixar seu país nestas condições pode ter. A autora aborda as angústias e traumas psíquicos vivenciados pelos imigrantes em uma migração involuntária, enfatizando que enfrentar este processo sob a presença de violências, medo e solidão acentua a dificuldade do deslocamento.

Quando o traslado se finda e chega-se ao país de destino, chega também o momento de enfrentar impasses e conflitos a respeito das diferenças sociais, culturais e econômicas, bem como ao lugar do estrangeiro naquele território. Nascimento (2021, p. 19) apresenta alguns fatores que impactam na chegada de uma imigrante em um novo país. A autora menciona “a precariedade laboral, o desemprego, a ausência de suporte social e o isolamento, o acesso diferenciado a direitos e a oportunidades, a exposição à violência, as barreiras envolvendo a língua, além de fatores sociais e culturais do país de origem e de acolhimento”. Além disso, vemos também uma possível falta de sensibilidade nos serviços públicos na garantia de direitos, como acesso à saúde, assistência social, educação, entre outros.

Estas imigrantes chegam ao cenário brasileiro em um momento político e social delicado, onde assistimos a uma ascensão do conservadorismo e da intolerância diante da alteridade. Em uma sociedade onde se sustenta o discurso antidemocrático, aquele que se apresenta como diferente tem dois destinos prováveis: encarnar o papel de inimigo ou desaparecer por sua falta de importância (Rosa, Penha & Ferreira, 2018). Moro e Radjack (2018) salientam, ainda, a comum desvalorização que o sujeito se depara ao se encontrar em outro país, tendo, em muitos casos, sua cultura diminuída e sua comunidade deslegitimada.

⁷ Vale destacar que o critério epistêmico de gênero não está aqui reduzido a aspectos biológicos, mas a uma construção social, histórica e cultural associados aos significados de ser homem ou mulher em uma sociedade, incluindo, por exemplo, a formação das identidades, aos comportamentos esperados de cada um dos gêneros feminino e masculino e das relações de poder que surgem da interação social. Em outras palavras, a perspectiva de gênero reconhece a influência das desigualdades entre os gêneros e as possibilidades de impactar no processo migratório destas mulheres.

No caso de mulheres imigrantes a marginalização pode se tornar mais evidente. Em primeiro lugar, em situações de crises humanitárias, mulheres e meninas costumam estar entre as populações mais afetadas com as repercussões da pobreza, da dificuldade de acesso a serviços, da separação da família, bem como estão mais expostas a riscos de violências (Nascimento, 2021). No deslocamento os riscos também são acentuados para as mulheres, mais vulneráveis à incidência de exploração, abuso e violência sexual e de gênero no trânsito entre países. Dados da ONU Mulheres Brasil apontam que uma em cada cinco mulheres em condição de deslocamento forçado são vítimas de violência sexual em todo o mundo (Uma em cada..., 2017⁸).

Além disso, o contato intercultural pode produzir impacto nas perspectivas de gênero em uma mulher que migra, por ficar diante de novos significados e sentidos sociais e culturais sobre o que e como é “ser mulher” (Nascimento, 2021). No Brasil, longe de conquistar equidade entre os gêneros, ser mulher implica em, diversas vezes, estar em posições inferiorizadas em decorrência do gênero. Somado ao preconceito já experienciado pelo estrangeiro, a mulher imigrante compõe um grupo bastante vulnerável do tecido social. Essa conjectura vemos, por exemplo, no que diz respeito às atividades laborais, que podem ser limitadas, informais e de baixo reconhecimento e remuneração. Mulheres imigrantes também apresentam mais dificuldade para se inserir no mercado de trabalho formal, exercendo de modo predominante serviços domésticos, de cuidado ou de serviços gerais. Além disso, às mulheres também é destinada a responsabilidade de cuidados com o lar (Henderson, Ferreira & Dutra, 2016; Magalhães, 2018; Matos, Truzzi & Conceição, 2018). Assim, representam “as principais cuidadoras das crianças e dos membros idosos da família, o que aprofunda ainda mais sua necessidade de proteção e apoio”, de acordo com informações da ONU Mulheres (Uma em cada..., 2017).

Vale ressaltar que, historicamente, mulheres imigrantes estiveram à margem nas pesquisas sobre o fenômeno migratório, sendo representadas como pessoas que migram para acompanhar marido e filhos. Assim, por muito tempo, as particularidades dos atravessamentos de gênero foram desconsideradas nas discussões diaspóricas (Assis, 2007). Contudo, ante ao reconhecimento das idiossincrasias da migração vivida por mulheres e a importância em elucidar as questões de gênero que perpassam as vivências do deslocamento, iniciou-se um movimento reconhecido como “feminização da migração” (Marinucci, 2007).

⁸ Uma em cada cinco refugiadas são vítimas de violência sexual no mundo. (2017, junho, 23). Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/uma-em-cada-cinco-refugiadas-sao-vitimas-de-violencia-sexual-no-mundo/>>

Esse movimento salienta três fatores acerca da vivência de mulheres nas migrações. O primeiro, tange ao número expressivo, constante e progressivo de mulheres imigrantes; o segundo, indica uma mudança no que é percebido nos processos migratórios vivenciados por mulheres; e o terceiro, aborda a necessidade em dar maior visibilidade às especificidades desse fenômeno. Nesse sentido, Marinucci (2007) afirma que, se antes retratavam as mulheres como acompanhantes de seus esposos, hoje, é importante lançar luz à realidade de mulheres que migram sozinhas ou com seus filhos, sendo as primeiras de suas famílias a saírem de seu país. Assim, a feminização da migração busca apontar, em primeiro lugar, a expressividade do fluxo migratório de mulheres e meninas em termos numéricos, bem como em elucidar as particularidades das migrações atravessadas por fatores de gênero.

Diante do exposto, definimos como objetivo dessa pesquisa conhecer os impactos psíquicos da migração para mulheres venezuelanas que vieram para o Brasil de modo involuntário, em consequência da crise social e econômica que está vigente em seu país de origem. Esses recortes foram utilizados para essa pesquisa em virtude do fluxo intenso de imigrantes involuntários que chegaram da Venezuela ao Brasil nos últimos anos, bem como pelo interesse em conhecer a experiência da mulher que vivencia esse processo. Em decorrência da invisibilização histórica de mulheres imigrantes, além da cultura avessa à alteridade que se observa no país, esta pesquisa justifica-se pela relevância de estudos que abordem a experiência da mulher venezuelana no Brasil e suas repercussões psíquicas. Esperamos que a produção de conhecimento científico sobre a temática possa contribuir para a sensibilização da sociedade civil e do Estado para ações que sejam direcionadas às particularidades do processo migratório involuntário vivido por essas mulheres.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro deles traz um breve relato do contexto histórico, abordando fatores sociais, políticos e econômicos da Venezuela, com o objetivo de apresentar o país de origem das imigrantes. Depois, ainda no mesmo capítulo, foi apresentado o contexto atual brasileiro no que se refere a legislação migratória e situação política e social, com o intuito de contextualizar o país que recebe as venezuelanas. A proposta de apresentar questões referentes ao cenário no qual vivem estas mulheres se dá pela compreensão de que a cultura e sociedade possuem um papel relevante para aquela que migra e, portanto, para discussões aqui pensadas, sendo positivo ter alguma noção da conjuntura sociocultural situada no caminho da Venezuela ao Brasil.

No segundo capítulo tivemos como objetivo identificar e apresentar os principais conceitos psicanalíticos utilizados para abordar o processo migratório e suas possíveis repercussões psíquicas. Para isso, discutimos os resultados do levantamento bibliográfico

realizado com artigos que tangem a intersecção entre migração e psicanálise. No capítulo percorremos discussões sobre cultura e discurso social e seus impactos no psiquismo humano; também tocamos nas perdas e no trabalho de luto migratório; além dos aspectos potencialmente traumáticos de uma migração. Por fim, chegamos às considerações a respeito de um trabalho possível diante das particularidades do sofrimento da população migrante.

O terceiro capítulo apresenta os itinerários metodológicos desse trabalho, isto é, o trajeto percorrido para sua realização. Foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com mulheres imigrantes que moram em Maringá e região metropolitana. Nessas, tocamos em questões sobre o período pré-migratório, de deslocamento e chegada ao Brasil e ao noroeste do Paraná, privilegiando sentimento, emoções e as formas como essas participantes vivenciam e significam suas experiências.

Os resultados e discussões que emergiram desse percurso foram abordados no capítulo quatro, cujo título e subtítulos são trechos das falas das participantes, de modo que são elas quem nos apresentam as questões que estão por vir. Os temas destacados em cada uma das cinco sessões nas quais se dividiu o capítulo tangenciaram às diferentes perdas no período pré e pós-migratório; as implicações afetivas e identitárias do afastamento da cultura; os laços possíveis e impossíveis com a comunidade de acolhida; e, por fim, os atravessamentos de gênero na experiência da mulher imigrante.

Finalmente, apresentamos as considerações finais do percurso dessa dissertação. Nesse último capítulo, retomamos o trajeto percorrido para a execução desse estudo e apontamos limites identificados por nós, e algumas reflexões e possibilidades, na expectativa de que esse estudo possa contribuir, de alguma maneira, com outros trabalhos e com a atuação junto a mulheres imigrantes no Brasil.

Capítulo 1

1 Da Venezuela ao Brasil

Quando há intenção de estudar sobre os impactos psíquicos dos deslocamentos humanos de uma determinada população, como neste caso, que trataremos da diáspora venezuelana, é pertinente tomar notas acerca de alguns aspectos do país de origem dos imigrantes. Isso porque cada ser humano pertence a uma época e uma cultura. Assim, entendemos que todo sujeito é atravessado por fatores que circundam o contexto social onde se insere durante a vida, tendo em sua história pessoal não somente registros de vivências individuais, como também da história coletiva do lugar de sua origem (Ferraz, 2020).

Por isso, na primeira parte deste capítulo serão abordadas, de forma concisa, algumas conjunturas históricas, sociais, econômicas e geopolíticas da República Bolivariana da Venezuela⁹. Com isso, pretendemos possibilitar ao leitor situar-se a respeito dos elementos circunstanciais que contextualizaram e motivaram a migração involuntária da população venezuelana, intensificada nos últimos sete anos.

A segunda parte deste capítulo será destinada aos aspectos relacionados à chegada da imigrante venezuelana no Brasil, abrangendo informações a respeito de elementos legislativos, políticos e sociais que tangem à recepção, ao acolhimento e à permanência dos imigrantes neste país. Faremos, assim, no percurso da leitura deste capítulo, um caminho semelhante ao percorrido pela imigrante venezuelana que vem ao país: partiremos da Venezuela ao Brasil.

1.1 Venezuela: o país de origem

1.1.2 O petróleo e a Venezuela do século XX

Na década de 1920, durante a ditadura do general Juan Vicente Gómez (1857-1935), a Venezuela descobriu grandes poços de petróleo em seu território. O então presidente passou a negociar e, em grande parte, acatar as exigências de empresas estrangeiras para que a exploração do combustível pudesse ser rentável ao país. Assim, a Venezuela passou por um aumento do desenvolvimento tecnológico no setor da indústria química, mobilizando uma

⁹ Sob reforma constituinte, o país passa a se chamar República Bolivariana da Venezuela em 20 de dezembro de 1999. Esta mudança ratificou a condição de liberdade e independência do país, homenageando a história de independência do país a partir de um importante expoente da luta venezuelana, Simón Bolívar, “e seu patrimônio moral e aos valores de liberdade, igualdade, justiça e paz internacional” (Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, 1999).

transição da economia centrada no setor agrícola, vigente até então, para uma política econômica comandada pelo petróleo (Souza, 2008).

O setor econômico passou a se desenvolver rapidamente, sobretudo quando o país passou a liderar a exportação petrolífera mundial. O petróleo se consolidou como o principal meio de crescimento econômico venezuelano, e sua comercialização impactou o funcionamento de todos os serviços do país, acelerando seu desenvolvimento, em especial no setor público, na ampliação de cidades e na industrialização (Alves, 2018).

No início dos anos de 1930, afetados pela crise econômica mundial, a Venezuela viu o preço do barril do petróleo diminuir à metade, além de caírem também os números da exportação. Neste período, o país enfrentou uma situação de miséria acentuada, sobretudo pelo número crescente de desemprego, o que levou ao empobrecimento da população. No fim da década, entretanto, o país começou a se recuperar e a exportação da indústria petroleira chegou a 189,2 bilhões de barris por ano, voltando a potencializar o crescimento econômico. A exploração do petróleo passou a ocupar, nova e permanentemente, a principal fonte de renda do Estado venezuelano (Souza, 2008).

A ascensão de López Contreras (1883-1943) à presidência do país no ano de 1935 marcou uma nova forma de política. O então presidente aboliu a tortura como método de repressão popular e ampliou a Lei do Trabalho, garantindo um regime laboral de 8 horas, férias remuneradas e descanso semanal, bem como maior participação do trabalhador nos benefícios da indústria do petróleo. Além disso, também buscou direcionar parte dos valores ganhos com a exploração do petróleo para ações de bem-estar da população, investindo, prioritariamente, em saúde, educação e em obras públicas (Alves, 2018).

Seguindo pelo mesmo caminho, seu sucessor Isaías Medina Angarita (1897-1953) também implementou uma série de outras medidas populistas. Souza (2008) apresenta como exemplos a Lei do Imposto Progressivo, por meio da qual aumentou a arrecadação estatal sobre a exploração do petróleo no território para reinvestir no Estado. Aqui foram ampliadas as leis de seguridade social, além da criação de um novo código civil e uma reforma constitucional em 1945, garantindo o voto feminino e mais direitos às famílias, para citar algumas. Nesta época, por meio de um tratado de reciprocidade comercial com os Estados Unidos (EUA), a Venezuela passou a cobrar tarifas menores para exportar petróleo a este país, em troca de importar produtos industriais com preços mais baixos. De acordo com Alves (2018), isso dificultou para outros setores da economia venezuelana. Se por um lado, os ganhos eram altos e possibilitava o investimento no país, como na infraestrutura e na sustentação dos contratos sociais com o povo venezuelano, por outro, as medidas econômicas

se consolidaram somente no setor petrolífero. Assim, tendo baixos níveis de contribuição fiscal de outros setores produtivos e da sociedade, a economia venezuelana passou a ser ainda mais dependente da exportação do petróleo.

Em 1945 a Venezuela passa por um golpe militar, quando o partido Acción Democrática (AD) derruba o então presidente Medina. Os anos que se seguiram foram marcados por forte instabilidade política e econômica, motivada por uma série de golpes militares, fraudes eleitorais e variações no preço do petróleo e do Produto Interno Bruto (PIB) do país, desvalorização da moeda e confrontos entre governo e trabalhadores (Souza, 2008).

Caminhando para o fim da ditadura venezuelana e iniciando um sistema democrático, a Venezuela assistiu a uma forma de governo bipartidarista em meados de 1960, quando inicia um período chamado de Pacto *Punto Fijo*. No período, o poder do país ficou concentrado sob o domínio dos partidos Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei), os quais empreenderam um programa político conservador e tradicionalista, voltado à elite (Alves, 2018).

Na década de 1970 os preços do petróleo se elevaram e o país passou a comercializá-lo para países árabes, período que ficou conhecido como Venezuela Saudita. À época, o país quadruplicou os ganhos oriundos da exportação do petróleo e sua moeda foi valorizada, de modo que as classes média e alta alcançaram “níveis sem precedentes de acesso a amenidades anteriormente reservadas para sociedades consumidoras do primeiro mundo”¹⁰ (Acosta, 2021, p. 118, tradução nossa). Esse salto econômico levou o país a receber um grande número de imigrantes europeus que buscavam oportunidades na indústria petrolífera, bem como utilizar da infraestrutura que estava sendo construída nessa Venezuela em desenvolvimento (Souza, 2008).

O crescimento econômico, contudo, não durou muito tempo. No fim da década de 1980, uma crise econômica internacional afetou o setor petrolífero venezuelano. Assim se desdobrou, mais uma vez, uma reação em cadeia no país latino-americano: o barril desvalorizou, a economia quebrou, a inflação subiu e a nação se endividou interna e externamente, indo da abundância à escassez (Acosta, 2021). Como vemos, a instabilidade econômica em virtude da dependência da exportação do petróleo se mostra uma problemática antiga no país.

As medidas do então presidente Carlos Andrés Pérez (1922-2010) não foram bem aceitas por parte população. Ele propôs implementar privatizações, fim de subsídios,

¹⁰ “níveles sin precedentes de acceso a comodidades antes reservadas para las sociedades consumidoras del primer mundo” (Alves, 2018, p. 25).

“restrição do gasto social, congelamento de salários, aumento das taxas de juros, redução do controle dos preços, aumento de 100% na gasolina, liberalização do controle de remessas de divisas, etc” (Alves, 2018, p. 25), motivando revoltas populares. A mais conhecida delas, que ficou conhecida como *Caracazo*, ocorreu em 1989, sob pedidos de combate à pobreza e à política neoliberal. Essa durou cinco dias e sofreu uma forte ação repressiva do Estado, resultando em centenas de manifestantes mortos (Villa, 2005).

Outra tentativa de intervir nas ações governamentais ocorreu três anos depois, quando o Movimento Bolivariano Revolucionário, cujo expoente era o tenente-general Hugo Chávez (1954-2013), tentou ascender ao poder. O grupo foi derrotado, algumas pessoas foram condenadas e presas, mas os membros do movimento continuaram a se organizar politicamente. No ano seguinte, com o enfraquecimento do *puntofujismo*, marcado pelo processo de *impeachment* de Pérez, Rafael Caldera assume a presidência e indulta os presos políticos, abrindo caminhos para a eleição de Chávez em 1998 (Alves, 2018).

1.1.3 A Venezuela chavista

A história política de Hugo Chávez é marcada, em primeiro lugar, por “ter falhado como golpista militar tradicional e ter triunfado como movimento eleitoral popular” (Lombardi, 2003, p. 15-16 como citado em Villa, 2005, p. 160). Isso decorre do fato de Chávez não ter ascendido à presidência por meio das revoltas populares e tentativas de tomada de poder, mas em uma eleição democrática. Para Villa (2005), a população encontrou nos discursos de Chávez uma expressão de suas próprias insatisfações e desejos diante da política venezuelana dos anos anteriores. A firmeza com a qual Chávez se reportava aos seus adversários políticos representava o que sua base eleitoral desejava dizer, de modo que seus eleitores sentiam-se assim, representados. À vista disso, sua popularidade foi fortalecida e surgiu uma identificação popular, resultando em uma base de apoio sólida e uma militância chavista.

Ao assumir o governo no ano de 1999, Chávez propôs uma reforma constituinte, aprovada por mais de 70% da população eleitoral (Alves, 2018). Essa deu início a um novo conjunto de leis à agora República Bolivariana da Venezuela, dentre elas, a Lei dos Hidrocarbonetos, que objetivou que o Estado exercesse maior controle sobre os recursos petrolíferos do território venezuelano, em detrimento da antiga política internacional de comercialização do petróleo (Souza, 2008). Algumas das alterações não agradaram as classes média e alta, representadas pelo empresariado venezuelano, os quais não concordaram com a medida de que o Estado possuísse a totalidade das ações da indústria do petróleo do país, a

Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA). Acentua-se uma polarização política e social no país, já histórica, mantendo tensionamentos e instabilidades ao longo de todo governo chavista, suscitando greves, referendos e uma tentativa de golpe de estado sofrido por Chávez em 2002 (Alves, 2018; Ew, 2022). Nesse episódio, no entanto, a revolta popular e militar em face ao golpe fez com que ele fosse encerrado dois dias depois (Borges, 2021).

Vale destacar que a polarização política na Venezuela chavista foi intensa em todo o seu período. De acordo com Ew (2022, p. 27)

Ao contrário do que é amplamente difundido, essa polarização foi forjada com o grupo opositor aderindo abertamente a táticas de derrubada do governo por vias não constitucionais, frente à sua incapacidade de vitória nos processos eleitorais em curso. Esse conflito não se deu apenas no âmbito nacional, mas também internacional, a exemplo da relação conflituosa com os governos da Colômbia e Estados Unidos da América.

Nos primeiros anos de seu governo, Hugo Chávez investiu uma parte dos ganhos financeiros do petróleo em iniciativas direcionadas à população marginalizada. Sua busca por uma Venezuela que se estruturasse sob um sistema democrático participativo e protagonista o levou a desenvolver, ao longo de seu governo, uma série de projetos sociais. De acordo com Chacín (2009, p. 86, tradução nossa), esses projetos tinham o “propósito declarado de consolidar o processo de inclusão, equidade e justiça social, através da redução da pobreza-exclusão e, portanto, da melhoria da qualidade de vida dos setores populares, tradicionalmente excluídos de alguns direitos sociais fundamentais”¹¹, os quais denominou de missões. Essas missões consistem em equipes que complementam a rede pública de saúde, educação, esporte (Alves, 2018), entre outros, e que foram direcionadas às diferentes populações em situação de vulnerabilidade, como mulheres, população em situação de pobreza, negros e indígenas, por exemplo (Misiones Bolivarianas, s.d.). Com as missões, além de buscar atender às necessidades socioeconômicas da população, Chávez também expandiu o número de empregos.

Além disso, o presidente venezuelano trabalhou para reativar a agricultura como meio de gerar empregos e abastecer o mercado interno com alimentos (Souza, 2008). Sobre isso, Chávez também criou o programa *Todas las Manos a la Siembra*, com o qual buscou incentivar o cultivo da terra e o “desenvolvimento local sustentável, de modo que a população plante seu alimento e tenha uma agricultura própria e sustentável, com vistas a despertar a

¹¹ “el proceso de inclusión, equidad y justicia social, mediante el abatimiento de la pobreza-exclusión y, por ende, el mejoramiento de la calidad de vida de los sectores populares, tradicionalmente excluidos de algunos derechos sociales fundamentales” (Chacín, 2009, p. 86).

‘consciência e a organização popular’” (Alves, 2018, p. 31). Esta iniciativa também pôde ser vista em escolas venezuelanas, nas quais os alunos também exercem a atividade do plantio e colheita de verduras, condimentos e raízes (Navas, 2018).

No que diz respeito à economia, Chávez assumiu a presidência da Venezuela em meio a um contexto adverso. O então presidente buscou adotar uma política externa para fortalecer relações comerciais e diplomáticas que fossem estratégicas, de cooperação e integração entre a região Sul-Sul, inserindo o país no Mercosul e estabelecendo acordos comerciais com países consumidores de seus recursos petrolíferos, conquistando uma significativa recuperação da economia. Durante seu governo, o PIB passou de 61 milhões de dólares no ano de 1998 para 332 bilhões de dólares em 2012. Contudo, apesar de buscar expandir e diversificar os produtos para exportação, não houve grandes mudanças estruturais na economia do país, fortemente dependente da produção e comercialização do petróleo (Souza, 2008; Ew, 2022).

Fukushima (2018) destaca que em razão do avanço econômico e dos investimentos sociais, o governo bolivariano conseguiu diminuir o índice de desigualdade da sua população, havendo redução nos índices de pobreza e desemprego entre os anos de 1999 e 2012, sendo de 20% e 6%, respectivamente (Ew, 2022). Por essa razão, apesar dos conflitos políticos e ideológicos, estes fatores sustentaram a popularidade de Chávez, levando-o a vencer as duas eleições seguintes a mantê-lo no poder até a data de sua morte, no ano de 2013.

1.1.4 O governo Maduro: instabilidade, crise e a diáspora recente

Ex-vice-presidente de Chávez, militante e político desde o início do século XXI, Nicolás Maduro vence as eleições de 2013, convocadas após a morte de seu antecessor, sob a promessa de dar continuidade ao projeto político chavista (Silva, 2015). Ao mesmo tempo em que isso manteve o apoio popular do eleitorado do ex-presidente, também colocou Maduro sob o mesmo tratamento de desqualificação por parte de seus opositores. Isso se somou ainda a um preconceito de classe, uma vez que, diferente de Chávez, Maduro não possui título de ensino superior, o que o tornou alvo de falas de caráter pejorativo pela oposição e principais meios de comunicação (Magalhães, 2020).

Assim, o governo Maduro encarou diferentes crises ao longo dos anos. Desde o início de seu mandato a oposição política passou a deslegitimar sua vitória eleitoral e articular meios de enfraquecer sua atuação e ascender ao poder do Estado. De acordo com Silva (2015), Maduro também buscou aproximar-se dos países latino-americanos atuando para estabelecer alianças e cooperação entre seus vizinhos, com vistas a evitar desequilíbrios diplomáticos e

maiores dificuldades econômicas. Esta medida, no entanto, não foi suficiente para evitar tensões com países como Colômbia, Guiana e EUA, por exemplo.

No contexto latino-americano, governos parceiros da Venezuela e apoiadores de Maduro também foram enfraquecidos entre os anos de 2014 e 2018. Esse foi o caso do Brasil, cujo golpe provocou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, a qual deixou o cargo sob o mandato interino de Michel Temer e, posteriormente, a eleição de Jair Bolsonaro. Também ocorreram em outros países, como com a eleição de Maurício Macri na Argentina, de Lenin Moreno no Equador e de Luiz Lacalle Pou no Uruguai, todos localizados mais à direita no espectro político¹². A eleição de Donald Trump nos EUA também aprofunda a pressão internacional sobre as ações do presidente venezuelano (Magalhães, 2020).

Dados do Centro Estratégico Latino-Americano de Geopolítica (CELAG, 2019), indicam que entre os anos de 2013 a 2017 a Venezuela sofreu bloqueios econômicos internacionais liderados pelos EUA, ocasionando uma série de prejuízos que influenciaram na esfera de importação de produtos básicos, como alimentos e medicamentos (Ew, 2022). Sobre isso, acreditamos ser necessário pontuar a respeito das sanções impostas ao governo Maduro. Sob os termos de Farias, Loures e Góis (2022), sanções econômicas são instrumentos de coerção política, que utilizam de aspectos financeiros para desestabilizar outro país. Isso se dá mediante a ruptura das relações comerciais com o país em questão, minimizando ou interrompendo suas possibilidades de importação e exportação com a comunidade internacional.

Ainda de acordo com Farias et al. (2022) essa é uma forma de conflito que, embora não empregue meios bélicos, pode produzir efeito tão destrutivo quanto. Tendo como principal objetivo desestabilizar a economia do país para, assim, desestabilizar sua estrutura sociopolítica, as sanções econômicas podem ter como consequência a desorganização geral do

¹² A primeira definição de direita e esquerda remonta à época da Revolução Francesa, no século XVIII, período no qual a Assembleia Nacional se dividia em dois setores: aqueles que eram conservadores, isto é, favoráveis a manutenção da organização social do período, à saber, a monarquia; e aqueles que defendiam reformas sociais e o fim da desigualdade social. Os primeiros sentavam-se à direita do presidente da Assembleia, enquanto os segundos, à esquerda. Em meados do século XX, essa dicotomia passou a incorporar, por um lado, a defesa da burguesia econômica e, por outro lado, a defesa de interesses das classes trabalhadoras. Ainda hoje estas expressões são comumente utilizadas. Contudo, passaram por diversas transformações ao longo do tempo. De acordo com Lima, Almeida, França & Santos (2022), atualmente, a dicotomia direita-esquerda guarda relação com a posição diante do ideal de igualdade e do liberalismo econômico. Rosa, Braga e Ângelo (2022) afirmam que o que se entende por esquerda é um movimento progressista, estadista e de defesa e garantia de direitos; enquanto a direita é compreendida como um movimento de manutenção de tradições conservadoras e neoliberais. Este trabalho não tem o objetivo fazer uma discussão aprofundada sobre tais conceitos, tampouco incorrer em uma polarização radical do tema, mas sinalizar o acirramento político e social fomentado pela identificação dos países e das populações com uma ou com outra posição do espectro político-ideológico.

país afetado, o qual pode sofrer variações de preços e inflacionários e, em casos mais importantes, o isolamento desse em relação ao sistema internacional.

Na relação entre os EUA e a Venezuela, as tensões políticas são presentes historicamente. Contudo, as problemáticas entre os dois países se mostraram mais fortes a partir do início do século XXI e se acentuaram ao longo do tempo, culminando em um aumento das sanções econômicas estadunidenses no território venezuelano. A partir de 2018, além da diminuição das relações comerciais com a Venezuela, os EUA passaram a pressionar outros países a reduzir a compra de petróleo venezuelano. Esse contexto internacional contribuiu para o cenário de crise no país bolivariano.

Assim, em relação à economia, a Venezuela de Maduro viveu novas e drásticas quedas na arrecadação com a exportação do petróleo e aumento da inflação. Em vista disso, tornou-se mais difícil a manutenção dos projetos sociais propostos por Chávez e cuja continuidade foi prometida por Maduro. O fato de o país passar por grandes instabilidades de ordem socioeconômica fortaleceu o discurso da oposição de que Maduro não estaria apto a presidir o país, haja vista sua inabilidade para desenvolver meios de sair do então atual cenário. Com acusação de perseguição, ataque e uso de ações antidemocráticas, os grupos de oposição política articularam protestos civis e prepararam campanhas para as eleições para legisladores da Assembleia Nacional, na qual ocuparam a maioria das cadeiras (Magalhães, 2020).

Nos anos seguintes, os conflitos políticos internos se aprofundaram e os poderes entravam em desacato pública e constantemente. Magalhães (2020) aponta que em 2017 se deu um dos momentos mais críticos deste embate político interno, quando o poder judiciário venezuelano assumiu tarefas do poder legislativo, afirmando que esse se encontrava em desacato, articulando para enfraquecer a autoridade de Maduro.

Assim, ainda que Maduro tenha sido reeleito nas eleições venezuelanas de 2018, o presidente perdeu apoio diplomático e movimentos internos e externos se articulavam em prol de sua destituição. Em uma cerimônia, Maduro sofreu um atentado no qual um *drone* lançou uma carga explosiva em sua direção. Depois disso, o presidente aumentou a militarização das instituições e expulsou e prendeu oficiais do exército sob a acusação de traição. Houve, ainda, relatos de agressões e torturas contra manifestantes opositores, o que lhe rendeu denúncias de violação de direitos humanos por executar ações ligadas a um regime ditatorial (Pantoulas, 2019).

No ano seguinte, logo após ser empossado, Maduro assiste ao deputado da oposição e presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, se autodeclarar presidente interino da república venezuelana (Magalhães, 2020). Alguns países, tais como Brasil e EUA, passaram a

reconhecê-lo como presidente venezuelano ao invés de Nicolás Maduro, ampliando à sua gestão as sanções políticas e econômicas (Saiba..., 2019).

Diante do enfraquecimento nas relações internacionais e das problemáticas na política interna, o país sofreu novo colapso econômico. A queda da produção e do valor de exportação do petróleo foi somada à hiperinflação, o que colocou a Venezuela em uma das recessões econômicas mais severas de sua história. Em virtude do exposto, o governo Maduro tornou-se, cada vez mais, um governo enfraquecido. Os pontos centrais de sua política, em execução desde o período chavista, como o fortalecimento da democracia e a diminuição da desigualdade foram “apagadas em 2018 e seus opostos – autocratização e aprofundamento da pobreza e da desigualdade – aceleraram em um ritmo alarmante¹³” (Pantoulas, 2019, p. 392, tradução nossa).

A Venezuela perdeu metade de seu PIB em cinco anos e entrou em uma crise energética. Isso desencadeou uma redução nas atividades econômicas, ocasionando maiores índices de desemprego, de modo que metade das famílias venezuelanas vivia na pobreza no ano de 2018 (Pantoulas, 2019). Silva (2015) afirma também que a violência cresceu no país e a população passou a sofrer com escassez de produtos básicos, como alimentos, produtos de higiene e medicamentos em farmácias e hospitais (Alves, 2018).

O colapso econômico se traduziu em uma agitação generalizada renovada em 2018. A escassez de alimentos, os serviços públicos em ruínas (eletricidade, água, transporte) e o aumento contínuo dos preços criou agitação social, com saques e protestos locais ocorrendo quase diariamente¹⁴ (Pantoulas, 2019, p. 397, tradução nossa).

Este cenário de pobreza, violência e violação de direitos humanos no qual se inseriu a Venezuela desencadeou o maior processo de diáspora latino-americano da história recente da região e o quarto maior do mundo. O povo venezuelano vive um contexto reconhecido como emergência humanitária, haja vista a exposição a riscos à integridade física e emocional em seu país. Estima-se que 5,4 milhões de pessoas saíram da Venezuela em uma imigração forçada e estão buscando fixar-se em outros países, sobretudo os latino-americanos (UNHCR, 2023).

¹³ “Both of these features were completely erased in 2018 and their opposites—autocratization and deepening poverty and inequality—accelerated at an alarming pace” (Pantoulas, 2019, p. 392).

¹⁴ “the economic collapse translated to renewed widespread unrest in 2018. The scarcity of food, the crumbling public services (electricity, water, transport) and the continuous increase in prices created social unrest, with lootings and local protests occurring almost daily” (Pantoulas, 2019, p. 397).

1.2 Brasil: o país de destino

1.2.1 Contexto sociopolítico brasileiro recente e legislação migratória: algumas considerações

Para entender como as venezuelanas são recebidas pelo Brasil, é importante retomar, mesmo que brevemente, elementos sociopolíticos, bem como da atual legislação brasileira acerca da recepção e acolhimento de imigrantes; essa, que foi revisitada e alterada diante das demandas das últimas duas décadas. Contudo, antes de pontuar sobre o marco legal em vigência na política migratória do Brasil, apontaremos para alguns fatores históricos que antecederam sua promulgação, haja vista que esses nortearam tanto as ações governamentais, quanto o imaginário social acerca do imigrante ao longo dos anos.

A primeira lei referente à migração e aos imigrantes em território brasileiro data do período da ditadura militar, mais especificamente no início da década de 1980, e carrega influências desse período em seu texto. Com forte caráter excludente, o Estatuto do Estrangeiro, como ficou conhecida a Lei n. 6.815 (1980), regulava a situação jurídica do imigrante no país, definindo alguns critérios para ingresso e permanência dessa população em território nacional.

Possuindo critérios que eram bem definidos, ainda que não explicitados, esta lei atingia de maneira diferente as diferentes populações que vinham ao país. Por um lado, aqueles imigrantes oriundos de países europeus ou que atendessem às demandas mercadológicas da época eram bem vindos e bem recebidos. Em contrapartida, imigrantes de países vizinhos e envolvidos com movimentos políticos e ideológicos contrários ao governo da época, poderiam encontrar grandes obstáculos para se inserir no território brasileiro, e sua permanência não documentada poderia acarretar a expulsão do país, sob previsão da lei (Lei n. 6.815, 1980; Oliveira, 2020).

Vale pontuar que o termo estrangeiro carrega uma conotação pejorativa, indicando alguém de fora, não nacional e, portanto, não pertencente. Assim, Oliveira (2020) pontua que desde a terminologia adotada para nomear a lei já era demonstrado seu caráter intolerante. Neste estatuto, os sujeitos em deslocamento eram considerados intrusos, indesejáveis e, de certa forma, uma ameaça à segurança nacional, sendo vistos como adversários dos interesses e dos trabalhadores brasileiros, e de quem estes deveriam ser protegidos. Por essa razão, as normativas que regulavam as imigrações internacionais eram rígidas e previam muitos deveres em detrimento de uma restrição de direitos aos imigrantes (OIM, 2009; OIM, 2018a).

Anos mais tarde, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, a qual tem como principais fundamentos a cidadania e a dignidade, razão pela qual o texto constitucional preocupou-se, especialmente, com a afirmação e a garantia dos direitos humanos. Embora não discorra amplamente sobre a questão das migrações, há na Constituição Federal a equiparação entre brasileiros e imigrantes no exercício e garantia de grande parte dos direitos fundamentais. Assim, definiu-se a igualdade entre todas as pessoas e o inalienável direito à vida, segurança e propriedade, bem como à livre locomoção em território nacional (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988).

O próximo avanço na legislação brasileira a respeito da população imigrante se deu anos depois, com a aprovação da Lei do Refúgio (Lei n. 9.474, 1997). A redação e aprovação da lei se deram diante dos diferentes cenários de guerra civil e consequente aumento de refugiados em todo o mundo. Tais situações motivaram uma série de movimentos sociais e organizações de apoio ao imigrante no Brasil, alicerçados pelo compromisso humanitário previsto no texto constitucional. Assim, sob movimentação da sociedade civil e política internacional, deu-se o texto da lei. Nesta, que segue em vigor, é reconhecido como refugiado todo aquele que

- I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Lei n. 9.474, 1997, Art. 1º).

À época, também foi criado o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), encarregado de analisar e decidir sobre o reconhecimento de uma pessoa como refugiada. Esse trabalho, contudo, teve início em 2001 (Lei n. 9.474, 1997; Decreto n. 3.768, 2001) e, por meio dessa nova legislação, foram reassentados imigrantes de diferentes origens, chegando a quase mil pessoas reassentadas no país até 2011 (Miranda, 2020).

As flexibilizações mais claras em relação ao Estatuto do Estrangeiro aconteceram em meados de 2010. Na época, foi realizado acordo de residência para nacionais dos países que compõem o Mercosul, Bolívia e Chile (Decreto n. 6.856, 2009) e, em especial, diante do intenso fluxo migratório da população haitiana, que se deslocou ao Brasil em decorrência do terremoto ocorrido em seu país (Resolução Normativa n. 97, 2012).

Nesse período o Brasil passou a ser, de certa forma, atrativo aos imigrantes internacionais. Isso porque o país galgava amplo desenvolvimento econômico, ocupando a 6ª posição no *ranking* dos maiores PIBs do mundo em 2010. Além destes aspectos econômicos, destacamos também o aspecto social: o Brasil, representado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, adotava um discurso diplomático em face às questões migratórias, defendendo os direitos humanos internacionalmente. O governo federal também reformulou normativas para melhor receber a população imigrante em território nacional, em oposição à desaceleração econômica europeia e fechamento parcial das fronteiras por países desenvolvidos (Farah, 2017).

Dessa maneira, o Brasil assistiu a um crescimento nos casos de imigrantes involuntários chegando a seu território; pessoas expostas à acentuada situação de vulnerabilidade social, deslocando-se em razão dos referidos desastres naturais ou situações de crises políticas e sociais em seus países de origem. As solicitações de refúgio saltaram de 966 em 2010 para 28.670 em 2015 (Farah, 2017). Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020) destacam que tal crescimento ocorre, em especial, em torno das migrações sul-sul, isto é, entre países do sul global. Nesse sentido, o Brasil é uma das possibilidades de destino migratório para população dos países latino-americanos.

Diante desse contexto, no ano de 2013, foi formada uma comissão de especialistas interessados em estudar as questões relacionadas às crescentes imigrações internacionais. Esta comissão elaborou um Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil, o qual passou por avaliação de representantes da sociedade civil na I Comigrar – Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, a qual, em 2014, encaminhou o projeto ao governo federal. Essa proposta norteou o texto da Lei de Migração, que seria aprovada anos depois (Oliveira, 2017).

Em contrapartida, em termos dos aspectos sociopolíticos brasileiros, Cioccarri e Persichetti (2018) apontam que, a partir do mesmo ano, foi possível ver uma ascensão de ideias conservadoras entre a população brasileira. Como reflexo disso, nas eleições de 2014, o voto popular elegeu um Congresso também conservador, composto por um alto índice de militares, religiosos e ruralistas. Nesse sentido, Machado (2020) afirma que essa movimentação neoconservadora na política brasileira se intensificou no decorrer de 2015, primeiro ano do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff. Foi observado crescente discurso intolerante, em especial diante das investidas do governo petista em ampliar a garantia de direitos, sobretudo às minorias relacionadas às questões de gênero, diversidade sexual e étnica, bem como aos povos indígenas, quilombolas e frente a pautas antirracistas.

A partir do ano de 2016, em especial após o *impeachment* de Dilma Rousseff, essa movimentação neoconservadora se acentuou. A partir de então, houve uma paralisia na expansão dos direitos humanos, sustentada principalmente por discursos de figuras importantes no campo político e social, que com frequência ataca e põe em risco uma série de direitos já adquiridos ao longo dos anos. Com isso, o respeito à alteridade perdeu espaço na sociedade brasileira, que passou a caminhar para uma crescente intolerância (Machado, 2020).

Apesar disso, em 2017, depois de investidas da sociedade civil e comitês humanitários, o país alterou a legislação que concerne à política direcionada à recepção de imigrantes. Assinando e colocando em vigor a Lei de Migração (Lei nº 13.445, 2017), foi revogado o Estatuto do Estrangeiro, promovendo uma transformação no paradigma vigente até então. Essas mudanças começam desde o nome da lei. Se, anteriormente, o termo estrangeiro denotava um caráter excludente, a mudança para migração e imigração e, por consequência, migrante e imigrante, denota caráter mais inclusivo (OIM, 2018b). Isso porque imigrante é entendido, sob a perspectiva do país que o acolhe, como um sujeito nacional de outro país, que pode se estabelecer temporária ou definitivamente em território brasileiro. Ainda sob a perspectiva da nova lei, o imigrante deixa de ter sua permanência no país condicionada aos interesses nacionais e de carregar o estigma de indesejado, e passa a gozar de proteção e de direitos fundamentais, tais como: acolhida humanitária, regularização documental, autorização de residência, inclusão social, além de contar com uma posição oficial do Estado de repúdio à xenofobia e discriminação.

Uma importante mudança na lei, em relação ao estatuto anterior, tange à perspectiva adotada acerca da figura do imigrante. Agora, é ratificada a prerrogativa de igualdade entre imigrantes e a população nacional no acesso a serviços, programas e benefícios sociais e à educação, moradia, saúde, trabalho, entre outros (Lei nº 13.445, 2017).

A partir da promulgação da Lei de Migração, o imigrante involuntário que se desloca ao Brasil em razão “de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário” (Lei nº 13.445, 2017, Art. 36) pode receber o visto temporário de acolhida humanitária. Este serve como meio de regularização documental migratória de pessoas que não estão contempladas pela Lei do Refúgio, mas também precisam de proteção (OIM, 2018b).

Este documento, o qual marca a admissão lícita de uma pessoa em território brasileiro, é o que viabiliza, dentre outros, o exercício profissional e o acesso aos serviços mencionados, por exemplo (OIM, 2009). Vale ressaltar que o imigrante não documentado, isto é, o

indivíduo que não possui documentação ou a formalidade exigida para sair de seu país e ingressar no Brasil, encontra entraves para permanecer no território brasileiro, trabalhar e acessar tais serviços previstos na lei. A documentação é, portanto, a garantia de acesso aos direitos (OIM, 2018a).

No ano de 2018, Jair Messias Bolsonaro foi eleito no pleito presidencial sob narrativa refratária aos direitos humanos. De acordo com Goldstein (2020), a imigração venezuelana foi um dos principais eixos temáticos da campanha eleitoral utilizada por Bolsonaro e seus apoiadores em suas redes sociais, com o bordão de que, se não eleito, o Brasil *ia virar uma Venezuela*. Tal hostilidade, construída em torno do país bolivariano, é observada desde 2015, e se potencializou no ano eleitoral, sendo sustentada posteriormente, ao passo em que Bolsonaro manteve o discurso belicista em relação à Nicolás Maduro também após assumir o cargo público. Situações, essas, ocorridas na mesma época em que o número de solicitações de refúgio e concessão de residência a imigrantes venezuelanos aumentou substancialmente (Gallego, 2019; Magalhães, 2020).

Nesse sentido, observou-se que a “chegada dos venezuelanos no Brasil assumiu outra dimensão, pois é fortemente contaminado pelo acirramento do debate político-ideológico instalado no Brasil” e os imigrantes são, muitas vezes, apontados como invasores (Araújo, Pereira & Rodas, 2019, parágrafo 6). Da mesma forma, a xenofobia, caracterizada pela OIM (2018b) por comportamentos de rejeição e exclusão do imigrante, parece acentuada quando se trata do imigrante venezuelano. A comunicação midiática acerca do deslocamento bolivariano adota o termo “migrante ilegal”, ainda que essa terminologia seja incorreta e seu uso seja desaconselhado pelos órgãos competentes, por atribuir ao imigrante um caráter criminoso. Essa narrativa sugere que a recepção desses indivíduos pode ser penosa ao Brasil, por expor a população local à miséria, mazelas e doenças vividas na Venezuela e podendo provocar situações caóticas no país. Assim, a imagem que se constrói a respeito dos imigrantes confirma o temor de uma parcela dos brasileiros: o Brasil *virar uma Venezuela*.

ao retratar os imigrantes venezuelanos: pedindo esmolas, dormindo nas ruas, crianças com poucas roupas, comendo no chão e trocando várias notas de Bolívares venezuelanos por Real para comprar alimentos e suprimentos, percebe-se a real intenção da reportagem . . . significaria um apelo secundário ao que ‘poderia se transformar o cenário brasileiro’, com uma provável instabilidade ‘lá e cá’. Em nenhuma parte da notícia se fala sobre esta possibilidade ocorrer no Brasil . . . todavia as imagens retratadas apontam exatamente nesta direção (Uebel & Ranincheski, 2018, p. 45).

Uebel e Ranincheski (2018) defendem que, diferente de outras diásporas anteriores, a midiáticação acerca do caso venezuelano pode ter sido enviesada ideologicamente. Desse

modo, as notícias imprimem contornos negativos aos imigrantes, como forte desvalorização de seu país de origem, de seus aspectos políticos, sociais e culturais. Além disso, pode contribuir com uma visão de antipatia sobre esse indivíduo, tido como incompetente, não confiável e potencialmente violento (Henriques, Gonçalves & Magnolo, 2020).

Apesar das conflituosas envolvendo a diáspora venezuelana e o governo federal, o fluxo migratório venezuelano provocou novas elaborações no que tange à legislação brasileira acerca dos deslocamentos humanos. Uma delas foi a flexibilização da Portaria Interministerial n. 9/2018 (2018) a qual regulamenta a autorização de residência a imigrantes oriundos de países fronteiriços. Mediante a Portaria Interministerial n. 15/2018 (2018), as exigências documentais foram diminuídas “nas hipóteses em que seja verificado que o migrante esteja em situação de vulnerabilidade e impossibilidade de apresentar a certidão de nascimento ou casamento ou certidão consular” (OIM, 2018b, p. 37).

O Estado brasileiro elaborou, ainda, uma Medida Provisória (Lei n. 13.684/2018), a qual apresenta como objetivo dispor “sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado pela crise humanitária”, de modo a ampliar as ações desempenhadas pelos governos federal, estaduais e municipais em prol da população imigrante vulnerável em razão do deslocamento forçado.

Apesar dos avanços, Araújo et al. (2019) analisaram os primeiros anos da mudança legislativa e avaliaram que não se consolidaram, de fato, políticas públicas consistentes para a população imigrante no Brasil. Isso porque foram poucos os estudos e formulações governamentais em favor do acolhimento dos imigrantes. A estrutura sociopolítica para questões migratórias carece de avanços que possibilitem a integração dos imigrantes à sociedade. Isso porque somente uma pequena parte dos municípios com presença de imigrantes oferecem algum tipo de atendimento específico destinado a esta população, tais como estratégia de acolhida ao imigrante, acesso a serviços públicos e inserção no mercado de trabalho.

Vale destacar que uma das principais atuações de assistência humanitária ao imigrante que chega ao país é a Cáritas Brasileira. Essa instituição, relacionada à igreja católica, destina seu atendimento às pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Diante do aumento exponencial dos fluxos migratórios, a instituição atua com iniciativas que tocam questões relacionadas, principalmente, a orientações e auxílio com a regularização documental, ensino da língua portuguesa, integração psicossocial e apoio e incentivo em formas de geração de renda (Cáritas, 2019).

Ainda em 2018, o país assinou o *Pacto Mundial para la Migración Segura, Ordenada y Regular*, documento cujo objetivo é propor uma cooperação acerca das ações em prol da redução de migrações irregulares e os efeitos negativos destas para as pessoas que migram. O intuito do documento é incentivar o respeito, a proteção dos direitos humanos e a oferta de atenção e assistência, com o objetivo de oferecer condições mais favoráveis para a inserção do imigrante na sociedade do país de destino (ONU, 2018).

Nesse cenário, o governo federal elaborou a Operação Acolhida (2019) em face do expressivo aumento dos números de solicitação de refúgio no país. Essa iniciativa foi criada com o intuito de prestar atendimento humanitário aos imigrantes e refugiados oriundos da Venezuela em Roraima, principal entrada do venezuelano ao Brasil. Ela foi consolidada com o apoio de agências da ONU e outros organismos internacionais, bem como entes federativos e entidades privadas, além de organizações da sociedade civil (Brasil, s.d.).

De acordo com o *site* da Casa Civil (Brasil, s.d.)¹⁵, a Operação Acolhida atua em três frentes de trabalho, sendo elas o ordenamento da fronteira, o abrigamento e a interiorização do imigrante. Esta última, que consiste em deslocar os imigrantes para outras localidades do país como meio de expandir as oportunidades de inserção social e econômica para além do estado de Roraima, já deslocou mais de 102 mil pessoas para outros lugares do país entre os anos de 2018 e 2023 (MDS, s.d.).

No entanto, em 2019, ainda no primeiro mês de sua posse, Jair Bolsonaro retirou o Brasil do Pacto de Migração da ONU sob a alegação de que, dessa forma, preservaria os valores e a soberania nacional. Bolsonaro noticiou sua decisão em sua conta pessoal de uma rede social, dizendo que “quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros” (Bolsonaro, 2019).

Assim, observamos que embora já vigente a Lei de Migração, Jair Bolsonaro continuou a reproduzir as ideias, já suplantadas, do Estatuto do Estrangeiro. A fala de Bolsonaro ilustra a movimentação neoconservadora e intolerante que se instalou no Brasil, de modo que nem mesmo os desafios jurídicos e burocráticos foram superados, se impõem os desafios relativos à esfera social diante chegada do imigrante venezuelano no território brasileiro (Machado, 2020).

¹⁵ Sobre a Operação Acolhida. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>>

Apesar disso, durante as novas eleições presidenciais do ano de 2022, imigrantes venezuelanos demonstraram apoio ao candidato da extrema-direita¹⁶ Bolsonaro, em detrimento do candidato Lula, ainda que o primeiro tenha manifestado opiniões xenofóbicas em toda sua vida pública (Delfim, 2022). Podemos apontar que parte significativa do motivo pelo qual isso ocorre está em consonância com as motivações dos eleitores brasileiros que apoiam o candidato Bolsonaro, os quais temem uma suposta ameaça comunista que tomaria o poder com a vitória de Lula (Corrêa, 2023). Isso ocorre, especialmente, em virtude do distanciamento e críticas de Bolsonaro ao presidente venezuelano, Nicolás Maduro. Por outro lado, pela proximidade política e ideológica e pelo histórico de aproximações e intercâmbios entre Lula e Maduro, parte da população venezuelana que vive no Brasil demonstram repúdio ao petista (Delfim, 2022).

Após disputa acirrada, Jair Bolsonaro perde as eleições presidenciais para o presidente Lula. Após a derrota, bolsonaristas passaram a manifestar a insatisfação e não aceitação do resultado democrático das eleições. Referências à situação política e econômica venezuelana persistem como um ponto importante no discurso antipetista e, mais ainda, utilizado de forma pejorativa, como forma de ofensas e ataques à oposição. Isso pôde ser visto, como destaca Corrêa (2023, p. 82) quando o povo e a região nordestina, onde Lula recebeu a maioria dos votos válidos, foram chamados, respectivamente, de “nojentos e imbecis” e “Venezuela 3.0”. Nesse sentido, o que o movimento atual nos indica é que, embora estejamos diante de uma mudança de governo, persiste a postura intolerante e, mais ainda, antidemocrática por parte significativa da população (Corrêa, 2023).

¹⁶ Tipo de política com tendências extremistas e conservadoras, marcado por um cenário antidemocrático neoliberal (Hernandez, 2021).

Capítulo 2

2 Migração e Psicanálise

Migrar não se trata somente de deslocar-se e inserir-se em outro território geográfico, mas também deslocar-se e inserir-se em um novo território social e cultural. Ao migrar, o sujeito encontra-se diante de outra configuração social, diferente daquela do local de onde vem e com a qual precisa aprender a se articular. Nesse sentido, migrar não tange somente ao deslocamento geográfico de determinado sujeito, mas também a um deslocamento de sua própria posição subjetiva dentro da dinâmica social. Assim, além dos desdobramentos relacionados ao deslocamento territorial, também há impactos inerentes à migração que são de natureza psíquica, social, cultural e política, e estas fronteiras podem ser tão difíceis de transpor quanto às geográficas (Mountian & Rosa, 2015).

Diante disso, esse capítulo tem como objetivo apresentar a revisão de literatura¹⁷ realizada para verificar como os estudos psicanalíticos recentes estão discutindo os aspectos psíquicos envolvidos na migração. Para isso, a pesquisa de revisão buscou identificar quais os principais conceitos e constructos psicanalíticos utilizados para abordar o processo migratório, de modo a conhecer as contribuições da psicanálise acerca da temática. Os temas que serão discutidos a seguir foram identificados após leitura, fichamento e análise dos artigos.

A respeito da construção das discussões, avaliamos pertinente realizar dois apontamentos. Em primeiro lugar, observamos que, em alguns casos, mais de um conceito foi apresentado e discutido em um mesmo artigo. Por isso, é possível que um artigo figure em mais de uma discussão proposta neste capítulo. Em segundo lugar, destacamos que os artigos da revisão de literatura foram ponto de partida para as discussões, mas essas não se restringem a eles e outras bibliografias foram utilizadas para possibilitar a explicação dos conceitos e aprofundamento das temáticas.

¹⁷ Foi realizada uma revisão de literatura sobre psicanálise e migração nas bases de dados Scielo e Pepsic. A busca foi realizada com a combinação de 9 palavras-chave, sendo elas, imigra\$, migra\$, refugi\$, psicanali\$, etnopsi\$, clínica transcultural, clínica intercultural, gênero e psicanali\$. Nesta busca foram localizados 166 artigos diferentes. Desses, 140 foram desclassificados pelos critérios de exclusão, os quais foram: artigos que publicados fora do período 2012-2022 (17) deslocamento voluntário (3), deslocamento interno (1), deslocamento de retorno ao país de origem (2), uso da palavra-chave aplicada a outro contexto (43), ênfase em aspectos específicos (infância, adolescente, estudantes, LGBT) (5), estudo sobre produção artística (2), entrevista (2), estudo em língua estrangeira (3), estudos não psicanalíticos (64). Foram selecionados, então, 24 artigos de acordo com os critérios de inclusão. Diversos foram os temas e discussões realizados, tocando tanto nos atravessamentos da migração para os sujeitos que a vivenciam quanto ao que tange às práticas psicanalíticas que podem auxiliá-los no enfrentamento das dificuldades que encontram neste percurso. Estes artigos estão dispostos em anexo (pp. 79-80), organizados por ordem de publicação, dos mais recentes para os mais antigos.

Os temas foram escolhidos por abordarem os impactos psíquicos do processo migratório, indo ao encontro do objetivo desta dissertação. São eles: cultura e diferenças culturais, o discurso social sobre o imigrante, luto migratório, potencial traumático da migração e contribuições da psicanálise para o acolhimento da população imigrante.

2.1 Cultura e diferenças culturais

A escolha por apresentar essa temática se deu em virtude da compreensão de que não podemos pensar na existência do ser humano fora da cultura; destacada, dentre outros, por Moro (2015). Isso porque, para além de uma cultura em sentido particular, que concerne a um grupo ou sociedade, a Cultura, apresentada por Devereux com C maiúsculo, corresponde a um fenômeno que é condição para a experiência humana e, mais ainda, executa um papel constitutivo no psiquismo (Domingues, Honda e Reis, 2019). A cultura é uma experiência vivida e, ao migrar, o sujeito se insere em um contexto social e cultural diferente daquele que lhe é familiar e constitucional e estar diante de diferenças culturais pode gerar repercussões psíquicas ao imigrante.

Para essa discussão, tomamos como base nove artigos que mencionam os aspectos culturais como relevantes atravessamentos do processo migratório, apresentados aqui em ordem de discussão no texto. Esses são: *Psicoterapia transcultural da migração* (Moro, 2015), *Escuta psicanalítica de imigrantes: uma proposta clínica* (Dias, 2020), *Serviço de atendimento psicológico especializado aos imigrantes e refugiados: interface entre o social, a saúde e a clínica* (Martins-Borges & Pocreau, 2012), *Reconstrução em Movimento: Impactos do terremoto de 2010 em Imigrantes Haitianos* (Barros & Martins-Borges, 2018), *Clínica Transcultural: o exercício de uma psicanálise decolonial* (Silva, 2021), *Pátria, mátria, fátia: construção da geografia emocional* (Melícias, 2017), *O que é uma fronteira hoje?* (Cicconi et al., 2021) e *Clínica Intercultural: a escuta da diferença* (Martins-Borges, Jibrin & Barros, 2015).

Antes de discuti-los, contudo, faremos um breve retorno a Freud, com o intuito de apresentar suas considerações acerca da relação entre cultura e sujeito. No texto *O futuro de uma ilusão*, Freud (1927/2010) descreve cultura como

tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de suas condições animais e se distingue da vida dos bichos; . . . Ela abrange, por um lado, todo o saber e toda a capacidade adquiridos pelo homem com o fim de dominar as forças a natureza e obter seus bens para a satisfação das necessidades humanas e, por outro, todas as instituições necessárias para regular as relações dos homens entre si (Freud, 1927/2010, p. 22).

A cultura oferece, portanto, um conjunto de disposições que permitem modificar a natureza, que exercem repressão das pulsões primitivas, que cria possibilidades de outros destinos possíveis e outros meios de satisfação parcial das pulsões, além de regulamentar as relações humanas. Dessa forma, Freud (1930/2010) em *O mal-estar na cultura*, afirma que essa atua de forma decisiva sobre a vida psíquica de um sujeito.

A afirmativa de que a cultura atua na repressão das pulsões parte da concepção freudiana de que a natureza humana é essencialmente agressiva e sexual. Nesse sentido, a cultura funciona como um contrato social, no qual os indivíduos concordam em abdicar de suas satisfações pulsionais em troca de proteção e da possibilidade de conviver em comunidade. Em outras palavras, o sujeito deve desviar a meta de sua pulsão, encontrando meios de satisfação que sejam permitidos dentro do decoro social (Freud, 1930/2010).

Por um lado, o ser humano vivencia um mal-estar em virtude da frustração imposta pela sociedade a serviço da cultura. Por outro, “pertence justamente a essa mesma cultura tudo aquilo com que tentamos nos proteger da ameaça oriunda das fontes de sofrimento” (Freud, 1930/2010, p. 81). Isso, pois, a cultura oferece uma série de considerações sobre o que é belo, sobre a ordem, sobre a justiça e o que é considerado certo, por exemplo. Essas considerações, por sua vez, compõem a referência cultural de uma população, oferecendo os meios pelos quais se pode experimentar satisfação, felicidade e proteção.

Freud (1930/2010, p. 95) destaca, ainda, que “a estima e o cultivo das atividades psíquicas superiores, das realizações intelectuais, científicas e artísticas” também compõem o campo cultural de um povo. Essa cultura exerce um papel balizador das ideias de uma população. Isso se dá, por exemplo, através de um sistema religioso, filosófico, ou ainda, por “aquilo que se pode chamar de formações de ideal do homem, suas ideias acerca de uma perfeição possível do indivíduo, na nação, de toda a humanidade, e as exigências que essas formações colocam com base em tais ideais”. Há, portanto, um caráter cultural sobre os gostos e modo de agir e entender o mundo de um povo, bem como sobre as suas formas de vínculos sociais. Assim, destacamos, sobretudo, para a função reguladora da cultura.

De acordo com Moro (2015), os aspectos culturais tornam-se um sistema de compreensibilidade que é transmitido de modo implícito aos sujeitos que a compartilham. Esse sistema engloba uma língua e conjuntos de conhecimentos e hábitos, tocando nas formas de fazer arte, nas formas de parentesco, além de modos de criar, de produzir, de cozinhar, de cuidar e de se relacionar, por exemplo. Em outras palavras, a cultura é entendida como o sistema de costumes sociais de um povo (Martins-Borges, Boeira-Lodetti, Jibrin & Pocreau, 2019).

Martins-Borges et al. (2019, p. 250) argumentam que em uma compreensão psicodinâmica, a cultura pode ser pensada também como uma “realidade compartilhada, uma herança social, transmitida pela educação formal e informal. . . . Ou, ainda, um sistema de símbolos e significados próprios de um grupo, cujos diferentes elementos relacionam-se entre si, de forma coerente, e estão em constante interação”. Esses elementos, que são compartilhados e constituem o arcabouço cultural de cada sujeito inserido em um laço social, se apresentam tanto como organizador da sociedade, quanto promove um regulamento social da subjetividade (Dias, 2020).

A interface entre cultura e constituição psíquica também foi abordada por outros psicanalistas, com destaque para George Devereux. Esse autor, articulando psicanálise e antropologia de modo a pensar essa relação de complementariedade entre psiquismo e cultura, fundou uma nova disciplina, nomeada de etnopsicanálise (Moro, 2015) ou etnopsiquiatria (Martins-Borges & Pocreau, 2012)¹⁸.

No texto *A implementação cultural dos mecanismos de defesa*, Devereux (1981b) argumenta que cultura e psiquismo são conceitos indissociáveis, não sendo possível existir um sem o outro. Isso porque não é possível que haja cultura sem que haja um psiquismo para vivenciá-la, da mesma forma que um psiquismo não se estrutura independente dos impactos da cultura da sociedade onde vive o sujeito. Nesse sentido, Devereux enfatiza, por exemplo, que há uma correspondência entre os mecanismos de defesa do Eu e as exigências culturais, de modo que a cultura mostra-se enraizada nas defesas do Eu, enquanto as defesas também são fortalecidas por aspectos culturais. Mais ainda, o autor entende que o psiquismo seria a face interna da cultura, enquanto essa seria face externa do psiquismo (Wonsoski, 2020).

Essa relação entre cultura e psiquismo indica que os diferentes aspectos culturais presentes nas diferentes sociedades imprimem também diferentes defesas psíquicas nos sujeitos. Em outras palavras, cada psiquismo se estrutura na singularidade da cultura ao qual o sujeito está inserido, no enlace entre o cultural e o subjetivo (Wonsoski, 2020).

Martins-Borges (2013, p. 153), em referência a Tobie Nathan, define que

a cultura corresponderia ao “mapa mental” que permite a cada membro de uma sociedade movimentar-se, pensar e trabalhar; enfim, viver evitando medo e

¹⁸ Etnopsiquiatria foi definida por Devereux (1981a) como uma ciência pluridisciplinar, cujo estudo tange à relação entre psicopatologias e o meio sociocultural no qual o sujeito está inserido, fundamentando terapêuticas centradas na dimensão cultural do sofrimento psíquico. O autor concebe a etnopsiquiatria como essencialmente psicanalítica, ao passo em que lança mão da teoria freudiana para pensar a respeito da condição humana e conflitos psíquicos. Assim, o termo Etnopsicanálise é adotado para nomear a disciplina que articula a psicanálise e a antropologia em uma perspectiva complementarista. Neste trabalho, os conceitos também não serão tratados como distintos e faremos o uso de ambos os termos, de acordo com o uso dos diferentes autores que utilizamos para fundamentar cada discussão.

perplexidade. Desse modo, o mundo interno (mundo psíquico) e o mundo externo (cultura) podem se comunicar, encontrar mutuamente um sentido, uma vez que possuem uma mesma linguagem. Compreende-se a cultura como lugar de construção da linguagem simbólica – o que inclui também a língua – e como parte integrante de seu desenvolvimento psíquico.

Esse papel constitutivo da cultura sobre a estruturação do psiquismo humano ocorre porque ela oferece aos sujeitos um sistema de valores, rituais e discursos que funcionam como codificação cultural. Assim, a cultura fornece um repertório de significações que os sujeitos podem utilizar para decodificar as experiências que vivem, encontrar sentido e significado para elas e construir sua leitura do mundo. A cultura oferece, dessa forma, modos de apreender aquilo que está na realidade ao seu redor (Barros & Martins-Borges, 2018; Martins-Borges & Pocreau, 2012; Moro, 2015).

Isso nos indica também para o caráter protetivo que é conferido à cultura. Esse foi apontado por Freud (1930/2010) ao falar sobre a ordem, aspecto que compõe o sistema cultural, e pode ser entendida como um tipo de compulsão à repetição. Isso porque esta ordem,

uma vez que instituída, decide quando, onde e como alguma coisa deve ser feita, de modo que se poupam dúvidas e hesitações em todos os casos idênticos. Os benefícios da ordem são inegáveis; ela possibilita ao homem o melhor uso do espaço e do tempo enquanto poupa suas forças psíquicas (Freud, 1930/2020, p. 94).

Martins-Borges et al. (2019) acrescentam, ainda, que os códigos culturais permitem ao sujeito entender e se colocar na realidade, ocorrendo o surgimento e fortalecimento dos princípios de coerência, segurança e proteção. Isso porque, uma vez que torna a realidade previsível, protege o sujeito do pavor, da perplexidade e da confusão, tornando-a também tolerável. A proteção fornecida pela cultura também tange à oferta de defesas ante a angústia e adversidades. Assim, ela auxilia o sujeito a lidar com situações difíceis, por meio da indicação de modos de resolução de conflitos e “maneiras de se comportar em situações de estresse intenso e durante os momentos críticos e significativos da existência” (Martins-Borges & Pocreau, 2009, p. 226), apontando ritos e rituais, por exemplo.

Da mesma forma que a cultura ensina a ler o mundo e proteger-se diante dele, ela também orienta o modo como o sujeito expressa-se nele, estando relacionada com a expressão da subjetividade individual (Barros & Martins-Borges, 2018). Segundo De Micco (2017), a cultura também permeia a forma como o sujeito percebe e representa a própria corporeidade e auto-imagem. Nesse sentido, vemos que há, ainda, um aspecto identitário na cultura.

Algumas características sensoriais e culturais se tornam intrínsecas no desenvolvimento dos sujeitos e, assim, caracterizam um povo, tais como cheiro, gostos, cores e ritmos. Assim, nessas características são encontrados elementos fundamentais para a constituição de si mesmo, portanto, são registros resistentes “do lugar que foi a morada originária de uma pessoa. Nesse registro é o lugar de si mesmo” (Safra, 2004, p. 93). Em outras palavras, o conjunto de representações culturais auxilia o sujeito na estruturação de sua identidade, na manutenção dessa e nas possíveis transformações posteriores (Martins-Borges & Pocreau, 2009), dando possibilidades ser e estar no mundo (Moro, 2015).

Ao apontarmos o fator estruturante da cultura, salientamos que o universo simbólico do sujeito tem sua organização permeada pelos elementos dessa. Em resumo, o psiquismo se apoia na cultura que, no que lhe concerne, oferece formas de entender, de se comunicar, de agir, de fazer, de cuidar e de ser (Martins-Borges, 2013).

Diante do exposto, podemos afirmar que o sujeito tem sua estruturação psíquica atravessada pela cultura. Dessa forma, sua subjetividade e meios de perceber, se expressar e se relacionar com o outro e com o mundo ocorre por meio desses códigos culturais, uma vez que esses são a interface entre o mundo individual e o mundo coletivo (Moro, 2015). Assim, quando o sujeito está em sua cultura de origem, familiar, tem maiores recursos para compreender e significar suas experiências, relações e vivências, além de ter mais ferramentas para o enfrentamento de conflitos psíquicos e situações difíceis que puderem experimentar (Silva, 2021).

Entendendo isso, entendemos também que não é tão simples se estabelecer em um ambiente cultural diferente do que lhe é familiar. Ao migrar, o sujeito vivencia não somente a distância em relação a seu território de origem, como também vive uma ruptura com o quadro cultural no qual se desenvolveu e se formou e que, até então, oferecia referências simbólicas e identitárias importantes para sua sustentação psíquica (Silva, 2021). Isso não ocorre sem impasses. Pelo contrário, as diferenças culturais, linguísticas, de costumes, entre outras, muitas vezes se mostram como barreiras para a adaptação e inserção do sujeito nesse novo meio social. Melícias (2017, p. 68) nos explica pela via da experiência: ao narrar sua própria migração, conta que se sentia

estrangeira na cidade, na cultura, na comida, no clima, nas relações sociais e seus códigos sutis, nas diferenças da própria língua que desembocavam sempre na ‘piada do português’, abalando a autoestima identitária . . . e colocando em xeque o desejo de integração plena.

Ao encontrar-se em outro país, o sujeito se defronta com uma língua que difere da sua própria, assim como são outras as leis, os costumes, os papéis sociais e as expressões culturais e religiosas (Martins-Borges, Jibrin & Barros, 2015). Entendemos, portanto, que no processo migratório acontece uma desarticulação com o quadro cultural que sustentava o psiquismo, havendo também uma necessária rearticulação com outra cultura, até então desconhecida. De acordo com De Micco (2017), esse processo ocasiona uma fratura cultural intrapsíquica, na qual um sentido de continuidade relacionado à cultura é alterado. Nesse sentido, Martins-Borges (2013), ressalta o enfraquecimento entre a comunicação do mundo interno e externo do sujeito, o que fragiliza sua identidade social e afetiva. Esse processo demanda uma refundação de si mesmo, diante de uma temporária instabilidade identitária e de pertencimento (Cicconi et al., 2021).

De Micco (2017) discute, ainda, que o imigrante vivencia micro traumas culturais em sua vivência no país de destino. Esses estão relacionados à perda da obviedade das experiências cotidianas, do vínculo fundador com suas origens e do constante risco de perder sua dimensão subjetiva ante a necessidade de realizar tal refundação identitária diante da nova cultura e sociedade.

Podemos entender que, diante desse afastamento cultural, do universo simbólico implicado nela e dos laços e papéis sociais que estavam estabelecidos no país de origem, pode surgir um sentimento de desenraizamento (Cicconi et al., 2021; Indursky & Conde, 2015; Kehl & Fortes, 2019). Melícias (2017) relata que esse sentimento relaciona-se às incertezas da migração, bem como a perda de referências culturais e territoriais, como traços e rotas da cidade, casa de conhecidos, amigos, além de referências culturais e afetivas, como músicas e ritmos, paisagens, entre outros. Maalouf (2005) aponta que o sujeito desenraizado sente-se como se, pela ruptura com suas tradições, língua e cultura, houvesse perdido parte de suas características de origem. Com o enfraquecimento das tradições de sua cultura, há também fragilização de bagagens interpretativas e explicativas da realidade (Borges, Pereira & Moro, 2017).

Nos casos em que o deslocamento é forçado, a sensação de desenraizamento pode tornar-se acentuada. Isso porque o caráter abrupto da migração faz com que os sujeitos levem pouco do que caracteriza sua identidade, como objetos e itens do cotidiano, além de seus hábitos, profissão e rede de apoio. Além disso, nestes casos, esta cultura que é constituinte do mundo interno do sujeito, além de estar ausente, também foi a que traiu, atacou e destruiu. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a cultura de seu território não o protegeu, foi ela

também que o expôs a riscos, a ameaça e à possibilidade de destruição (Martins-Borges, Jibrin & Barros, 2015).

Assim, exposição a violências ou negligências que ocasionam a destituição do território e o distanciamento da cultura como sustentação da identidade também enfraquecem o sentimento de segurança e as condições de confiar no outro. Nesse sentido, pode-se entender que ocorre uma dupla exposição que pode ser traumática: “por um lado, a . . . exposição a situações de violências; por outro lado, os recursos necessários à elaboração do trauma encontram-se diminuídos” (Rosa, 2015, p. 25).

Também é válido pontuar que as referências culturais e sociais do país de origem do sujeito migrante podem ser desqualificadas e subjugadas pela sociedade do país de acolhida. Isso é visto em relação aos venezuelanos no Brasil, como já apontado anteriormente. Como consequência, o sujeito pode distanciar-se destes referenciais de modo a aproximar-se dos atuais e da sociedade de acolhida.

A fragilização com as tradições sociais e seus aspectos identitários podem enfraquecer os códigos e recursos que auxiliavam o sujeito na leitura e significação de suas experiências, bem como dos referenciais que ajudam na elaboração de suas vivências, sobretudo as difíceis e que requerem algum tipo de enfrentamento. Isso pode ocasionar uma vulnerabilidade psíquica diante das adversidades, tornando o processo migratório problemático e difícil de vivenciar (Silva, 2021).

2.2 O discurso social sobre o imigrante

O contexto cultural e social incide sobre o psiquismo do sujeito não somente pelo que tange à cultura, como também pelo que toca as relações que são estabelecidas entre os sujeitos e o que as atravessa. Um aspecto importante observado na revisão de literatura foi o discurso social sobre o imigrante, uma vez que esse discurso tanto tange às possibilidades de vinculação, quanto a forma de o sujeito perceber a si mesmo.

Na revisão de literatura, o discurso social sobre o imigrante foi discutido principalmente em quatro artigos, sendo eles, em ordem de discussão: *O outro: análise crítica de discursos sobre imigração e gênero* (Mountian & Rosa, 2015), *Escuta psicanalítica de imigrantes: uma proposta clínica* (Dias, 2020), *Dimensões da clínica psicanalítica com migrantes em urgência social: a rede transferencial* (Seincman & Rosa, 2021) e *Do relatório ao relato, da alienação ao sujeito: a experiência de uma prática clínica com refugiado em uma instituição de saúde* (Saglio-Yatzimirsky, 2015). Nestes textos, os autores apresentam

casos sobre os quais se debruçaram, lançando luz ao discurso social que incide sobre o imigrante e ao sofrimento sociopolítico relacionado à migração.

Antes, consideramos reiterar que um psiquismo se constrói na relação entre o sujeito e o mundo. Desde os primeiros escritos freudianos sabemos que existe uma função primordial de um semelhante na constituição de um sujeito, e que as primeiras experiências infantis são determinantes e fundantes do psiquismo. A princípio, essa relação se dá pelo corpo, uma vez que o bebê tem necessidades que não é capaz de atender sozinho e, sendo assim, necessita de “ajuda estrangeira” para que seja satisfeito, sendo então apresentado àquele que é semelhante, mas diferente de si (Freud, 1895/1977).

Na obra *Introdução ao Narcisismo*, Freud (1914/2010) argumenta que, tendo todas as suas necessidades satisfeitas pelo outro, o infante encontra-se imerso em si mesmo, vivendo uma ilusão de onipotência. É somente mediante a percepção da alteridade, imposta pelo outro, que o bebê pode sair de sua posição de alienação em si. Nessa perspectiva, cabe à relação com o outro a função de inseri-lo em um meio social, possibilitando que ele, gradativamente, acesse outras possibilidades de existência no mundo. No mesmo sentido, Lacan (1949/1998), no *Estádio do espelho como formador da função do eu*, fala de uma prematuridade biológica, indicando a dependência do sujeito em relação aos cuidados do outro. Ele explica que é a partir da percepção que existe outro, ainda que seja a própria figura refletida, é que surge a possibilidade de olhar-se como um ser humano e reconhecer outro semelhante, possibilitando o desenvolvimento psíquico. Sob essa perspectiva, Koltai (2000, p. 99) pontua que “a experiência especular se inscreve no inconsciente e a posição de alienação da criança em relação à sua imagem dará lugar à imago do duplo”. Assim, o Eu se constrói também a partir desse tipo de identificação com o outro.

Isso tudo incide na constituição do psiquismo. O bebê nasce sem condições de consciência e o Eu precisa ser desenvolvido. Assim, à medida que, mediado pelos cuidadores, seu mundo interno começa a entrar em contato com aspectos do mundo externo, nota-se não mais como onipotente e completo, mas limitado, castrado e esta é a primeira vivência da falta, que constitui um desamparo primordial, inerente a todo ser humano (Freud, 1914/2010). Esta falta lança o pequeno sujeito no campo do outro (Santos & Fortes, 2011).

Pelo fato desse desamparo primordial impor ao homem uma relação de dependência desde o princípio de seu desenvolvimento, a existência, o cuidado, a voz do outro são condições indispensáveis na existência humana (Mountian & Rosa, 2015). Assim, o sujeito constitui-se como tal pela forma como é representado dentro do contexto no qual está inserido e, além disso, a forma pela qual é reconhecido e legitimado pelo outro impacta na construção

de si. Segundo Safrá (2004, p. 43) “a verdade de si mesmo acontece e se revela somente pelo reflexo do rosto do outro”. Nesse sentido, o sujeito não está somente sob a influência do meio social, como também é em meio ao grupo que é construído e pode haver um sentido de si; para estar seguro de sua identidade, o sujeito precisa estar amparado por um sentimento de pertencimento a uma comunidade (Rosa, 2015).

É aqui que se insere a ideia de discurso. Lançando mão deste conceito, discutido por Lacan, Mountian & Rosa (2015) analisam os discursos sobre a migração e a posição discursiva que ocupam os imigrantes, discutindo a forma como esse discurso social incide no imigrante e de quais formas estes sujeitos podem ser afetados por ele. Embora a obra lacaniana especifique e descreva quatro tipos de discursos, a ênfase atribuída pelas autoras não tange às quatro posições discursivas, mas, sobretudo, no fator constitutivo do discurso sobre o sujeito.

A compreensão de discurso social que parte de Lacan (1969/1992), no *Seminário 17: O avesso da Psicanálise*, apresenta discurso como uma estrutura que ultrapassa a palavra, e o faz de tal maneira, que pode ser entendida como um “sem palavras” (p. 11) que existe no interior das relações humanas. Isso significa que o discurso está além daquilo que é simplesmente dito. É preciso entender, portanto, que discurso e fala não são sinônimos aqui. As palavras podem se apresentar no discurso ocasionalmente, contudo, o conceito de discurso lacaniano consiste em uma estrutura para além delas, que subsiste nas relações.

É por meio do discurso, por exemplo, que circulam crenças, valores e tradições (Dias, 2020). Além disso, condutas e atos sociais se inscrevem nas relações humanas sem precisarem ser enunciados ou verbalizados: algo do discurso vive justamente no não dito. Assim, o discurso é sintetizado por Coelho (2006) como um modo de relação social representado por uma estrutura sem palavras que ordena e regula os vínculos sociais entre os sujeitos. Essa ideia é também sustentada por Kauffman (1995), o qual acrescenta, ainda, que o discurso é condição fundamental de toda relação.

Em resumo, o discurso pode ser entendido como uma estrutura que produz efeitos no sujeito, na realidade e, sobretudo, nas formas de vínculo social. Mais ainda: existe, no discurso, uma anterioridade, isto é, o discurso antecede os destinos e as formas de enlaçamento entre os sujeitos; em outras palavras, podemos entender que o discurso social é anterior e baliza a forma como as pessoas se relacionam. Isso porque “ele é a condição de possibilidade para a proliferação de palavras e de sentidos” (Couto, Casséte, Hartmann & Souza, 2018, p. 6).

Lacan (1969/1992) explica que o discurso está situado no campo do Outro¹⁹. De acordo com Chemama (1995) o campo do Outro é externo e anterior aos sujeitos, mas, ainda assim, os determina. Isso porque o Outro é o representante do meio social, o qual é internalizado de forma inconsciente. O discurso social, oriundo do Outro ou que não pôde ser dito ao Outro, é o que forma o inconsciente; por essa relação, o inconsciente comporta sempre uma referência à instância social.

Desse modo, a introdução da realidade é mediada pelo discurso social (Kauffman, 1996). Nesse sentido, a relação entre discurso e constituição psíquica se dá ao passo em que as instâncias psíquicas se constroem através dos discursos que atravessam o sujeito, carregados do imaginário dos grupos sociais (Seincman & Rosa, 2021). Rosa (1999, p. 206) aponta, ainda, que

não há subjetividade que se organize fora do laço social, sendo que os discursos não são senão o modo em que se efetiva esta articulação com o laço social; articulação que parte da constatação dos efeitos da presença do Outro na subjetividade. . . . O discurso do Outro, relevante à constituição do sujeito, mostra-se impregnado da produção imaginária do grupo social, ou seja, o discurso do Outro remete ao imaginário social na medida em que contém fantasmas dos grupos sociais.

O impacto do discurso não se restringe ao período de constituição psíquica, mas se estende por toda a existência humana. Isso porque, além de servir como base para a construção de si, o discurso também incide sobre as possibilidades de pertencimento dentro do meio social (Seincman & Rosa, 2021). Diante disso, é importante conhecer quais os discursos sociais engendram a vivência do sujeito imigrante, haja vista que tanto o laço social no qual se insere repercute tais discursos, como sua percepção de si, está atravessada por eles.

Koltai (2000, p. 22) faz uma retomada histórica do conceito de estrangeiro para situar a forma como ele se apresenta no atual senso comum. De acordo com a autora, “essa marcação serve para poder estabelecer um contraponto com o mundo moderno, que dá à luz não só ao conceito sociopolítico do estrangeiro, como também ao sujeito que se vive como estrangeiro, ancorado nesse significante para nomear a ausência de um nome”. Ela explica que a etimologia da palavra indica “vindo de fora”, e passou a ser usado para se referir a

¹⁹ O Outro ou Grande Outro, diz respeito a uma relação simbólica entre a linguagem e a estrutura psíquica; representa o social internalizado de forma inconsciente. Já o outro, com o minúsculo, é explicado por Mountian & Rosa da seguinte maneira: para Freud existe uma função primordial, um semelhante na constituição do sujeito; também para Lacan, a forma pela qual um sujeito é representado dentro de um contexto é a forma pela qual ele é reconhecido e legitimado pelo outro, “isso porque o desamparo estrutural do homem supõe uma relação de dependência desde o princípio. A existência do outro, seus cuidados e sua voz, são condições necessárias, pois é por meio de tais cuidados que a demanda de amor pode vir a engendrar o objeto de desejo” (p. 153). Sendo assim, esse outro pode se apresentar como facilitador ou obstáculo da vivência de um sujeito. Em suma, outro é outro sujeito, outro indivíduo.

alguém que veio de outro país no século XVIII, o que fez que “do ponto de vista da língua e, por extensão, no plano do pensamento, o conceito de estrangeiro se transformou de algo não-familiar em uma categoria sócio-política” (Koltai, 2000, p. 23). Dessa forma, a nacionalidade se acentua como fator que assinala a diferença entre o imigrante e o não-imigrante, e o estrangeiro deixa de ser apenas alguém que está para além das fronteiras de seu país, e passa a ocupar um lugar em cuja sua alteridade implica uma exclusão.

Assim, ao discurso social sobre o imigrante são incorporados símbolos daquele que vem de fora, aquele que sai da periferia rumo ao centro, deslocando-se de um lugar de menos valor, para um lugar mais valorizado. Desse modo, esse sujeito se apresenta como “aquele que o narcisismo cultural nada quer saber” (Ferreira, 2019, p. 28), sendo visto pela comunidade na qual se insere ocupando uma posição determinada, de alguém que não o pertence. Assim, ao mesmo tempo em que está próximo, também é estranho aos demais.

Diante dessa percepção da comunidade de acolhida sobre o não pertencimento do imigrante pode ocorrer, ainda, pouca ou nenhuma integração. Pelo contrário, pelo sujeito imigrante ser identificado no discurso social como aquele que carrega uma diferença, pode se alinhar um processo de segregação. Nessa situação, pode haver uma reafirmação discursiva sobre os aspectos culturais do imigrante como aspectos negativos, ratificando uma posição de estranho e desconhecido em detrimento da posição de conhecido e familiar, ocupado pela comunidade local. Dessa maneira, pode se criar uma divisão entre “eles”, os imigrantes e “nós”, os membros da comunidade local (Mountian & Rosa, 2014).

Sobre isso, Koltai (2000) explica que as origens desse movimento excludente se dão em um dado momento do desenvolvimento infantil. A princípio, o bebê recua diante de um rosto desconhecido e depois, em virtude da socialização, passa a reconhecer e nomear o que é familiar, ao mesmo tempo em que há um reconhecimento e conseqüente afastamento do que não o é, criando assim um senso de “nós”. Nesse ponto, registra-se algo em um nível de não-identificado. Para Koltai (2000, p. 24) “o estrangeiro surge, então, como figura ideal para fixar esse objeto não-identificado” e, quando o discurso que será criado em torno dele for de execração, se formam as bases para a problemática que consiste no racismo e xenofobia.

O que observamos nos artigos citados foi a presença recorrente desse teor discursivo. De acordo com Koltai (2000) e Mountian & Rosa (2014), por exemplo, o discurso que incide sobre o imigrante frequentemente o coloca em uma posição de estranho, desviante, o que pode o colocar, ainda, como peste, inimigo, alguém que pode ameaçar a organização social. A população imigrante encontra-se, muitas vezes, não somente em posição de exclusão do laço

social, como também são cercadas de discursos que naturalizam, ou ainda, que justificam essa exclusão.

A posição de inimigo não é a única que pode ser ocupada pelo sujeito no discurso social. Dias (2021) indica que o imigrante pode ocupar, ainda, um lugar de trânsito, provisório e de resto no discurso social. Há também a possibilidade de ser-lhe atribuído um papel de vítima; ou ainda, esse discurso pode ser composto pelo fascínio social, pelo imigrante ser aquele que sobreviveu à separação (Koltai, 2000), ou de modo fetichizado, visto como exótico (Mountian & Rosa, 2014). De qualquer forma, discursos que tangem a essa população podem coloca-los “em posições de objetificação, de submissão ao outro no laço social, em situações, pois, de desamparo discursivo” (Seincman & Rosa, 2021, p. 1). Esse, vale apontar, acontece na medida em que, “pela posição do sujeito no laço social, sua fala é desqualificada ou significada para confirmar estereótipos” (p. 4).

Saglio-Yatzimirsky (2015), tomando como base as ideias de Devereux, acrescenta que esta representação que se faz do imigrante pode o colocar em um estado de alienação de si e acabar por submetê-lo a um sentimento de inconsistência, descontinuidade e não pertencimento. Além disso, o discurso social pode coloca-lo em uma condição de aprisionamento à figura ao qual é reduzido: imigrante, refugiado, vítima ou suspeito. Dessa forma, pode haver uma renúncia, abandono ou perda do senso de identidade.

Essa discussão vai ao encontro dos estudos propostos na obra *La identidad étnica: sus bases lógicas y sus disfunciones*²⁰ de Devereux (1970/1972). Para apresentar suas concepções acerca da identidade étnica e as implicações dela no sujeito, o autor parte do conceito de identidade, entendendo-o como a unidade absoluta do sujeito, aquilo que o torna único e o diferencia dos demais. A identidade é um acúmulo de determinadas classes; isto é, uma união de diferentes e amplas classes, cada uma delas funcionando como uma ferramenta e, a união de todas elas é o que pode tornar um sujeito, único. Assim, o que caracteriza o humano é sua diversidade e a possibilidade de se diferenciar dos demais através das diferentes classes que compõem sua identidade individual; essa pesquisadora é, por exemplo: mulher, filha, brasileira, psicóloga, pesquisadora.

Ao tocar na questão da disfuncionalidade da identidade étnica, essa que é um tipo de identidade de grupo, Devereux (1970/1972) afirma que se tal classe passa a ser superinvestida, outras classes podem ficar subordinadas a ela; assim, a identidade étnica passa a definir o sujeito, negando sua identidade individual. Se isso acontece, a identidade étnica

²⁰ *A identidade étnica: suas bases lógicas e suas disfunções*

deixa de ser uma ferramenta para tornar-se um aprisionamento, principalmente se ela tiver uma conotação pejorativa. Para exemplificar, Devereux citou a pessoa de Einstein: antes do nazismo se instalar na Alemanha, Einstein era conhecido por ser um importante físico; após Hitler, Einstein foi reduzido a uma classe de sua identidade, a identidade étnica: ser judeu. No nazismo, foram desconsideradas as outras classes da identidade de pessoas judias e, no curso deste processo, sua identidade humana também lhes foi retirada.

Para que seja funcional, a identidade étnica deve ser alargada e desinvestida e não avançar sobre as demais classes individuais do sujeito. Mais ainda, ela só poderá ser funcional de não for atribuída ao sujeito de forma pejorativa. O contrário disso, segundo Devereux (1970/1972), é disfuncional e pode ser até mesmo catastrófico. A redução de um sujeito a uma unidimensionalidade pode aniquilar sua identidade e desumaniza-lo. O autor escreve que

o ato de formular e assumir uma identidade de classe massiva e dominante – seja ela qual for – constitui o primeiro passo para uma renúncia “defensiva” da identidade real. Se você não passa de um espartano, um capitalista, um proletário ou um budista corre o risco de não ser absolutamente nada e, portanto, de não ser (Devereux, 1970/1972, p. 162²¹).

Seincman e Rosa (2021, p. 12) corroboram sobre como os discursos podem ser alienantes, na medida em que incidem no campo social e, conseqüentemente, no sujeito, impactando seu próprio discurso de si e as representações sobre a “trama discursiva em que está envolto”. Com isso, o sujeito pode vir a “se fixar/ser fixado em discursos que o colocam na posição de dependente, vítima, ou mesmo de humilhado ou daquele que não tem lugar de fala”. Assim, esse discurso social sobre o imigrante pode ser vivido como uma violência, pois, o imputa a “uma falsa colocação no laço social, pois se colam ao sujeito naquilo que ele pode ser ou querer” (p. 9).

Ao ser colocado nestas posições – estranho, provisório, resto, ameaça – o sujeito pode ser atravessado por essa trama discursiva e agir a partir dela. Para Dias (2021, p. 162) pode instalar no imigrante uma dívida, tanto econômica quanto, sobretudo, simbólica. Assim, uma saída possível para esse sujeito é se colocar na condição de sacrifício, ou ainda, agir de modo a anular o que o distingue da comunidade como uma forma de ser melhor visto e aceito.

Mountian & Rosa (2015) destacam que é possível que, por outro lado, a alteridade do imigrante seja desconsiderada em um tipo de discurso que anula a diferença. A problemática envolvida nessa situação é a desconsideração pelo que há de particular a cada sujeito. Mais

²¹ el acto de formular y asumir una identidad de clase masiva y dominante -cualquiera que sea esta- constituye el primer paso hacia una renuncia «defensiva» a la identidad real. Si se es nada más que un espartano, un capitalista, un proletario o un budista se corre el riesgo de no ser absolutamente nada y, portanto, de no ser.

uma vez, isso o descaracteriza. É mediante um não anulamento do imigrante em sua diferença, e diante de respeito a sua singularidade e alteridade que o sujeito pode preservar sua identidade e se relacionar de forma mais autônoma e autêntica com os outros e com o mundo.

2.3 Luto migratório

Ao migrar, o sujeito pode perder muito. Isso porque o processo migratório, o qual implica em um deslocamento geográfico do imigrante, o leva para longe de quase tudo aquilo que lhe é familiar e conferia sentido a sua vida. Por essa razão, perdas importantes são intrínsecas à migração e rupturas são inevitáveis, sobretudo nas migrações involuntárias, quando os sujeitos precisam partir sem planejar-se e, assim, conseguem levar pouco de si consigo. Ao deixar o seu país, o imigrante deixa também pessoas amadas, como seus pais, irmãos, filhos e amigos; deixa seu trabalho, bem como a posição social que ocupava desenvolvendo essa atividade laboral; igualmente, deixa um projeto de vida planejado até então. Assim, o sujeito se vê diante da necessidade de encontrar meios para enfrentar os afetos relacionados às diferentes rupturas que vivencia, tanto com os laços sociais e afetivos, quanto com as suas referências socioculturais. Apesar de difícil, o sofrimento psíquico diante da perda é inerente ao humano. Contudo, ele deve poder ser superado após um tempo. Para isso, empreende-se o processo psíquico de enlutar-se e, então, elaborar tais rupturas (Grigorieff & Macedo, 2018; Freud, 1915/2010).

Diante disso, a temática das perdas e do luto migratório se destaca no que tange ao processo migratório. Os textos da revisão bibliográfica que mencionam o luto vivenciado pelo imigrante no deslocamento somam seis. Na ordem do texto, discutimos: *Singulares deslocamentos na experiência psíquica de migrar* (Grigorieff & Macedo, 2018), *Pátria, matéria, fátia: construção da geografia emocional* (Melícias, 2017), *Trabalho psíquico do exílio: o corpo à prova de transição* (Indursky & Conde, 2015), *Sobre a melancolização do exílio* (Indursky & Oliveira, 2016), *Impasses no atendimento a assistência do migrante e refugiado na saúde e saúde mental* (Knobloch, 2015) e *Imigração, tempo e esperança* (Delouya, 2017).

A compreensão de luto refere-se ao definido por Freud (1915/2010) em *Luto e Melancolia*. O autor afirma que o luto é uma reação diante da perda de um objeto de amor, a qual pode desencadear um distanciamento das condutas normais da vida de um sujeito. Esse distanciamento está acompanhado, dentre outros, de um sentimento de “doloroso abatimento” (p. 173), desânimo diante das atividades do dia a dia e diminuição do interesse pelo mundo

externo. Assim, o sofrimento psíquico diante da perda é acompanhado de uma dificuldade em se interessar pela vida e por novos objetos de amor.

A perda de um objeto amado causa angústia e sofrimento uma vez que muita energia libidinal estava investida ali. Diante da ruptura, toda essa libido encontra-se amarrada à lembrança do objeto de amor, ao mesmo tempo em que o sujeito tem que se haver com sua ausência. Passa a ser necessário, então, que todo o investimento libidinal seja retirado de suas conexões com esse objeto. Freud (1915/2010, p. 189) afirma, ainda, que

a cada uma das recordações e expectativas que mostram a libido ligada ao objeto perdido, a realidade traz o veredicto de que o objeto não mais existe, e o Eu, como que posto diante da questão de partilhar ou não desse destino, é convencido, pela soma das insatisfações narcísicas em estar vivo, a romper seu vínculo com o objeto.

Ao sujeito cabe abandonar essa posição libidinal e adotar novos objetos para direcionar amor. O trabalho do luto consiste, portanto, na ação de desligamento de “cada uma das lembranças e expectativas em que a libido se achava ligada ao objeto” e na qual ela estava enfocada e superinvestida (Freud, 1915/2010, p. 174). Após essa elaboração, o Eu deve ficar, novamente, livre e disponível para novos investimentos em outros objetos. Em outras palavras, ao perder ou deixar para trás um objeto de amor, sendo esse uma pessoa ou relação, um ideal ou um trabalho, lazer ou projetos, ou ainda, um lugar ou uma rotina, o sujeito pode encontrar-se, de certa forma, aprisionado às lembranças desse objeto. É somente após o trabalho elaborativo do luto diante destas perdas que o sujeito poderá recolher sobre si o investimento antes realizado sobre os objetos e disponibilizá-lo para reinvestir no mundo exterior.

Grigorieff & Macedo (2015, 2018, p. 489) apontam que “a entrada do imigrante em outra cultura implica o confronto com o desconhecido, a administração de necessários desinvestimentos relativos ao que se deixa, bem como o trabalho exigido de investimentos em novos projetos e novas relações”. Além disso, o imigrante perde também seu país de nascimento, sua própria pátria, o que Freud (1915/2010) aponta como perda que pode ser semelhante à de uma pessoa amada. Mais ainda, o imigrante perde as suas identificações culturais, que caracterizavam sua identidade e que o ajudavam a se orientar no mundo. Essas perdas são narradas por Melícias (2017, p. 66), ao apontar que no processo de migração “desaparecem todas as referências externas (cidade natal, casa, amigos...), . . . todas as referências afetivas (ritmos, temperatura, paisagens, sensorialidade, cultura...)”.

Essas diferentes situações de perdas tão significativas diante destes diferentes objetos libidinais podem trazer ao imigrante a vivência de um sofrimento psíquico. Assim, na medida

em que as perdas são recorrentes na migração, esse sofrimento e o processo de luto envolvido nele podem estar presentes na vivência dos sujeitos que passam por ela. Nesse sentido, na migração se faz necessário a realização de diversos desinvestimentos em objetos familiares e reinvestimentos em novos objetos.

Vale apontar que o luto migratório é complexo. Primeiro, porque não se trata somente de uma perda, mas sim perdas sequenciais, súbitas e indesejadas de diferentes objetos de amor. Para além de cada um dos objetos que o sujeito deixa para trás, o imigrante se vê diante de um desenlace que abrange a todos eles, sendo esse o afastamento de sua própria origem, luto característico do processo migratório. Aqui, o sujeito percebe-se se afastando de sua terra e das paisagens com as quais estava habituado, sua língua, símbolos e formas de comunicação e contato com seu grupo de pertença, étnico e religioso, por exemplo. Surge assim um processo de luto em relação ao seu país e por estar longe dos seus (Calvo, 2005).

Depois, podemos pensar que o trabalho de elaboração do luto migratório que precisa ser realizado pelo sujeito carrega um caráter ambivalente. Isso porque, ao mesmo tempo em que o deslocamento permite ao sujeito sair de um local o qual lhe oferece algum tipo de risco, esse também é o local no qual estão suas fontes de segurança. Diante disso, o sujeito se vê sob a necessidade de desinvestir de um lugar que apesar de lhe ser danoso, é também querido, familiar. Por outro lado, o imigrante precisa poder investir no novo país para onde se desloca; mas esse, no que lhe concerne, ao mesmo tempo em que lhe oferece a possibilidade de proteção e novas oportunidades, também pode trazer dificuldades, tensões e inseguranças (Achotegui, 2012).

A ambiguidade do processo do luto migratório reside, portanto, no impasse presente entre os possíveis benefícios e problemáticas envolvidos em migrar e se estabelecer em um novo país. Também a elaboração desse luto poderá ocorrer de uma forma mais ou menos saudável de acordo com o modo como ocorrer o processo do deslocamento (Achotegui, 2012).

Melícias (2017) discute que essas perdas são abruptas na situação de migração involuntária e podem ser difíceis de lidar por serem fraturantes do psiquismo, uma vez que somam incertezas à vida psíquica do sujeito ao fazer ruir alguns alicerces internos, como os garantidos pelos rituais e rotina já estabelecida e projeções feitas. Já Indursky e Conde (2015) e Indursky & Oliveira (2016) discutem a difícil elaboração do luto quando o processo de migração involuntária e exílio são marcados por violências. De acordo com os autores, a repercussão de uma vivência migratória atravessada por situações abruptas e que oferecem riscos à integridade física dos sujeitos, é possível que haja uma ruptura no refúgio psíquico do

sujeito, sensação de assujeitamento e redução de sua realidade psíquica a esse sofrimento. Dessa maneira, o sujeito pode vivenciar forte sentimento de angústia, sofrimento e medo e, assim, adentrar em um estado de melancolia.

No entanto, mesmo as migrações involuntárias podem ser vividas sem a presença de grande violência e terror; isto é, não envolverem tortura, perseguições ou guerras, por exemplo. Em casos onde não há risco iminente de vida e cuja migração é forçada por violação de direitos básicos, como falta de acesso a condições de subsistência, tais como emprego, moradia, alimentação e saúde, pode haver melhores possibilidades de elaboração das perdas e da vivência do luto. Aqui, traremos o que chamam de luto normal, ou ainda, luto migratório normal (Calvo, 2005; Indurski & Conde, 2015; Indursky & Oliveira, 2016).

Embora desafiador, o ato de se lançar ao desconhecido, deixando para trás aquilo que costumava lhe conferir segurança, é adotado pelo sujeito que migra involuntariamente a partir de uma esperança construída sobre ideias de melhores possibilidades de sobrevivência e vida. Quando as circunstâncias na chegada ao novo país são favoráveis e o sujeito pode contar com acolhida, integração social, cultural e laboral, por exemplo, há maiores condições de o reinvestimento libidinal nesse novo contexto ser realizado. Isso acontece porque o sujeito percebe que aquilo que perdeu ao deixar seu país de origem pode ser, de alguma maneira, reconquistado no novo local onde se encontra (Calvo, 2005; Knobloch, 2015).

Calvo (2005, p. 80, tradução nossa) aponta que

o processo de migração é uma mudança muito drástica. Todas as mudanças estão repletas de ganhos e perdas, riscos e recompensas. A elaboração das perdas requer um processo de reorganização interna. Este processo de reorganização (luto) não se resolve somente com um bom emprego e uma situação legal estável. Mas sem dúvida, se os benefícios superam as perdas, o luto é menos difícil porque o indivíduo está inclinado a equilibrar e reduzir seus sofrimentos com o que está alcançando²².

Contudo, em muitas ocasiões o sujeito encontra dificuldades de inserção. Knobloch (2015), ao comentar sobre os elementos que se perde na migração, em especial na involuntária, ratifica que tais perdas, ser vivenciadas em contextos conturbados, muitas vezes são difíceis de serem elaboradas pelo sujeito. Para a autora, não são incomuns “situações de labilidade ou de hostilidade do meio, que podem impedir a elaboração do luto das perdas vividas” (p. 171).

²² el proceso migratorio es un cambio muy drástico. Todos los cambios están llenos de ganancias y pérdidas, de riesgos y beneficios. Integrar las pérdidas requiere un proceso de reorganización interna. Este proceso de reorganización (duelo) no se resuelve solo con un buen trabajo y una situación legal estable. Sin duda, si los beneficios superan las pérdidas, el duelo resulta menos dificultoso por cuanto el individuo se inclina a sopesar y reduce sus sufrimientos con aquello que está logrando.

Quando os desdobramentos de sua inserção no novo meio social ocorrem com extensas dificuldades de adaptação linguística, sociocultural, econômica, por exemplo, o sujeito pode vivenciar a percepção de que essa esperança, construída sobre o mundo novo, não se concretiza (Delouya, 2017). Assim, as incertezas e inseguranças se intensificam e impactam no projeto de inserir-se e investir nesse novo lugar. Não é incomum que esse processo seja acompanhado de “tristeza, choro, mudanças de humor, sentimentos de culpa, ideias de morte, somatizações e desordens psíquicas variadas” (Calvo, 2005, p. 80).

Em relação a esse processo de luto migratório, o sentimento diante do rompimento, tão significativo, com os vínculos que mantinha com sua terra e com as pessoas que o acompanharam pela vida, pode ser de nostalgia e desenraizamento. De acordo com Calvo (2005), quando o sujeito cultiva de forma idealizada essa nostalgia referente ao seu país, tomando suas memórias como ideais, pode apresentar uma dificuldade na reestruturação de sua nova vida e prolongar o processo de luto. Contudo, quando é possível manter uma relação mais positiva com as memórias e vivências deixadas no país de origem, o luto pode ser melhor vivenciado e elaborado. Isso porque no trabalho de elaboração do luto migratório também está implicado

o fundo da alma do imigrante em relação aos investimentos de origem, deve-se a esses elos – o ambiente de origem com seus espaços, suas paisagens, seus sentidos e tons e o sabor de sua língua – que constituem o seu corpo, fontes essas que permitem ao imigrante lidar e se tornar criativo no embate com o novo meio (Delouya, 2017, p. 82).

Assim, para a elaboração do luto é fundamental que o sujeito possa contar com recursos psíquicos e culturais, como também é importante o fortalecimento de uma rede de apoio e integração social, além de condições de vida favoráveis no local onde se estabelece. Isso porque, ainda que os conteúdos culturais e sociais de pertença sejam necessários para auxiliar o sujeito a lidar com as situações que lhe ocorrem, também é importante poder desinvestir desse lugar que foi deixado para poder reinvestir no lugar aonde se chega (Grigorieff & Macedo, 2018).

Estar em um novo país coloca o sujeito a repensar a questão sobre quem ele é e o que foi deixado para trás, bem como o convoca a projetar-se no que há por vir. A elaboração dos lutos se dá pelo equilíbrio entre assimilar o novo e elaborar o que ficou para trás. É um trabalho complexo a ser realizado pelo imigrante que, ao atravessar o processo de luto migratório, deve realizar uma adaptação e integração entre seu passado, presente e futuro. Assim, por meio dessas elaborações pode ser possível propor uma narrativa que dê coesão às

rupturas e seja possível tecer novos seguimentos (Calvo, 2005; Grigorieff & Macedo, 2018; Melícias, 2017).

Para Grigorieff e Macedo (2018), é no delicado e sutil equilíbrio entre o desinvestimento e reinvestimento que o sujeito pode se colocar novamente na realidade. Diante das possibilidades criativas decorrentes do trabalho elaborativo do luto o sujeito pode ser liberto de uma condição de vítima e podem ser abertas perspectivas de construção de uma nova autonomia e de novos investimentos no devir.

2.4 O traumático

O rompimento de um sujeito com o seu ambiente de referência pode ser causador de sofrimento psíquico por diferentes motivos, dos quais já destacamos a ruptura com familiares e amigos, além de perdas materiais, sociais e culturais, por exemplo. Contudo, a magnitude do sofrimento psíquico e das repercussões e impactos psicológicos e na saúde mental decorrentes de um processo de migração forçada está relacionada também ao quão difíceis foram suas vivências e de como ela é representada e elaborada no psiquismo de cada um. Em outras palavras, o sofrimento e impacto psíquico da migração estão relacionados, dentre outros, à quão traumática foi a experiência do sujeito imigrante.

Sobre o traumático na migração, nós destacamos os seguintes artigos da revisão de literatura: *Sobre a melancolização do exílio* (Indursky & Oliveira, 2016), *De uma clínica do refúgio: violência, trauma e escrita* (Kehl & Fortes, 2019), *(Des)Subjetivação, migração e refúgio: reflexões psicanalíticas* (Dal Forno, Canabarro & Macedo, 2021), *Escuta psicanalítica de migrantes: uma proposta clínica* (Dias, 2020), *Clínica Transcultural: o exercício de uma psicanálise decolonial* (Silva, 2021) e *Os errantes, um desafio para a psicanálise: uma clínica da errância?* (Koltai, 2018).

Antes de apresenta-los e adentrar na dimensão traumática da experiência migratória, consideramos tratar primeiro de algumas formulações estruturais da psicanálise sobre o tema. Para isso, retomaremos de forma sucinta os constructos freudianos sobre a temática do trauma, articulando com ideias de Devereux (1956/1973) apresentadas no texto *Normal y Anormal*.

O termo “trauma” tem origem grega e pode ser traduzido como “ferida” e utilizado na medicina para designar lesões causadas por fatores externos ao corpo. No campo do psíquico, tange às situações que, externas ao sujeito, rompem o funcionamento do psiquismo, causando sofrimento e um desarranjo na forma de ser e agir de cada um. As primeiras considerações psicanalíticas sobre o trauma foram construídas a partir do tratamento dos pacientes

neuróticos, sobretudo as pacientes histéricas, e passou por diferentes revisões ao longo do tempo (Laplanche & Pontalis, 2001).

A princípio, na obra *Estudos sobre a histeria*, Freud (1893/1996) apresentou a teoria do trauma, apontando-o como a origem das neuroses, sendo o traumático um acontecimento de ordem sexual vivido na infância, relacionado à sedução de um adulto direcionado à criança. Mais tarde, o autor aponta que o evento traumático poderia não ser uma vivência real, mas uma vivência criada nas fantasias inconscientes da criança; assim, o trauma poderia ser uma vivência psíquica e não factual, mas ainda estreitamente ligada à vivência da sexualidade na infância (Freud, 1895/1977). Vale apontar o que Ferenczi (1933/1992) acrescenta à ideia do trauma na obra *Confusão de línguas entre os adultos e a criança*: o autor argumenta que o trauma se compõe por dois elementos, sendo a vivência traumática infantil e o desmentido, por parte do adulto, a respeito do que narra a criança. Assim, insere na dinâmica do traumático o fator do reconhecimento e acolhimento do outro sobre aquilo que conta o sujeito.

Para explicar o trauma, Freud (1893/1996), a partir do ponto de vista econômico, caracterizou o traumático como a emergência de uma quantidade exacerbada de tensão e excitação ao psiquismo do sujeito, superior à sua tolerância e capacidade de liquidá-las. Assim, diante da impossibilidade de reagir à situação, os afetos que foram mobilizados ficam represados, podendo provocar mal-estar e, mais tarde, sintomas neuróticos. Nas *Conferências introdutórias à psicanálise*, Freud (1916/2014, p. 275) ratifica, ainda no que toca ao sentido econômico, que uma vivência traumática “leva à vida da alma, num curto espaço de tempo, um acréscimo de estímulos tão grande que sua liquidação ou elaboração, pelos meios normais e habituais, fracassa, o que não pode deixar de acarretar perturbações duradouras no funcionamento energético”.

As vivências que foram apresentadas por Freud (1893/1996, p. 19) como possivelmente traumáticas foi todo acontecimento que “suscita os penosos afetos de pavor, angústia, vergonha, dor psíquica, pode atuar como trauma psíquico”. Nesse sentido, é considerada potencialmente traumática a situação que opera como um choque no psiquismo humano em função de sua experiência ser difícil ou dolorosa ao sujeito. Laplanche & Pontalis (2001) explicam, ainda, que a situação desencadeadora deste intenso afluxo de excitação pode ser tanto um acontecimento muito violento e que desperta uma emoção muito forte no sujeito, como também uma série de excitações relacionadas e que, quando acumuladas, se tornam intoleráveis.

Após a Primeira Guerra Mundial, a teoria do trauma passou por novas formulações diante do quadro clínico dos soldados que voltaram da guerra, cujo adoecimento psíquico

nada tinha a ver com aspectos da sexualidade infantil, mas com a vivência de situações extremas e de risco de morte. Assim, na obra *Para além do princípio do prazer*, Freud (1920/2010) argumenta que a exposição à violência e, em especial, o fator surpresa de uma violação, ao tomar o sujeito com um sentimento de terror, pode acentuar o valor traumático de determinada ocasião. Já em *Inibição, sintoma e angústia*, Freud (1926/2014) destaca esse tipo de situação traumática que se inscreve no campo da ameaça ao instinto de autoconervação, por se tratar de um perigo externo, de potencial aniquilação da vida.

A partir de Freud, entendemos que o trauma é algo vivenciado de forma inesperada e intolerável pelo sujeito e que lhe desencadeia uma angústia intensa diante da qual ele não é capaz de reagir e, assim, descarregar os afetos que lhe foram mobilizados. Isso significa que o teor traumático de um acontecimento se define tanto pela intensidade de uma experiência quanto pelas condições psíquicas que o sujeito tem de reagir a ela, simboliza-la e elabora-la (Freud, 1916/2014).

Devereux (1956/1973) corrobora com as ideias apresentadas, entendendo uma vivência traumática a partir de dois aspectos: o estresse e o traumatismo. O primeiro, diz respeito às forças nocivas que ferem o indivíduo, o que Freud (1893/1996) apresentou como a vivência que suscita diferentes afetos de pavor e angústia, por exemplo, capazes de atuar como traumas psíquicos. Já o segundo, corresponde aos resultados nocivos do impacto destas forças, o que está de acordo com a compreensão freudiana de que vivências difíceis e não elaboradas podem desencadear em sintomas neuróticos, por exemplo.

Assim, entendemos que não é suficiente considerar apenas o aspecto da intensidade do impacto produzido por uma situação de estresse para torná-la traumática. A vivência de uma situação difícil ou dolorosa, por si só, não se configura em um trauma. Segundo Devereux (1956/1973) isso acontece porque o sujeito pode dispor de importantes recursos de defesa que o permite resistir e superar o impacto que sofreu. Sendo assim, o traumático consiste não somente no quão estressante é determinada situação, mas também pela falta de condições que o sujeito possui de mobilizar defesas para lidar com a situação estressora. Nesse sentido o autor vai ao encontro do que aponta Ferenczi (1933/1992) e Freud (1983/1996) ao argumentar que não podemos pensar que uma situação é traumática *à priori*. Isso, pois, um trauma se dá, não exclusivamente pela situação a qual o sujeito foi exposto, mas também pelas possibilidades desse acolher, elaborar e descarregar os afetos suscitados ao vivenciá-la.

Devereux (1956/1973) acrescenta que a cultura está muito relacionada ao potencial traumático de uma situação, porque ela é responsável por colocar à disposição do sujeito, condições e mecanismos de defesa que o permitem enfrentar suas vivências. O autor

exemplifica este aspecto, destacando a vivência de uma mãe espartana, cuja realidade de sua cultura era estar inserida em um contexto de guerra, e uma mãe ateniense:

Nas situações humanas, isto é, culturais, o estresse será traumatizante apenas se for atípico ou se, embora típico por natureza, for muito intenso ou mesmo prematuro. Um estresse é atípico se a cultura não possui nenhuma defesa pré-estabelecida, produzida em série, capaz de atenuar ou amortizar seu choque. Assim, é provável que a perda de um filho na guerra será mais traumático a uma mãe ateniense do que a uma mãe espartana, pois essa última estava condicionada a sua cultura para obter glória e consolo do sacrifício de um filho por sua terra (Devereux, 1956/1973, p. 32, tradução nossa²³).

Sob o mesmo exemplo, Devereux (1956/1973) discute que são possibilidades de trauma: intensidade, prematuridade e não dispor de defesas culturais. Um evento estressor pode ser fonte de trauma quando ocorre de forma particularmente intensa. Nesse sentido, o autor fala que mesmo em um contexto da guerra grega, é diferente perder um filho em combate e perder o único filho, ou ainda, todos os filhos: não há como se preparar para eventos que mobilizam os afetos de modo tão intenso. Um estado de estresse também pode ser traumático quando ocorre de modo prematuro, em um momento no qual o sujeito ainda não dispõe de defesas individuais e culturais sólidas e apropriadas para enfrentar determinada situação. Por essa perspectiva, situações cuja cultura forneceu meios de enfrentamento e elaboração, possuem um teor menos traumático, haja vista o sujeito ter maiores condições de simboliza-las. Em contrapartida, situações inesperadas e cuja cultura não ofertou condições de enfrentamento ao sujeito, se tornam mais propensas a serem nocivas ao psiquismo, culminando em um possível trauma.

É válido considerar que ao contribuir com o desenvolvimento dos mecanismos de defesa, a cultura auxilia o sujeito no processo de enfrentamento de situações relacionadas ao contexto em que vive. Diante de uma mudança de território, havendo o rompimento com o quadro cultural, é possível que as defesas que foram apreendidas não sejam mais tão eficazes. Devereux (1956/1973) afirma que estrangeiros que ainda não adquiriram defesas mais contingentes ao seu novo ambiente podem estar mais vulneráveis psicologicamente. Dessa forma, a possibilidade de a migração ser vivida de forma traumática se acentua, uma vez que suas repercussões podem não contar com os recursos culturais e do território do país de

²³ En las situaciones humanas, es decir, culturales, el stress será traumatizante sólo si es atípico o si, aunque típico por su naturaleza, es muy intenso o incluso prematuro. Un stress es atípico si la cultura no dispone de ninguna defensa preestablecida, «producida en serie», susceptible de atenuar o amortizar su choque. Así, es probable que la pérdida de un hijo en la guerra traumatizara mucho más a una madre ateniense que a una madre espartana, pues esta última estaba condicionada por su cultura para obtener gloria y consuelo del sacrificio de un hijo por la ciudad.

origem para serem encaradas e elaboradas, bem como ainda não foram introjetadas as defesas culturais do novo país.

Ao tratar da temática do trauma neste trabalho, contudo, não estamos afirmando que a migração será traumática a todo sujeito que a ela é lançado. Isso, sobretudo, porque não podemos pensar que uma situação é traumática *à priori*, haja vista que um trauma se dá, não exclusivamente pela situação a qual o sujeito foi exposto, mas também pelas possibilidades desse de acolher, elaborar e descarregar os afetos suscitados ao vivenciá-la, através de recursos individuais e culturais (Devereux, 1956; Ferenczi, 1933/1992; Freud, 1983/1996). Contudo, podemos pensar na migração como tendo um potencial traumático, em virtude do sofrimento e das diferentes situações de violências e negligências que estes sujeitos estão expostos, podendo provocar sentimentos intensos de medo, surpresa e angústia, por exemplo.

Esse potencial traumático da experiência migratória ocorre, sobretudo, quando ela ocorre um deslocamento forçado. Vale destacar, contudo, que o trauma não ocorre somente na situação a qual o sujeito está submetido, mas na conjunção destes dois aspectos: 1) a ocorrência de uma situação de estresse, que ocasiona excitação e afeto intenso, como medo e sofrimento, por exemplo; e 2) a impossibilidade de reagir ou agir sobre ele.

Sobre isso que vamos chamar de primeiro aspecto do trauma migratório, isto é, estes episódios potencialmente traumáticos de medo e sofrimento, podemos destacar que eles estão localizados nas diferentes etapas envolvidas em um processo de migração: no país de origem, no deslocamento e no país de destino. No país de origem, a exposição a situações de violência física e morais, como perseguições e ameaças, configura um possível trauma, em especial nos casos em que há um real risco de morte (Indursky & Oliveira, 2016). Embora em algumas migrações involuntárias a brutalidade e risco iminente possam estar ausentes, há a vivência de outras situações de violências que expõem o sujeito à vulnerabilidade e angústia. Kehl e Fortes (2019) destacam como a precariedade e a exclusão econômica e social do cotidiano dessas pessoas também se apresentam como elementos que podem ser traumáticos, assim como são o desabrigo, a fome e a falta de condições de sobrevivência.

O contexto de catástrofe social oferece risco ao sujeito no que tange à sua autoconservação e a preservação do Eu. De acordo com Dal Forno, Canabarro e Macedo, (2021, p. 16) o risco à autoconservação consiste naqueles que expõem o sujeito a riscos reais de ameaça à vida ou suprimem as condições de atender suas necessidades básicas de sobrevivência. Já a preservação do Eu, diz respeito às situações nas quais o Eu, diante dos excessos, “encontra-se em risco de desmantelamento no que diz respeito aos enunciados identificatórios que o constituem em sua dimensão subjetiva”. Em suma, essas situações que

estão relacionadas ao contexto migratório podem ser traumáticas por atentar contra a integridade física e psíquica de um sujeito.

Além dessas vivências de violência no país de origem, a ocorrência de outras manifestações hostis no país de chegada também pode ser vivida como traumatizantes (Kehl & Fortes, 2019). Silva (2021) destaca que há um potencial traumático nas possíveis barreiras encontradas no país de destino. Essas podem ser socioeconômicas, como a dificuldade em adquirir renda e moradia, dificultando o acesso a melhores condições de subsistência, bem como podem ser socioculturais, tais como a língua e as barreiras sociais e culturais. Além disso, as condições de recepção nem sempre se mostram favoráveis, podendo sujeitar o imigrante às vivências de discriminação, xenofobia, racismo e marginalização, como já mencionado. Dias (2020, p. 161) discute o conceito de trauma como “algo que está fora do sentido e da significação e que indica o lugar ocupado pelo sujeito na trama social, sentido frequentemente como um lugar de resto”. Assim, tanto são difíceis as vivências, como o é a reorganização interna necessária ao sujeito para superá-las.

Aqui, podemos pensar, então, no que vamos chamar de um segundo aspecto do trauma migratório: as condições de reação, enfrentamento e elaboração do imigrante. Para além da experiência intensa e o modo pelo qual o sujeito poderá acolher e elaborar uma experiência, o meio onde o sujeito encontra para expressá-la também fará dela mais ou menos traumática, tendo mais ou menos repercussões emocionais e psíquicas (Freud, 1920/2010).

A elaboração destas violências pode, ainda, ser dificultada por precisar ser feita em um lugar cujos códigos culturais e sociais são desconhecidos e onde precisa empreender trabalhos em direção a se estabelecer naquela organização social, encontrar habitação, trabalho, ter acesso à educação e saúde, aprender a língua, etc (Indursky & Oliveira, 2016). A esse ponto, a ruptura com o quadro cultural, já mencionada anteriormente neste trabalho, demonstra sua importância. Para Moro (2015), os eventos com potencial traumático, vividos no período migratório podem sê-lo ainda mais em decorrência da ausência dos referenciais culturais para significá-los. Assim, o traumático na situação de deslocamento também está enredado às perdas da cultura e a decorrente dificuldade em elaborar as vivências (Devereux, 1956/1973).

Nesse sentido, Koltai (2018, p. 69) aponta que “o trauma se refere menos aos horrores vividos do que à sensação de ter sido traído pelos seus, e que a falta de palavras remete menos à possibilidade de dizê-las do que à ausência de alguém para escutá-la”. Como apontado por Ferenczi (1933/1992), o desmentido que é infligido pelo outro e pelo mundo e o não reconhecimento diante da vivência do excesso provoca uma desautorização sobre o que se viveu. Kehl e Fortes (2019) retomam essa ideia de que o trauma é aquilo que está alheio à

atribuição de sentido e discute como isso pode ocorrer para o sujeito em deslocamento. Os imigrantes enfrentam dificuldades na transmissão das dores de suas vivências à medida que, em muitas vezes, sofrem dificuldades de inclusão no laço social e um tipo de aniquilamento subjetivo, ao passo em que tem muito de si, como identidade e cultura, desconsiderado no discurso do outro.

2.5 Clínica psicanalítica junto à população imigrante

Até o momento, tocamos em quatro temas que articulam conceitos caros à psicanálise e a migração involuntária, destacados da revisão de literatura, com o intuito de discutir sobre algumas implicações psíquicas da diáspora para o sujeito que a realiza. Também na revisão, observamos a recorrência de artigos que discorreram sobre as práticas clínicas junto à população imigrante, apontando para as particularidades no atendimento desses sujeitos. Aqui, apresentamos algumas contribuições destes trabalhos, com o objetivo de introduzir ideias a respeito das possibilidades de acolhimento psicológico e terapêuticas junto ao imigrante em um trabalho clínico orientado pela psicanálise.

Antes, contudo, vale apontar que a prática clínica de orientação psicanalítica junto à população imigrante não segue um modelo único de intervenção. Assim, essa atuação foi abordada de forma diferente pelos textos levantados na revisão de literatura, tanto no que toca à ênfase aos fatores que envolvem a migração, quanto no que diz respeito à intervenção clínica. Explicamos: diferentes autores destacam aspectos psicológicos e socioculturais diferentes na compreensão do fenômeno migratório involuntário e, assim, intervêm também de forma diferente. Aqui, traremos uma breve discussão sobre os dispositivos de acolhimento apresentados nos textos: começaremos apresentando a clínica transcultural e intercultural e, na sequência, traremos apontamentos do dispositivo clínicopolítico. Abordar as diferentes considerações teórico-práticas – pressupostos e modelos de intervenção – se justifica por tratarem de dispositivos de atendimento ao imigrante cujas diferenças nos permitem ampliar as possibilidades de pensar o acolhimento e manejo junto ao trabalho com essa população.

Os textos que abordam a temática da clínica transcultural e intercultural com imigrantes e refugiados são: *A clínica transcultural: cuidando da parentalidade no exílio* (Borges, Peirano & Moro, 2018), *Clínica Transcultural: o exercício de uma psicanálise decolonial* (Silva, 2021), *Psicoterapia transcultural da migração* (Moro, 2015), *Clínica intercultural: a escuta da diferença* (Martins-Borges, Jibrin & Barros, 2015) e *Serviço de atendimento psicológico especializado aos imigrantes e refugiados: interface entre o social, a saúde e a clínica* (Martins-Borges & Pocreau, 2012). O artigo que propõe um dispositivo

clínicopolítico é: *Dimensões da clínica psicanalítica com migrantes em urgência social: a rede transferencial* (Seincman & Rosa, 2021).

As psicoterapias intercultural e transcultural se aproximam nos pressupostos e manejo, uma vez que ambas são fundamentadas na disciplina intitulada etnopsicanálise ou etnopsiquiatria, oriunda dos estudos e dos atendimentos desenvolvidos por Devereux. Nestas modalidades de intervenção clínica²⁴, as sessões estão alicerçadas nos conceitos de complementariedade, universalidade psíquica e descentramento. O primeiro, diz respeito a esta dupla leitura dos fenômenos relatados, na qual são considerados os aspectos culturais e os aspectos psíquicos da vivência humana. O segundo nos diz que o funcionamento do psiquismo é comum a todo ser humano e o que o define como tal, mesmo que com significativas diferenças na composição do quadro cultural de cada um. Por fim, o descentramento toca no deslocamento do psicanalista de seus constructos culturais, de modo a abster-se do que lhe diz sua própria cultura, a fim de entender o outro segundo as produções de sentido e significados próprios à sua origem (Borges, Peirano & Moro, 2018; Devereux, 1981a; Silva, 2021).

Assim, as clínicas intercultural e transcultural têm suas atuações pautadas nos impactos que a cultura e, mais ainda, que o distanciamento da cultura de origem causa no psiquismo do sujeito; aspecto discutido anteriormente neste capítulo. De modo geral, compreende-se que a ruptura com o contexto externo, social e cultural, favorece uma desorganização do universo cultural que foi interiorizado pelo sujeito. Além disso, a ausência de acontecimentos e rituais familiares e coletivos também dificultam a elaboração das vivências dos imigrantes. Diante do sofrimento, o sujeito apenas dispõe de seus próprios recursos psíquicos para lidar com as adversidades, somando, ainda, uma “solidão elaborativa, relacionada às dificuldades linguísticas, sociais e culturais, [que] mina sua capacidade de defesa” (Moro, 2015, p. 188).

Silva (2021) argumenta que em uma psicoterapia transcultural, as representações culturais do sujeito devem ser incluídas e valorizadas no interior do tratamento. Borges, Peirano & Moro (2018) discutem, ainda, que é preciso olhar para os recursos que a cultura do sujeito tem a oferecer para dar sentido ao sofrimento do qual padece. Isso porque as situações

²⁴ Os dispositivos transcultural e intercultural apresentam similaridades em seus pressupostos, mas alguma diferença entre si. De acordo com Devereux (1981a), nas clínicas transcultural e intercultural pressupõe-se que o paciente seja de cultura diferente do terapeuta. Contudo, segundo a definição do autor, em uma psicoterapia intercultural, cabe ao analista conhecer em profundidade a cultura específica do paciente como meio de maneja-la para fins terapêuticos; enquanto isso, na transcultural, o psicanalista deve levar em consideração o papel constitutivo da cultura para o psiquismo e utilizar esse pressuposto para diagnóstico, condução e manejo do tratamento (Domingues, Honda & Reis, 2019).

de desordem e o sofrimento podem vir a se acalmar na busca por esse sentido, ao tecer uma teoria e uma explicação, a partir de crenças e construções culturais, criadas pelos relatos e narrativas das experiências, de técnicas culturais de cuidado do corpo, alma e vínculo (Borges, Peirano & Moro, 2018). De acordo com Moro (2015, p. 187), é importante definir “as teorias culturais sobre as quais cada um se apoia para sobreviver à dor e ao não sentido. Assim, iremos considerar, no discurso dos pacientes, a participação de imagens culturais: divindades, entidades da água, da terra, etc”.

Ao falar sobre o dispositivo clínico transcultural com o qual atua no Hospital Avicenne, em Paris²⁵, Moro (2015) explica que as sessões de psicoterapia, destinadas às crianças imigrantes e familiares, são organizadas em um dispositivo de grupo. Esse dispositivo é composto por uma equipe de quatro a dez terapeutas e coterapeutas, os quais são profissionais da área da psiquiatria, psicologia, enfermagem e assistência social, com formação em psicologia e psicanálise, além de estudarem antropologia, linguística e história. Estes profissionais devem ter, preferencialmente, origem cultural e linguística diferentes entre si e é importante, sobretudo, que os terapeutas tenham experienciado o descentramento e estejam familiarizados com diferentes sistemas culturais. O profissional que encaminha a família para atendimento também é convidado a participar nas primeiras sessões e elas podem contar, ainda, com um tradutor da língua e cultura do paciente.

Silva (2021) destaca que na clínica transcultural a relação entre terapeutas e pacientes é horizontal, descentrada e não hierárquica entre culturas. O autor, que atua no Centro de Atendimento da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), e faz uso um dispositivo psicoterapêutico inspirado na Clínica Transcultural de Marie Rose Moro, argumenta que o manejo diante da população imigrante deve ser capaz de ofertar aceitação e acolhimento das diferentes formas de alteridade cultural. Borges, Peirano & Moro (2018) destacam que na clínica transcultural, deve haver uma compreensão das etiologias culturais sobre o sofrimento humano, sem, contudo, julgá-las coerentes ou incoerentes. Os terapeutas e coterapeutas devem, pelo contrário, se colocar de modo respeitoso em relação à alteridade do paciente e seus modos de agir, de fazer e de pensar a o sofrimento, a doença e as vivências que relata.

²⁵ Neste ponto, é válida uma apresentação histórica: o Hospital Avicenne é um hospital público criado em 1935 com o objetivo de atender, principalmente, a população argelina e marroquina no contexto da colonização. Contudo, o hospital passou a atender a população localizada na região norte de Paris, na qual residem comunidades de origem africanas e asiáticas; região marcada por grande mistura cultural. Neste hospital ocorreram as primeiras consultas etnopsiquiátricas, realizada por Tobie Nathan, aluno de Devereux, e Marie Rose Moro (Domingues, Honda & Reis, 2019).

Entendendo que a estruturação e expressão do sofrimento psíquico ocorrem a partir das codificações culturais fornecidas por representações e significações do campo cultural e social que constitui cada sujeito, ao psicanalista cabe conhecer e adaptar seu modo de pensar saúde e doença de acordo com o que é cultural daquele paciente, rompendo com uma posição etnocêntrica do conhecimento. As análises realizadas sobre o funcionamento psíquico e sintomas do sujeito devem ser orientadas pela cultura do mesmo (Martins-Borges, Jibrin & Barros, 2015).

Outro aspecto importante nos atendimentos com ênfase no campo cultural do sujeito é a língua. É importante que a língua materna do sujeito seja valorizada e utilizada sempre que possível, permitindo que o imigrante se expresse a partir dos recursos e figuras de linguagem, subentendidos e significados implícitos de sua língua, o que pode contribuir para que o sujeito possa abordar temas difíceis. Para Moro (2015, p. 190), “longe de serem obstáculos, a língua dos pacientes, suas representações culturais, as lógicas culturais, que lhes povoam o imaginário, são considerados elementos da cena terapêutica e fontes de criatividade para os terapeutas e para os pacientes”. Entendemos, portanto, que é muito positivo quando o sujeito pode se comunicar em sua língua materna, pois, amplia sua expressão simbólica e afetiva por meio da familiaridade com sua comunicação (Martins-Borges & Pocreau, 2012).

Sob a mesma ênfase, somos apresentados por Martins-Borges e Pocreau (2012) ao Serviço de Atendimento Psicológico Especializado aos Imigrantes e Refugiados (SAPSIR), dispositivo clínico intercultural, cujo trabalho é realizado com imigrantes e refugiados, sobretudo vítimas de guerras e perseguições, que residem na cidade de Québec, no Canadá; também inspirado, dentre outros, nos estudos de Devereux e nos trabalhos do Tobie Nathan e Marie Rose Moro. Este dispositivo clínico também é organizado em um grupo de terapeutas, coterapeutas, pelo profissional da rede que encaminhou o paciente e um mediador ou intérprete linguístico e/ou cultural, de profissões e origens culturais diferentes, o qual atua com o intuito de apresentar práticas e fatos culturais que possam estar fora do conhecimento dos terapeutas e que estão presentes no sofrimento e sintoma.

De acordo com Martins-Borges, Jibrin e Barros (2015), cuja experiência descrita no texto ocorre na Clínica Intercultural, projeto de extensão do Núcleo de Estudos sobre Psicologia, Migrações e Culturas (NEMPsiC)²⁶, da Universidade Federal de Santa Catarina,

²⁶ Inspirado no SAPSIR e criado em 2014, o NEMPsiC é uma estrutura de pesquisa, de formação e de intervenção vinculada ao Departamento de Psicologia da UFSC, tendo como objetivo geral focalizar os fazeres psicológicos no contexto da Psicologia Clínica Intercultural, da Etnopsiquiatria, da Psicanálise e da saúde mental. As atividades de pesquisa e intervenção tocam temática dos processos migratórios e respectivos impactos

localizada na cidade de Florianópolis, o grupo de atendimento intercultural tem como principais funções

o suporte psicológico e cultural e a restauração de importantes aspectos da identidade. Assim, o grupo funciona como ‘envelope cultural’ – que protege, contém e evita o face a face – o dispositivo promove um espaço de transição entre dois mundos que se aproxime da representação cultural das pessoas que ali são atendidas (Martins-Borges, Jibrin e Barros, 2015, p. 189).

Em resumo, os artigos destacam a necessidade de considerar a cultura nos atendimentos à população imigrante. Portanto, há uma ênfase na compreensão do paciente e no manejo dos atendimentos que está, em especial, no reconhecimento do lugar privilegiado que deve ser atribuído aos conteúdos da cultura do sujeito, haja vista que eles estão no fundamento da expressão e compreensão de saúde, adoecimento e sofrimento (Martins-Borges & Pocreau, 2012; Moro, 2015).

Diante disso, a psicoterapia com imigrantes é um espaço de fala que permite que os sujeitos coloquem

em palavras as experiências vividas. Contar e recontar a história da família, dos antepassados e de todos aqueles que ficaram no país é passo necessário à reconstrução dos vínculos com o país de origem, a família, os pais e os filhos, assim como com o país de acolhida. É uma maneira de voltar a dar mobilidade às pessoas dentro da perspectiva da história da viagem (Borges, Peirano & Moro, 2018, p.151).

Se até então foi colocada ênfase na inclusão da dimensão cultural no acolhimento psicológico e tratamento do paciente, agora as discussões lançam luz à dimensão sociopolítica e no discurso social sobre o imigrante. Para isso, tomamos como ponto de partida o texto de Seincman e Rosa (2021), o qual aborda a experiência das autoras em uma instituição de acolhimento e abrigo de imigrantes, localizada na cidade de São Paulo. Vale apontar que o trabalho que realizam se dá com imigrantes em situação de urgência social, inseridos em um contexto de desamparo social e discursivo. As autoras explicam, ainda, que chamam de urgência social a junção de duas esferas de incidência sobre o imigrante: ausência de boas condições econômicas e materiais de sobrevivência somado à exposição a discursos que o colocam em posição de objetificação, submissão ou exclusão.

Diante do atendimento de um imigrante involuntário não podemos desconsiderar os impactos que o campo social e cultural opera sobre sua saúde mental, bem como as condições em que o deslocamento ocorreu e o que suscitou à realidade do sujeito. Por essa razão, ao discutirem o trabalho do psicanalista com imigrantes, Seincman e Rosa (2021) nos falam

sobre a importância de articular os aspectos psíquicos aos sociopolíticos inerentes à condição da migração involuntária. A escuta do imigrante precisaria ser orientada a partir de seu lugar histórico, social e político, considerando também os atravessamentos de raça, gênero e cultura (Rosa, 2012). Isso porque as autoras entendem que “a subjetividade se produz no próprio laço social e através dos discursos que permeiam o sujeito, com impregnações do imaginário social articulado com os fantasmas dos grupos sociais” (Seincman & Rosa, p. 4). Assim, no dispositivo clínicopolítico há ênfase, sobretudo, nos aspectos do campo sociopolítico e nos discursos sociais que incidem sobre o imigrante (Mountian e Rosa, 2012; Rosa, 2012).

Nos casos de urgência social o imigrante encontra-se em vulnerabilidade econômica, preocupando-se, em especial, com o que guarda relação com suas necessidades básicas, tais como alimentação, moradia, trabalho e renda, por exemplo. Dessa forma, deixa o que toca nos aspectos de vínculos, desejos e planos alheio às suas queixas. Muitas vezes, inclusive, o sujeito só consegue se relacionar com o meio social por meio desses aspectos burocráticos, “como se aquilo que se necessita não estivesse ligado à importância dos seus planos, dos desejos e da força que teve para superar as adversidades do caminho” (Seincman & Rosa, 2021, p. 3). Assim, ao considerar somente os aspectos do campo da concretude, o sujeito pode se ver impedido de construir uma demanda de atendimento clínico (Rosa, 2012).

Contudo, mesmo quando não são explícitas, as questões psíquicas precisam ser consideradas e uma demanda clínica pode ser construída junto ao sujeito. O psicanalista deve poder olhar para além da face da necessidade, lançando luz à história do sujeito, às suas relações, suas dores e desejos. Assim, possibilitando que o sujeito também possa olhar para esses aspectos de si e, a partir disso, possa se colocar novamente no campo social e operar uma reconstrução de si. Para Seincman e Rosa (2021), o psicanalista deve poder articular a esfera da necessidade e do desejo.

Rosa (2012, p. 31) afirma que uma escuta clínicopolítica se orienta, a princípio, na direção de identificar “os laços sociais que atualizam os processos de exclusão em curso, e buscar reverter e inverter a direção das práticas, de modo a permitir a todos a elaboração de seu lugar na cena social”. Esse trabalho tem como objetivo de romper com os possíveis silenciamentos destes que estão assujeitados aos discursos que, muitas vezes, não lhe autorizam uma condição de sujeito. Assim, o espaço transferencial de escuta e intervenção deve funcionar como um campo de compreensão da posição na qual o sujeito se situa no laço social, bem como espaço para mudança na posição subjetiva diante do outro (Seincman & Rosa, 2021).

O trabalho do psicanalista sob o viés clínicopolítico, o qual está fundamentado em constructos lacanianos, se articula ao campo dos discursos que circulam ou que se fixam ao sujeito. A proposta é a de sinalizar e intervir nas formas de preconceitos e discriminações da ordem da classe social, de raça ou de gênero, auxiliando o sujeito a elaborar e se recolocar no laço social. Por meio da relação transferencial busca-se suscitar rupturas no que está posto no discurso social, produzindo novos discursos e novas posições subjetivas no campo social, orientando a construção de novas estratégias e formas de existência (Seincman & Rosa, 2021).

Até aqui, destacamos a atuação do analista. Contudo, a bibliografia pontua também que há importância significativa em um trabalho articulado em rede para melhor atender a população imigrante. Martins-Borges e Pocreau (2012) entendem, por exemplo, que o auxílio ao imigrante deveria ocorrer aproximando as áreas de educação, saúde e serviço social, bem como diferentes áreas da psicologia, como a social, da saúde e clínica. Seincman e Rosa (2021) sugerem que algo importante no acolhimento do imigrante seria o desenvolvimento de uma rede transferencial, isto é, o estabelecimento de uma relação com profissionais e com a rede de serviços que atendem aos imigrantes que pudesse entender os afetos envolvidos no processo migratório sob a perspectiva do psicanalista. Nesse caso, a equipe que acompanha o imigrante poderia construir, de forma coletiva, um espaço para que aquele sujeito possa se posicionar, se relacionar e se organizar diante de suas diferentes demandas, sejam elas burocráticas ou emocionais.

Vale apontar, por fim, que dos textos que foram levantados em revisão de literatura, houveram aqueles que mencionaram os atendimentos à população imigrante sem, contudo, especificar ou definir um dispositivo clínico pensado para essa finalidade e para casos particulares de vulnerabilidades e urgências sociais. Isso significa dizer que o acolhimento à população imigrante pode ocorrer no seio de uma psicoterapia ou em instituições de saúde e assistência social, por exemplo. As contribuições apresentadas aqui, contudo, trazem elementos importantes para a atuação do analista junto ao imigrante. Isso porque acreditamos que acessar estas teorias podem tornar o analista mais sensível às demandas particulares que existem no acolhimento e manejo do tratamento de pacientes imigrantes.

Capítulo 3

3 Traçando itinerários: os caminhos da pesquisa e o método

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Qualitativa, uma vez que se trata de um estudo no qual nos lançamos a olhar as particularidades das vivências das participantes, buscando os significados e representações de um fenômeno para aquele que o vivencia (Gil, 2002). A investigação qualitativa não se trata, portanto, de levantar o maior número de dados e informações sobre um fenômeno social, mas sim de investigar e elucidar os processos subjetivos envolvidos na vivência humana desse fenômeno; nesse caso, a migração involuntária para mulheres venezuelanas.

O caráter exploratório se deu em virtude de tratarmos de um fenômeno atual e em curso, sobre o qual pretendemos oportunizar uma aproximação a fim de torná-lo familiar e mais claro. Enquanto isso, a natureza descritiva se deu pelo intuito de apresentar as principais características desse fenômeno ao leitor, tornando-o conhecido e proporcionando maior perspectiva sobre o assunto. Sendo crescentes as pesquisas sobre mulheres imigrantes, o recorte sobre as vivências da mulher venezuelana no Brasil se mostra relevante nesse contexto, no qual buscamos explorar e apresentar as experiências e os impactos da migração dessas mulheres, com seus atravessamentos culturais e de gênero (Gil, 2002; Marinucci, 2007).

3.1 Participantes: as mulheres venezuelanas

Participaram desta pesquisa oito mulheres venezuelanas que cumpriram com os critérios de inclusão: ter idade superior a dezoito anos; ter migrado para o território brasileiro a partir de 2017, ano que eclodiu a crise humanitária venezuelana, em condição considerada involuntária; que residam atualmente na cidade de Maringá ou região, e no país há pelo menos um ano; e que tenha alguma compreensão da língua portuguesa para que fosse possível a comunicação entre pesquisadora e participante.

As participantes têm idade entre 25 e 55 anos e chegaram ao Brasil entre um e cinco anos atrás. Na Venezuela, quatro possuíam uma profissão: médica, advogada, contadora e cozinheira; e quatro estavam desempregadas; sendo duas por se ocupar exclusivamente com os cuidados da casa, dos filhos e da família. Três participantes moram atualmente na cidade de Maringá e as outras cinco em um município vizinho. Cinco delas vivem com seu cônjuge e filhos, enquanto as outras três vivem sozinhas com os filhos. Apenas uma delas está inserida

em um emprego formal; duas realizam atividades remuneradas, como serviços de limpeza domésticos e comerciais e/ou cuidadora de idosos; e as outras cinco, dedicam-se exclusivamente ao cuidado da casa e dos filhos.

Para a análise dos resultados, mais informações sobre as participantes serão apresentadas. A identificação delas, contudo, não se dará pelo seu nome, por razões éticas. Elas serão chamadas por nomes fictícios, cada um deles referindo-se a uma escritora venezuelana. Assim como essas, as participantes dessa pesquisa também estão escrevendo suas histórias, além, é claro, de ter contribuído com a escrita desse trabalho.

3.2 Procedimentos: contexto do campo e instrumentos

Para a realização da coleta de dados contamos com a contribuição da Cáritas da cidade de Maringá, instituição que realiza o trabalho de orientação a pessoas em situação de migração e refúgio. Essa aproximação se deu a partir do contato que esta pesquisadora teve com membros da coordenação da instituição, em virtude da participação no Conselho Municipal dos direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas de Maringá (CORMA), do qual ambos fazem parte.

A princípio, verificamos a possibilidade de realizarem indicações de mulheres venezuelanas que pudessem participar desta pesquisa. Além de consentirem, também ofereceram a possibilidade de ceder o espaço físico da Cáritas para a realização das entrevistas, caso fosse necessário. Essa mediação foi documentada, submetida e aprovada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá, cumprindo com as determinações das diretrizes éticas que regulamentam as pesquisas com seres humanos (COPEP, *sd*²⁷).

A partir de então, foi pedido que a equipe técnica da instituição, composta pela assessora jurídica e assistente social, nos indicassem uma mulher venezuelana que residisse no país há mais de um ano e que pudesse participar desta pesquisa. Também foi solicitado que os profissionais a contatassem de antemão para apresentar a natureza da pesquisa e verificar sua disponibilidade para participação, para que somente depois disso entrássemos em contato com a indicada. Esse foi o meio pelo qual chegamos a primeira participante. Após a indicação da instituição, realizada sob concordância da mesma, foi realizado um contato inicial por parte da pesquisadora, através de mensagens de texto via WhatsApp, na qual a pesquisa foi explicada em linhas gerais, bem como foi apresentada a forma como se daria sua

²⁷ Disponível em: < <http://www.ppg.uem.br/index.php/etica-biosseguranca/copep> >

participação, como sugere Marconi & Lakatos (2003). Com o aceite da participante, foi agendado um encontro presencial para realização da entrevista.

A primeira entrevista foi realizada na Cáritas. Antes de inicia-la, a participante recebeu, mais uma vez, informações a respeito da pesquisa. Lemos juntas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual estava escrito em português e espanhol²⁸, e à participante foi oportunizado esclarecer quaisquer dúvidas e retirar sua participação, se assim desejasse. Com seu consentimento, agora escrito, foram realizadas as perguntas previstas no roteiro de entrevista semiestruturado²⁹, bem como outras questões que pareceram pertinentes durante o relato da participante, a entrevista foi gravada. Ao final da entrevista, foi pedido que ela realizasse a indicação de mais uma mulher imigrante venezuelana que, assim como ela, pudesse participar da pesquisa.

Esse pedido ocorreu porque planejamos chegar a outras participantes a partir do método não probabilístico Bola de Neve, que utiliza cadeias de referências para indicações de novas pessoas que possam participar da pesquisa (Vinuto, 2014). Essa tentativa, contudo, não obteve êxito. O contato sugerido pela primeira participante não respondeu às tentativas da pesquisadora, de modo que a entrevista seguinte também ocorreu com mediação direta da Cáritas. De forma semelhante, também não houve contato com a indicação feita pela segunda participante. As demais participantes, também indicadas diretamente por alguém vinculado à instituição, argumentaram não ter relações próximas com outras venezuelanas, por isso, não tinham indicações a fazer.

No total, foram realizadas oito entrevistas na cidade de Maringá e região metropolitana, número definido por saturação de dados, isto é, quando novas participantes não trazem novas informações ao quadro de análise, ou ainda, quando as informações levantadas forem o bastante para que a análise de dados aconteça (Vinuto, 2014). Todas as entrevistas ocorreram sob mediação da Cáritas – e foram atravessadas por ela; dessas, seis foram em espaços cedidos pela instituição ou parceiros e duas foram realizadas na residência das participantes.

Utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, a qual transcorreu como uma conversa, na qual a pesquisadora realizava perguntas às participantes e lhes deixava livres para responder da forma como desejassem. Nela foram realizadas questões relacionadas à vida na Venezuela, ao período pré-migratório, trajeto e adaptação ao Brasil, às diferenças culturais e gênero entre os países, assim como suas impressões, sentimentos e

²⁸ Disponíveis em anexo.

²⁹ Disponível em anexo.

marcos de toda a experiência até então. Assim, as questões suscitaram às participantes relatos sobre suas vivências em torno de todo o processo migratório, bem os afetos e os significados que atribuem ao que viveram. Por permitir que as participantes falassem livremente sobre as questões realizadas a elas, e ainda possibilitar a liberdade à pesquisadora de acrescentar ou retirar alguma pergunta, a entrevista semiestruturada foi o instrumento que melhor atendeu ao intuito desse trabalho (Gil, 1999).

As entrevistas não tiveram limite de tempo e duraram entre 36min e 01h47min, somando 10h21m no total. Elas foram gravadas em formato de áudio sob o consentimento das participantes e, posteriormente, foram transcritas de forma literal, incluindo as oscilações e misturas entre o espanhol e o português nas falas das participantes³⁰. Posteriormente, foram realizadas repetidas leituras sobre esse material com a finalidade de identificar as temáticas mais relevantes ao objetivo da pesquisa. As discussões realizadas no capítulo de análise dos resultados emergiram das próprias entrevistas e foram discutidos à luz da teoria que permeia este trabalho: a psicanálise.

3.3 Referencial de análise dos dados: uma pesquisa em psicanálise

O inconsciente está presente nas diversas manifestações e relações humanas, por isso, a escuta psicanalítica não se restringe ao *setting* da clínica tradicional, mas pode ocorrer em diferentes contextos. É a partir desse pressuposto que é possível uma pesquisa em psicanálise. A pesquisa aqui proposta se enquadra, mais especificamente, no que Mezan (2001) definiu como uma pesquisa psicanalítica a respeito da interface entre psiquismo e sociedade, uma vez que é um trabalho que tange a aspectos intersubjetivos diante de um fenômeno social e cultural. Para uma investigação psicanalítica ser possível diante de fenômenos sociais, culturais e/ou políticos é preciso sustentar uma escuta que guarde os requisitos básicos da psicanálise: escutar pela via da transferência, tomando-a como instrumento técnico, e realizar uma análise dos aspectos psíquicos contidos nos discursos, indo do fenômeno ao conceito (Rosa & Domingues, 2010).

Falar de transferência em um contexto de pesquisa psicanalítica nos demanda situá-la, primeiro, na construção psicanalítica, ainda que brevemente. A transferência consiste em uma relação na qual um sujeito reedita uma série de moções e fantasias a partir da substituição de uma figura anterior pela figura do analista; em outras palavras, em uma transferência se revive experiências psíquicas anteriores a partir daquele que o escuta. Isso faz da transferência um

³⁰ Neste ponto, vale apontar que para as análises e discussões dos resultados, todas as falas foram traduzidas para o português como forma de auxiliar na leitura do texto, tornando-o mais fluido ao leitor.

conceito e uma técnica da psicanálise, porque é somente a partir dela que é possível haver condições de se empreender uma investigação acerca dos conteúdos psíquicos de um sujeito de modo a ocorrer um processo analítico (Freud, 1901/2016).

Na medida em que empregamos a escuta destas experiências psíquicas em uma pesquisa, entendemos que a criação de novos saberes só pode ocorrer nesse espaço transferencial, constituído, a princípio, pelo desejo do pesquisador e pela transferência do participante. É a partir daí que o pesquisador sugere questionamentos que abrem ao participante a possibilidade de tocar sua memória e construir uma narrativa; e, ao expressar-se diante do pesquisador o participante permite, por sua vez, que esse empreenda sua investigação (Mezan, 2001; Rosa & Domingues, 2010).

A transferência é, portanto, característica identificatória de um processo psicanalítico. O tratamento dado a ela, contudo, difere. O destino da transferência em uma clínica psicanalítica não é o mesmo que em uma pesquisa em psicanálise. Na clínica psicanalítica, a transferência se interpreta e se dissolve; em uma pesquisa em psicanálise, a transferência se instrumentaliza. Isso significa dizer que, ao entender que o sujeito do inconsciente se manifesta na transferência, instrumentaliza-la significa aplicá-la na pesquisa, no tratamento dado aos relatos e a sua experiência com a coleta (Iribarry, 2003; Rosa & Domingues, 2010).

Diferente da escuta clínica produzida em uma análise, que ocorre a partir da fala do sujeito, em uma pesquisa se analisa um texto escrito, oriundo da soma da transcrição das narrativas e da transformação da experiência com os dados em um caso escrito, um relato. O pesquisador transforma os registros e as informações em relatos escritos e pode identificar as marcas do inconsciente, identificando e realçando o que surge no discurso, as posições e os efeitos de sentido. A entrevista transcrita é lida a partir da mesma técnica psicanalítica: uma leitura-escuta flutuante, descentrada e privilegiando as palavras, as expressões, as brechas e os temas que permita criar um sentido sobre o texto-narrativa. Cria-se, então, uma leitura dirigida pela escuta (Iribarry, 2003; Figueiredo & Minerbo, 2006; Rosa & Domingues, 2010).

É dessa forma que a investigação e a análise de dados de uma pesquisa em psicanálise pode acontecer: por uma leitura que seja dirigida pela escuta e pelo uso de uma transferência instrumentalizada. Sob os termos de Iribarry (2003, p. 129)

Uma leitura dirigida pela escuta é o dispositivo com o qual o pesquisador identifica, no texto transcrito das entrevistas e questionários respondidos por seus colaboradores (sujeitos participantes da pesquisa), contribuições singulares . . . para o problema de pesquisa norteador da investigação. A transferência instrumentalizada é o processo por meio do qual o pesquisador se dirige ao dado de pesquisa situado pelo texto dos colaboradores e relaciona seus achados com a literatura trabalhada e procura, além

disso, elaborar impressões que reúnam as suas expectativas diante do problema de pesquisa e as impressões dos participantes que forneceram suas contribuições.

Iribarry (2003) destaca, ainda, que uma pesquisa em psicanálise também se dá a partir das impressões transferenciais de um pesquisador para com o trabalho que está realizando. Mais ainda, que essas impressões estão relacionadas ao modo com o qual esse pesquisador se relaciona com e realiza a leitura dos dados de sua pesquisa. Isso significa que essa leitura-escuta é orientada também pela contratransferência. A esse respeito, podemos mencionar, ainda, a contribuição de Devereux (1967/2018), que trata da centralidade desse fenômeno para uma pesquisa. O autor argumenta que só é possível observar um evento e um fenômeno a partir de seu próprio lugar de pesquisador: “tudo o que podemos conhecer ocorre próximo ao e no aparelho de experimentação científica, cujo elemento mais importante é o próprio observador” (p. 7). A contratransferência oferece, portanto, dados cruciais às ciências humanas.

Sendo assim, é preciso considerar que nessa dinâmica transferencial-contratransferencial também surgem implicações para a pesquisa. Em primeiro lugar, como se dá a transferência? Para quem se fala em uma pesquisa? Quem é ou, mais ainda, que lugar ocupa o pesquisador que acolhe a narrativa daquele participante? Por outro lado, Devereux (1967/2018) aponta que pode haver sensações, angústias, pontos cegos ou inclinações no próprio pesquisador diante de seu processo de pesquisa. É, afinal, esse último quem irá produzir algo a partir do que lhe é dito.

Como Ferraz (2021), entendemos que a interação entre o pesquisador e o sujeito que participa de uma pesquisa é um fator de relevância e que pode propor dados importantes para análise. A partir disso, não se pode perder de vista que os dados produzidos aqui se deram dentro dessa dinâmica transferencial, isto é, que os resultados apresentados e discutidos à luz da literatura psicanalítica são produtos daquilo que foi dito pelas participantes, pelas impressões da pesquisadora sobre o conteúdo examinado e pela forma pela qual as entrevistas a interpelaram (Figueiredo & Minerbo, 2006).

O método de investigação dessa pesquisa em psicanálise tem como base a ideia de que a construção de um saber só pode ser concebida como algo que se dá a *posteriori*: “o pesquisador está implicado desde o momento da “coleta de dados” até a “análise” desses dados e o percurso é sempre uma construção que não está preestabelecida” (Musatti-Braga, 2015, p. 28), pois, se dá na relação entre pesquisador e pesquisado. Assim, a análise dos

resultados se deu a partir da escuta orientada pela dinâmica de transferência-contratransferência diante das narrativas das participantes (Rosa & Domingues, 2010).

Capítulo 4

4 “Migrar é isso, é uma mala pesada de carregar”

A compreensão de que uma pesquisa em psicanálise está baseada em uma relação de fala entre participante e pesquisador, orienta tanto o método de investigação de um trabalho, quanto a forma como se dá a construção de seus resultados. Destacamos a ideia da construção, porque embora se parta de questões orientadoras, os rumos do trabalho não são sabidos *a priori*, mas são produzidos na e pela investigação. Com isso, salientamos que as temáticas exploradas nesse capítulo de discussão de resultados não foram definidas de antemão, mas são produtos do contato entre pesquisadora e participantes (Ferraz, 2021; Mussati-Braga, 2015; Rosa & Domingues, 2010).

O que apresentamos a seguir é, portanto, os resultados e as análises do que mais se destacou nos discursos das participantes a partir dessa relação transferencial, tendo como base o objetivo deste trabalho: conhecer os impactos psíquicos da migração involuntária para as mulheres venezuelanas. As discussões aqui propostas emergiram do encontro entre três elementos. O primeiro deles, as narrativas de cada mulher que se dispôs a contar um pedaço de sua história. O segundo, a leitura-escuta de cada uma dessas entrevistas, balizadas pela via da transferência instrumentalizada. O terceiro, a intersecção com a psicanálise, teoria que fundamenta a escuta e a escrita desse trabalho, apresentada em capítulos anteriores (Iribarry, 2003).

Ao longo do capítulo destacamos trechos das entrevistas realizadas e propomos discussões a partir de situações, lembranças e afetos relacionados ao processo migratório que foram marcantes e se sobressaíram nessa leitura-escuta das entrevistas. Organizamos essas análises em cinco tópicos, cada um deles levando como título uma frase proferida por alguma participante, assim como também é a fala de uma participante que intitula esse capítulo. Assim, é também a partir de suas narrativas que se dá o prenúncio do que abordaremos na sequência.

Em “E aí tudo começou a colapsar” falamos sobre o período pré-migratório. Embora já tenhamos mencionado a problemática socioeconômica em curso no país bolivariano, aqui trataremos a experiência das participantes desta pesquisa, de modo a refletir sobre a vivência de um contexto de crise humanitária que culminou na decisão de saída da Venezuela, a relação dessas com seu país de origem e os possíveis impactos psíquicos de vivenciar esse cenário. O segundo tópico “Eu deixei algo muito querido para mim. Meu país é muito querido!” apresentamos algumas vivências das mulheres venezuelanas em sua partida, trajeto entre a

Venezuela e o Brasil, e a adaptação no país de acolhida. Nele, tratamos daquilo que se sobressaiu acerca das experiências, dificuldades e expectativas desse período, além de mencionar algumas perdas e o trabalho de luto necessário para elaborá-las. Dentre essas perdas, mencionamos também aquelas concernentes às experiências da cultura do país de origem, tratando de possíveis impactos identitários e psicológicos desse distanciamento no terceiro tópico, intitulado “À minha filha eu estou ensinando a minha cultura”. Na sequência, em “Não é que não me entendia, é que não queria entender, porque eu era estrangeira” destacamos a relação com a população brasileira, que entre ajudar e discriminar, parece manter o imigrante em posição marcadamente de estrangeiro, outro. Por fim, o quinto tópico, “Ser mulher é estudar o ensino médio, casar, ter filhos e acabou” abordamos considerações sobre os impactos dos atravessamentos de gênero nas migrações, a partir do que narra as participantes sobre sua experiência em ser uma mulher venezuelana morando no Brasil.

4.1 “E aí tudo começou a colapsar”

No capítulo dois mencionamos que ao migrar o sujeito perde muito. A escuta das entrevistas nos mostrou que as perdas se iniciam mesmo antes da mudança para outro país. Isso ocorre, sobretudo, quando se trata de uma migração involuntária, desencadeada pela irrupção de uma conjuntura de escassez de condições básicas de subsistência e violação de direitos humanos, como é o caso das venezuelanas entrevistadas. Essas perdas e dificuldades vividas pelas imigrantes e seus familiares no período pré-migratório se apresentam tanto como elemento motivador para a migração, quanto cenário produtor de sofrimento.

No que toca ao aspecto dos elementos motivadores para a migração, a situação econômica do país e suas consequências, em especial a pobreza, o desabastecimento de alimentos e a fome estiveram presentes nos relatos de todas as mulheres entrevistadas. Mais ainda, não somente sua vivência individual aparece em suas falas, como também relatos sobre a vivência de uma crise humanitária, caracterizada por um período de escassez e sofrimento coletivo, compartilhado entre a população venezuelana:

O que me fez sair dali foi porque eu estava vendo que a gente tinha que comer uma vez por dia, entendeu? A gente tinha que ficar, tinha que decidir comer de tarde ou de manhã, entende? Então eu não estava aguentando, entendeu? Não tinha nada em casa... começaram a roubar os mercados, as pessoas roubavam comida, entendeu? A gente ficava três dias sem comer, dois dias sem comer... (Hanni³¹).

A comida na Venezuela era só, não sei se você viu nas notícias, mas vendiam milho lá, moíam, moíam [o milho], faziam uma massa e vendiam isso para as pessoas

³¹ Hanni tem 26 anos de idade, mora no Brasil há três.

[comerem]. . . . nada de carne, queijo, manteiga, nada. Quando começamos a pensar que estávamos saindo da crise, que estávamos saindo, caiu a pandemia. De novo [piorou]. . . Nós, venezuelanos, passamos por muitos momentos terríveis, terríveis, que ninguém pode imaginar. As pessoas enlouqueceram, cometeram suicídio, as pessoas que tinham uma posição boa e perderam, cometeram suicídio. Houve casos semanais de suicídios. Semanalmente. A depressão foi demais (Milagros³²).

Milagros relata, ainda, ter vivido a experiência de escambo e racionamento de comida: conta-nos que ao invés de receber o pagamento por seu trabalho em dinheiro, pedia aos clientes que lhe pagasse com alimentos. Depois, fazia a divisão desses com seus familiares, os quais também trocavam seus serviços por comida. Relatos comuns também foram os de mulheres que deixavam de comer para alimentar aos filhos. Experienciar a fome foi, para muitas, determinante para levar adiante o processo migratório.

A dificuldade de acesso a medicamentos e tratamentos de saúde também foi apontado como uma importante razão pela qual as participantes saíram da Venezuela. Esse fato também foi visto por Pinheiro (2021), que apresentou casos de imigrantes venezuelanos que saíram de seu país pela impossibilidade de cuidarem da própria saúde ou de seus familiares. Das oito entrevistadas, cinco mencionam situações de doenças que não conseguiram tratar em seu país de origem. Mencionam, por exemplo, que ao procurarem por tratamento hospitalar no serviço de saúde público venezuelano, ainda que houvesse atendimento médico, não havia insumos para utilizar na população; assim, cabia aos próprios pacientes adquirirem o que não havia nos hospitais, como medicamentos, seringas etc. Isso, certamente, não era possível para a maioria delas, tanto pela falta de recursos financeiros para adquiri-los, quanto pela falta desses medicamentos e insumos disponíveis para compra no país.

Me mandaram leva-lo ao hospital e eu não quis, porque no hospital de El Tigre, quem entra, não sai! Porque se morre! Lá não tem médico, lá não tem nada... tinha cinco anos que não faziam um ultrassom no meu filho porque um ultrassom na Venezuela custa mil dólares. Mil dólares custa um ultrassom! (Milagros).

Na Venezuela, se chega um paciente assim [grave], se atende rápido, porque são emergências, se atende rápido. Apesar de que na Venezuela não tenham muitos insumos, não tem muito medicamento, muitas injeções... às vezes tem que pedir que a família compre na farmácia para poder atender ao seu familiar (Astrid³³).

Uma das participantes, Hanni, conta que buscar um tratamento para si, foi decisivo para migrar do país. Por outro lado, quatro delas relatam que os cuidados de saúde que buscaram ao migrar foram para seus filhos; dessas, três tem algum filho com algum tipo de deficiência ou problema de saúde que exige cuidados especiais. Aqui, achamos oportuno

³² Milagros tem 55 anos e está há um ano no Brasil.

³³ Astrid tem 36 anos de idade, reside há um no país.

mencionar que outro tema de destaque nas entrevistas foi o interesse em proporcionar um futuro com mais qualidade de vida para seus filhos.

Minha vida na Venezuela foi bastante complicada, bastante difícil, muita coisa... passamos fome, passamos de tudo. Meus filhos já não estavam estudando, era muito complicado e difícil comprar sapatos, lápis, cadernos para eles estudarem. . . . Eu tenho um filho com deficiência, ele convulsionava muito porque já não tínhamos, não tinha como comprar o remédio para ele. . . . Se a gente ficasse lá, ou morria meu marido ou eu morria, e meus filhos também, porque estavam passando fome, a gente não comia mais. Então... seus pais, o papai e a mamãe fazem tudo quando tem filhos, entendeu? E seu pai e eu, pelas crianças, chegamos aqui (Teresa³⁴).

As informações e vivências pré-migratórias relatadas até aqui vão ao encontro dos estudos sobre a realidade venezuelana atual e que caracterizam uma migração involuntária, isto é, realizada pelo imperativo da necessidade. É um consenso nas entrevistas deste trabalho: “a maioria dos venezuelanos que saíram é porque não tinha como viver” (Mireya³⁵). Nesse sentido, Nascimento (2021) argumenta que um sujeito pode viver uma sensação de proximidade com a morte diante da fome e da carência no acesso a insumos e cuidados médicos; assim, esse cenário de crise humanitária promove riscos à integridade física e emocional desse sujeito. Os relatos também corroboram com outras pesquisas realizadas com a população imigrante venezuelana no Brasil, as quais indicam as adversidades aqui também apresentadas: a difícil situação na qual se encontra a população venezuelana, exposta a um contexto sistemático de instabilidade política, econômica e social, no qual vivem condições de privação no acesso a condições básicas de subsistência (Ew, 2022; Perna, 2023).

Nas narrativas já mencionadas, as participantes falaram sobre as situações que podemos considerar como circunstanciais para a tomada de decisão de migrar, momento no qual a permanência fica insustentável e a migração parece a única alternativa: “o gatilho de que ‘isso não quero para mim’” (Lucila³⁶). Contudo, muito foi vivido por essas mulheres até o dia em que efetivamente saíram do país rumo ao Brasil. Nesse sentido, notamos, assim como Ew (2022, p. 64) que o “processo migratório não inicia apenas quando o imigrante está se deslocando: o trabalho psíquico começa antes de arrumar as malas”.

No curso das entrevistas um aspecto chamou nossa atenção: diante da questão disparadora “como era a sua vida na Venezuela?” algumas participantes passaram a relatar sobre sua vida na Venezuela “naqueles anos” (Hirgínia³⁷), discorrendo sobre a vida em um período anterior à crise. As participantes ressaltavam, por exemplo, um país de recursos e

³⁴ Teresa tem 45 anos de idade e migrou para o Brasil em 2019.

³⁵ Mireya tem 36 anos de idade e está residindo no Brasil há três.

³⁶ Lucila tem 27 anos e está no Brasil há seis.

³⁷ Hirgínia tem 25 anos de idade e vive há 4 anos no Brasil.

oportunidades e demonstraram, em comum, um apreço pelas memórias e vivências mencionadas.

Minha vida na Venezuela naqueles anos era muito boa, agora a Venezuela está um pouco ruim... antes, na Venezuela, tinha de tudo, tinha comida, tinha... podia... na Venezuela tinha roupa, tudo isso. Eu gostava muito (Hirgínia).

Na Venezuela, antes de ficar muito ruim, eu morava muito bem, minha família também, porque a Venezuela era um país muito, muito bom, era um país que não tínhamos que ter tanta preocupação... Não tinha que pagar aluguel, a energia era muito barata, se pagava, era muito pouco... era um país muito rico (Enriqueta³⁸).

Observamos que outras pesquisas realizadas com imigrantes venezuelanos têm participantes que indicam essa mesma percepção: a de que a Venezuela era um país que provia boas condições de vida para sua população e que essa sofreu com as transformações que ocorreram no cotidiano pós-crise. Rodrigues (2022) cita falas de alguns dos participantes de seu estudo os quais enfatizam a qualidade de vida garantida pelo aspecto político e socioeconômico venezuelano anterior à crise, oportunizado pelos serviços estatais, baixos custos de vida e, em geral, uma boa remuneração laboral. Há, portanto, uma perda na dinâmica de vida bastante significativa para os venezuelanos neste intervalo de tempo que compreende a instalação da crise humanitária e o momento de sua partida.

Os relatos das perdas não ocorreram sem pesar. A participante Lucila ilustra sua percepção do período em que seu país deixou de ser o que ela conhecia e o lugar em que ela poderia projetar um futuro. É um trecho de sua fala: “e aí tudo começou a colapsar” o título deste tópico. Observamos na fala de Lucila, assim como na de outras entrevistadas, um sofrimento relacionado à perda do país que um dia a Venezuela foi e que a perda do país de origem começa a ser sentida quando elas ainda estão em seu território.

Tudo começou a desandar, sabe? A universidade em greve . . . e aí tudo começou a colapsar... o sistema de saúde, tudo. O que era comida começou a colapsar. Para você comprar, tinha que fazer filas de doze horas, tinha que praticamente amanhecer na fila e era complicado para mim, tipo... ter trabalho, né? Eu era jovem e ia conseguir um trabalho. Tinha que pagar o aluguel, conseguir um trabalho então que horas eu ia fazer fila pra comida? Não tinha tempo. Então tudo começou a desandar . . . Não tinha nada ser feito, sabe? Vendo tudo aquilo, não dava pra fazer nada, tudo só piorando... então eu decidi ir embora (Lucila).

Lucila diz ainda que “‘agora’ não tem sistema de saúde lá”. Teresa corrobora essa afirmação, dizendo que a atenção de saúde que um dia existiu na Venezuela, “se acabou”. Outras participantes trazem sentimentos semelhantes a esse e robustecem a hipótese de que os

³⁸ Enriqueta tem 27 anos de idade e está morando no Brasil desde 2021.

sentimentos de perda começam quando ainda estão na Venezuela. É o caso de Hirgínia que, ao ser questionada sobre o que sente falta na Venezuela, afirma que diria sentir falta da comida venezuelana, mas não pode, porque quando saiu de lá já não as comia mais; reiterando, ainda, dizendo que não há do que sentir falta de seu país de agora e, mais ainda, que não pensa em retornar a não ser que a “Venezuela volte a ser Venezuela” (Hirgínia).

Outra entrevistada, Mireya, trabalhava como cozinheira em uma escola pública da Venezuela e, ao contar sobre sua ocupação, disse-nos que lá “se dizia ‘cozinheira da pátria’, mas não sei que pátria”. Diante disso, notamos que houve, em algum momento de sua história, um reconhecimento por trabalhar para seu país, para sua pátria. Contudo, em virtude da crise que provocou o declínio do Estado, já não se sabe mais que pátria é essa ou se ela ainda existe.

Ao marcar as sucessivas perdas que tiveram em decorrência do período de crise, é isso que nos comunica as participantes: a perda de seu país, de sua pátria, mesmo antes da migração. O período de crise na Venezuela provocou consequente mudança na dinâmica de vida da população, marcando rupturas com hábitos e projetos, e a perda de costumes que tinham até então. Essa situação também foi narrada por Enriqueta, ao afirmar que a Venezuela costumava ter uma forte tradição no mês de dezembro na celebração do Natal, mas que “depois que o país ficou assim, todos esses costumes foram se acabando”. A mesma participante, ao ser questionada sobre o que fazia para se distrair e se animar no dia a dia, respondeu que

Nos últimos tempos lá já não existia ânimo para nada. Ânimo de ir a um parque comum, levar seu filho para passear, tomar um sorvete, sabe? Já não existe nada disso... tudo isso acabou (Enriqueta).

Os sentimentos de perda que começam enquanto as participantes ainda viviam na Venezuela: relacionados aos costumes, tradições, possibilidades, ânimo. Essa é uma percepção que também foi relatada na pesquisa de Ew (2022, p. 64), ao relatar que uma de suas entrevistadas afirmou “que sentia falta de seu país mesmo enquanto vivia nele”.

A imigração, nesses casos, parte de uma constatação da dificuldade de continuar exercendo funções sociais ou projetos de vida (Ew, 2022; Ferreira, 2022). Isso vai ao encontro do que discute Nascimento (2021, p. 59): parece haver uma “impossibilidade de poder ser mãe, cuidar e alimentar os filhos; de poder trabalhar e ter uma vida digna; de viver sem a ameaça gerada pela violência e insegurança pública; e, por fim, de poder sonhar e ter perspectivas de um futuro naquele lugar”.

A impossibilidade da realização de projetos de vida apareceu nos relatos das participantes da pesquisa. Lucila, por exemplo, descreve que queria estudar na universidade, contudo, quando chegou ao fim do ensino médio “tudo começou a ruir”, a universidade entrou em greve e era necessário fazer filas para conseguir alimentos; assim, não conseguiu levar adiante esse que era seu maior desejo. Hanni, por outro lado, desejava trabalhar para conquistar uma casa para si e suas filhas; projeto que foi descontinuado em virtude de um adoecimento para o qual não encontrou tratamento no seu país em crise. Também Milagros, que mencionou cozinhar como sua atividade terapêutica na Venezuela, já não podia mais recorrer a essa prática, uma vez que quase não havia comida em seu país. Essas falas vão ao encontro do que afirma Ferreira (2022, p. 150), ao pontuar que a migração venezuelana está atravessada “pelas rupturas de projetos de vida e do sentimento de desesperança e desespero vivenciado por estas pessoas, [n]o contexto venezuelano e [n]a crise”.

Em uma migração involuntária estão presentes diferentes interrupções e perdas que carecem de elaboração, além de um sentimento de fracasso diante do projeto existencial que havia no país de origem e que não pôde ser realizado. Em outras palavras, o que se observa é que havia uma Venezuela anterior à crise e havia nela pessoas com rotinas, planos e expectativa de futuro. Com a instalação da crise humanitária, o país deixou de ser como era e projetar-se ali também se tornou difícil à sua população. Há, portanto, uma perda significativa de seu país e da possibilidade da continuidade de si naquele território; há um luto a ser elaborado (Ferreira, 2022; Grigorieff & Macedo, 2018; Nascimento, 2021).

4.2 “Eu deixei algo muito querido para mim. Meu país é muito querido!”

O trajeto entre o lugar de partida e a chegada ao país de destino foi diverso entre as participantes. Algumas delas realizaram o percurso acompanhadas de familiares; outras, já contavam com membros de sua família no Brasil; outras, por sua vez, foram as primeiras de sua família a migrar e vieram sozinhas ou como as únicas responsáveis pelos filhos. A forma como chegaram à fronteira também variou entre as participantes da pesquisa: enquanto algumas delas realizaram o percurso de ônibus até Pacaraima, outras pegaram caronas e outras, ainda, finalizaram o traslado pelas *trochas*³⁹. O período que passaram nos abrigos de

³⁹ *Trochas* são como chamam os trechos do percurso que estão localizados nas cidades fronteiriças e que dão acesso irregular ao país quando as fronteiras estão fechadas (Perna, 2023), e que precisam ser feitos a pé e, preferencialmente, à noite. *Trocha* tem sua tradução para o português como “trilha”, contudo pelo termo não contemplar os significados presentes na expressão em espanhol e nas vivências das imigrantes que as atravessaram (Ew, 2022), manteremos o original.

Roraima e posterior chegada ao noroeste do Paraná também foi vivenciado de formas diferentes.

Os relatos contaram com diferentes emoções relacionadas a esse trajeto, e um dos mais recorrentes sentimentos mencionados foi o medo. Esse, relacionado ao risco de se perderem uns dos outros, de se ferirem no caminho ou de sofrerem algum tipo de violência, ou ainda, de não conseguirem chegar à fronteira ou serem impedidos pela polícia. Essas inseguranças são frequentes nos imigrantes venezuelanos conforme dados da ACNUR (2021) que indicam que a recorrência de situações de ameaças físicas, roubo, suborno e violências de autoridade estatal, por exemplo. Fenômeno semelhante foi observado por Rodrigues (2022) em seu trabalho com imigrantes venezuelanos, o qual indicou que uma das fontes de angústia do sujeito que migra são as condições que encontram no deslocamento de um país a outro.

Relatos como fome, frio e sede também foram comuns nas entrevistas, sobretudo na experiência nas *trochas*, que diz respeito ao percurso realizado a pé entre cidades fronteiriças, como Santa Elena de Uairén, localizada e região conhecida como La Gran Sabana, mencionadas pelas participantes.

Toda essa travessia da Venezuela até a fronteira do Brasil também é muito perigoso . . . tínhamos que andar por lugares muito perigosos, cruzamos montanhas para chegar ao Brasil, com crianças andando em baixo de chuva, em baixo de sol, sem comida... sabe, não é algo fácil para um imigrante. Não é fácil migrar, porque se corre muitos riscos de morrer durante uma travessia. . . . tem gente que passou coisas muito piores do que eu. . . . porque nós, ao sairmos de nosso país, é pra viver ou pra morrer. Quando nós saímos de lá, é pra viver ou pra morrer (Enriqueta).

Caminhei pela *trocha* até chegar lá e pegar os documentos. Caminhei sete dias com meu filho morto de fome... tudo, tudo foi muito ruim. Mal, mal, mal. Foi horrível, mas eu tinha assim... como te explico? Terror. . . . tínhamos que ser unidos, porque não éramos só nós, era muita gente que veio por esse caminho. Estávamos em quarentena e tudo estava fechado e tivemos que passar por muitas coisas... na *trocha* foi bem perigoso... foi horrível (Mireya).

Neste percurso as imigrantes precisam se desfazer daquilo que trouxeram consigo da Venezuela: deixam pelo caminho alguns de seus pertences, peças de roupas, calçados, entre outros; de modo que o peso que carregam seja menor, e a caminhada seja facilitada. Essa situação também foi apresentada por Ew (2022), que destaca como cada item deixado pelo caminho necessita de um rápido processo de desinvestimento daquilo que o sujeito havia escolhido para acompanhá-lo no trajeto e nos primeiros dias no Brasil.

A experiência nas *trochas* descortina a intensa vulnerabilidade vivenciada pelas imigrantes. De acordo com a mesma autora, o que as fazem persistir é a expectativa de que

possibilidades de melhores condições de vida estão há alguns quilômetros à frente (Ew, 2022).

Essa chegada, contudo, diminui, mas não cessa as inseguranças: as substituem. Nos relatos das mulheres venezuelanas foram narradas diferentes barreiras e percalços relacionados aos primeiros tempos no Brasil e as condições de abrigo que tiveram acesso. Foram comuns as narrativas das mulheres que dormiram na rua ou no chão de algum abrigo. Longas filas de muitas horas para ter acesso a alimentos também foram presentes em seus discursos e as fizeram repetir a difícil situação vivida anteriormente em seu país.

No momento foi triste, porque na fronteira do Brasil estava... a situação estava... chegou em um momento que ficou horrível... Eu cheguei e certo, havia milhões de venezuelanos, milhões... ufa... muitas pessoas fazendo fila pra comer, e... e eu, por um momento... horrível. Porque eu achava que eu estava perdida... era muita gente, então a gente tinha que ir em um lugar escondido pra deitar durante o dia; comíamos doze horas, e as três da tarde [íamos] pra fila; tinha dias que não era suficiente, tinha dias que dava certo, entendeu? Tinha dias que a gente ficava sem comer porque não era suficiente, porque era muita gente, entendeu? É horrível (Hanni).

Ew (2022), em sua pesquisa com imigrantes venezuelanos, também identificou essa tristeza relacionada à vulnerabilidade no país de origem que continua com a chegada no Brasil, uma vez que constatam que há uma continuidade na situação de precariedade que era vivida na Venezuela.

Contudo, ainda que com poucos recursos, as participantes relataram ser possível enxergar perspectiva no porvir. De acordo com Calvo (2005), deixar para trás seu país de origem e atravessar as adversidades migratórias decorre de uma esperança construída sobre ideias de melhores possibilidades de sobrevivência e vida. Para Mireya, ainda que tivesse vivenciado diversas dificuldades na chegada ao país de destino, também se sentiu acolhida. A participante fala sobre todo esse período de saída de seu país e chegada ao Brasil como uma vivência de desamparo, que somente pôde atenuar ao chegar à fronteira, ser abrigada e iniciar o processo de solicitação da documentação: “eles [OIM] conseguiram algo bom para aqueles imigrantes que estavam praticamente desamparados... agora não mais [me sinto desamparada]. Quando saí sim, estava desamparada e não sabia o que fazer”.

No país de destino e efetivo afastamento de seu país de origem há, ainda, outros desenlaces que são inevitáveis: após a chegada no Brasil, as mulheres se deparam com outras perdas para além das que já tiveram em solo venezuelano. Vemos, portanto, que o impacto das perdas se estende também ao período de chegada, adaptação e permanência no novo país.

A linguagem era a mesma língua, tua gente, tua terra, entendeu? ... eu chego aqui e é bom, mas não é como eu quero, entendeu? Nada é como você está acostumada, as suas

coisas... entendeu? ... Eu tinha mais amigas do que aqui, entendeu? Aqui eu não conheço ninguém... Tem dias que eu penso em voltar, tem dias que eu não quero ficar mais... é horrível. Eu já não suporto, porque migrar e estar longe da sua família é horrível, é horrível (Hanni).

O relato de Hanni representa um sentimento compartilhado entre as participantes: o que se perde ao migrar. Em novo território, o sujeito se vê longe das pessoas que ama, como seus pais, irmãos, filhos e amigos; de sua terra, dos ambientes e paisagens; e dos aspectos da cultura, como a língua e a gastronomia, os quais ocuparam lugar de destaque nas narrativas das participantes.

A falta dos familiares que ficaram na Venezuela figura como um dos maiores pesares das participantes e os relatos sobre isso estiveram no centro de alguns dos momentos em que elas se mostraram mais emocionadas em toda a entrevista. Durante as falas, relacionaram a essa falta, sentimentos de dor e de vazio, além de mencionarem a impossibilidade de recuperar aquilo que foi perdido com a passagem do tempo, na distância:

Minha família, isso é algo que não... não tem pessoa, não tem prazer, não tem nada, moça... sentimento familiar, eu acho que é daí que sai o amor de Deus, da família. Sinto uma coisa, um vazio grande, um vazio, um vazio muito grande... em deixar sua família, seus costumes, mas muito, muito mais deixar sua família. Isso é algo muito grande. Tem momentos que eu fico triste, como todo venezuelano em todos os países do mundo, porque estamos muito dispersos em todos os países. . . é uma dor muito grande, muito muito muito grande em se separar da sua mãe (Enriqueta).

Pra mim é muito difícil falar disso. É uma sensação ruim de que você perdeu tudo e o tempo não volta atrás. E... meus pais, são sete anos que eu perdi deles, são sete anos que não vou recuperar nunca... os aniversários deles, de meus sobrinhos, né? As formaturas deles, os estudos, eu perdi tudo isso... então ver como a vida seguiu... nas fotos você não está, nas formaturas você não está, é como você estar ali, mas não faz parte dessa família mais... Você segue sendo parte da família, mesmo você não estando lá, né? Migrar é isso: é uma mala pesada de carregar. É isso. Não tem jeito, não tem nada a fazer, o tempo já passou e não tem como voltar atrás (Lucila).

A perda de seu país de origem, sua própria pátria e seus costumes se destacaram nas falas das participantes. Segundo Freud (1915/2010), já citado no capítulo dois, a perda da pátria pode se mostrar como perda semelhante ao de uma pessoa amada. Essa comparação também foi realizada por Milagros ao relatar o sentimento em deixar o seu país, comparado ao sentimento de perder um familiar.

É como quando morre um familiar. . . . é como eu estou vivendo: como em um ciclo de luto. Não sei, eu deixei algo muito querido para mim. Meu país é muito querido! No meu país eu fiz muitas coisas, muitas coisas... estudei, me criei, me formei, tive meus filhos... é um laço muito forte, muito, muito forte. Meus pais estão enterrados lá (Milagros).

Todas as perdas relatadas pelas participantes da pesquisa, que começaram ainda em solo Venezuelano e continuaram em solo brasileiro, demandam dessas mulheres imigrantes um trabalho de luto. Sob os termos de Freud (1915/2010), o luto é uma reação diante da perda de um objeto investido libidinalmente. Esse objeto amado, que pode ser uma pessoa, um trabalho, um lazer, uma rotina, projetos ou ideais, ao ser perdido ou abandonado, causa sofrimento uma vez que a energia investida ali permanece amarrada à sua lembrança, o que pode ser acompanhado de um abatimento doloroso e um desinteresse diante da vida sem o objeto.

O trabalho de luto, necessário para que o sujeito possa elaborar essas perdas, consiste em uma série de processos psíquicos de desligamento de lembranças e expectativas em que a libido estava ligada aos objetos de amor. Somente após esse trabalho elaborativo é que um sujeito pode reorientar sua libido para novos objetos e reinvestir no mundo exterior. Em outras palavras, é necessário poder separar-se dos antigos objetos de amor para poder criar novos (Freud, 1915/2010).

Esse processo, contudo, não é simples. Para Milagros existe um pesar bastante vívido e um sofrimento intenso relacionado à distância de seu país, uma vez que a Venezuela é, para ela, muito querida. A participante explica, ainda, que busca formas de realizar manutenção do vínculo que mantém com seu país e suas raízes e o faz através da língua:

Quando morre um familiar e você pensa nele um dia, outro dia... no dia que você não pensa nele, você se assusta. Aconteceu comigo, um dia que eu não pensava na minha mãe eu me assustava, porque eu dizia “meu Deus, eu estou esquecendo dela? Eu tenho que pensar nela todos os dias, tenho que lembra-la ou falar dela, porque senão eu vou esquecê-la, vou esquecer que ela já existiu”. Então assim está acontecendo com o idioma. Eu penso que se eu não falar espanhol todos os dias e a cada momento, se eu aprendo outra língua, vou esquecer da Venezuela... então eu digo “e se eu falar o português e então, depois, me esqueço da Venezuela? Meu Deus, não, não, não”. Eu digo “não estou preparada!” (Milagros).

Em todo o relato de Milagros se desenha um discurso melancólico sobre o processo migratório, haja vista a aparente dificuldade em desinvestir do país de origem. Essa melancolia parece guardar relação com outros fatores para além do afastamento de seu país de e esses serão retomados mais adiante. Por hora, nos importa observar que nas situações de migração involuntária, a diáspora pode ser fraturantes do psiquismo e causadoras de sofrimento ao passo em que podem ruir os alicerces internos de uma pessoa pelo súbito e forçado distanciamento de seus rituais, costumes e projeções que tinha para si naquele território. Nesses casos parece haver especial dificuldade em desinvestir do país de origem e reinvestir no país de chegada. Dessa forma, o luto migratório, relacionado ao afastamento de

sua própria origem, de sua língua e símbolos, de seus grupos de pertença, mostra-se como um forte impacto, característico do processo migratório (Calvo, 2005; Melícias, 2017).

4.3 “À minha filha eu estou ensinando a minha cultura”

Para além do afastamento com pessoas, espaços, lugares, há também o distanciamento do contexto cultural e social e com o sistema de costumes sociais que lhe é familiar e constitucional (Martins-Borges et al., 2019). Assim, o afastamento com as experiências de sua cultura de origem e o confronto com as diferenças culturais do país de destino também se mostram importantes para pensarmos os impactos da migração.

Consideramos pertinente retomar a ideia de cultura sustentada neste trabalho. Entendemos que os aspectos culturais são como uma realidade compartilhada entre uma população, que englobam a língua e seu conjunto de signos, símbolos e significados; conta também com os saberes, hábitos, modos de criar, cuidar, cozinhar, produzir e existir em sociedade de um grupo. Tudo isso compõe o arcabouço cultural dos sujeitos inseridos em um laço social e se mostra como regulador social da subjetividade. Portanto, as vivências da cultura são estruturantes do psiquismo e constitucionais da identidade de um sujeito (Moro, 2015; Martins-Borges et al, 2019; Dias, 2020; Devereux, 1981b).

De acordo com Calvo (2005), é possível que diante do afastamento do país de origem as pessoas tenham um sentimento de nostalgia em relação a ele, nutrindo suas memórias e seus traços culturais de forma idealizada. Isso pode dificultar o processo de elaboração do luto, uma vez que o sujeito parece não conseguir desligar o investimento libidinal de seu país de origem para investir no país onde chega. Uma fala bastante simbólica do discurso de Milagros nos aproxima desse tema, a partir de sua experiência com o idioma enquanto vivência da cultura de seu país:

Eu penso que é que eu não quero [aprender o português]. Algo na minha mente me diz “não, não aprenda isso”. Eu penso isso, que eu não quero deixar de falar espanhol, porque eu penso “e se eu me acostumar a falar português porque as pessoas com quem convivo falam português?”. Penso que é como se eu estivesse cortando as minhas raízes. (Milagros).

Vale dizer que os recursos culturais de um sujeito são importantes para que esse possa se organizar psiquicamente. Portanto, manter relações afetivas com as memórias, vivências e experiências culturais de seu país de origem pode auxiliar de forma positiva no processo de elaboração do luto migratório, haja vista que esses recursos da cultura podem tornar o sujeito mais criativo e fortalecido na relação com seu novo ambiente (Calvo, 2005; Delouya, 2017).

A fala que nomeia este tópico parece ir ao encontro do que apontamos aqui. Questionada se mudou depois de sua migração, Astrid nos responde que não:

Eu conservo a minha cultura, minha tradição, minhas crenças e meus valores apesar de estar em outro país. E à minha filha eu estou ensinando a minha cultura. Minha filha vai crescer com duas culturas, a venezuelana e a daqui do Brasil (Astrid).

Entretanto, é fundamental que o sujeito possa desinvestir da nostalgia de seu país de origem para poder investir em uma nova realidade. Assimilar o que ficou para trás é uma parte fundamental do processo de reestabelecimento territorial e psíquico de um imigrante para que possa projetar-se no que há por vir: falamos aqui, em outros termos, do desinvestir e reinvestir (Calvo, 2005; Delouya, 2017; Grigorieff & Macedo, 2018).

Com o afastamento do país de origem, há uma desarticulação com o quadro cultural em que o sujeito se constituiu. Assim, a recusa em aprender uma nova língua pode representar uma tentativa de preservar algo de sua cultura de origem e identidade, como para Milagros.

Eu sei que sim, isso é algo psicológico, é psicológico [não aprender o português]. É minha mente que trata com rechaço, minha mente rejeita isso, eu mesma estou rechaçando. Então sim, então eu aprendo, e depois? Acho que falar espanhol é o que me conecta com a Venezuela. Continuar sempre falando espanhol, eu acho que, não sei... o que me conecta com meu país é o idioma. As vezes eu converso com minhas amigas de lá e, se sai uma palavra em português, eu fico irritada. Se me perguntam “Milagros, mas você já fala português?” eu digo “não, não falo nada português, nada, nada, nada” (Milagros).

A questão envolvendo o idioma parece estar implicada em três situações: a primeira delas, já mencionada, em uma possível recusa por parte do sujeito em deixar de falar sua língua, uma vez que falar outro idioma pode romper com um traço de sua identidade e de sua cultura de origem que pôde permanecer após a migração. Em segundo lugar, a língua de um sujeito atua na de construção da linguagem simbólica que media a comunicação entre o mundo interno e o mundo externo, entre psiquismo e cultura. Assim, em um novo país, sob uma nova língua, na medida em que o sujeito fala e pensa sob um idioma e está em uma cultura que se comunica por outro, pode haver um descompasso psíquico e conseqüente fragilização dessa comunicação interna-externa, pela fragilização da função simbólica da língua (Martins-Borges, 2013). Por fim, a terceira situação é de ordem prática: a diferença entre os idiomas é uma dificuldade da comunicação das mulheres venezuelanas com a população do Brasil, causando impactos no processo de adaptação ao país.

O idioma foi mencionado por seis das oito participantes como o primeiro e maior desafio na chegada ao Brasil. Algumas delas sinalizaram sentir angústia diante das dificuldades com a língua, como é o caso de Enriqueta, que contou que se sentia atormentada:

“quando eu cheguei aqui eu me sentia perdida pela fala, por tudo, não entendia nada. Para mim, falar outro idioma atormentava a minha cabeça”. A participante Lucila analisou também o aspecto psicológico da reação diante da diferença linguística, dizendo que “o idioma... quando você chega, eu acho que o mais difícil de entender é mais pelo nervoso que você tem do que pelo idioma (risos)”.

Por outro lado, há casos em que essa angústia não foi relatada, mas sim uma expectativa de que o idioma é um problema que se pode transpor, como apresentado por Hirgínia. Em sua fala, a participante parece sinalizar uma abertura ao novo território e a disposição em investir nele.

Os primeiros dias foram bastante complicados pelo idioma. Dizia “*hola, como estás?*” e você não entendia. E você ia falar comigo e eu não ia entender nada. Eu pensava “o que estão falando? Não entendo, não entendo nada”... mas eu pensava “eu vou durar bastante tempo aqui, isso passa”. (Hirgínia).

A gastronomia, assim como a língua, também surge como vivência da cultura nos relatos das participantes e foi destacado como uma das principais diferenças entre o Brasil e Venezuela para seis de oito mulheres:

A comida é diferente, porque aqui tem comida não que tem lá. É o mesmo arroz, o mesmo frango, mas é outra coisa. É uma cultura muito, muito diferente... aqui não temos nada... *hallaca, arepa, palo a pique, pabellón*⁴⁰... são comidas venezuelanas que não tem aqui. Sua comida não está aqui, é diferente. A comida do Natal é outra, aqui não tem. A gente pode dar um jeito de comprar no mercado para fazer uma comida igual aqui, [mas] não tem o mesmo sabor. (Hanni)

A água, o sabor não é igual, não é o mesmo sabor de lá. A água de lá é mais doce... é como se tivesse açúcar na água da Venezuela. E a comida... o sabor não é igual, não é igual. Eu sinto falta do café, porque não é a mesma coisa (risos). Não! Eu tive que começar a procurar sabores parecidos com os de lá. E a *arepa*? (risos). É uma tradição para nós venezuelanos comer *arepas*. Nós conseguimos uma farinha e aprendemos a fazer a *arepa*, que é o mais complicado... mas não é igual. (Astrid)

Assim como a língua, a gastronomia também ocupa um lugar identitário para um sujeito. Isso porque os alimentos, os preparos das comidas e as memórias sobre as tradições em torno dos pratos típicos figuram como parte do arcabouço cultural que constituem um sujeito e sua identidade. Sendo assim, é possível que, por um lado, comer as comidas venezuelanas traga sentimentos positivos e de contato com as suas origens às imigrantes; por outro lado, a impossibilidade de adaptar ingredientes e preparos e, portanto, a dificuldade de reproduzir as comidas que gostam de comer pode se apresentar como algo que impacta

⁴⁰ Pratos típicos venezuelanos.

negativamente na experiência migratória (Moro, 2015; Dias, 2020). Os discursos foram, majoritariamente, sobre a segunda opção.

A vivência de uma das imigrantes, contudo, chama à atenção. Embora as demais mulheres tenham relatado algum tipo de impedimento em preparar as *hallacas* e *arepas*, uma delas, Mireya, afirma não encontrar problemas nesse sentido:

Não, eu não sinto falta porque eu cozinho... por isso não faz falta, porque o venezuelano consegue fazer, porque os ingredientes estão aí para fazer. A comida venezuelana também pode ser preparada aqui... pra tudo tem ingrediente e fica muito bom (risos). Aqui eu consigo fazer. Não sinto falta da comida, porque consigo fazer ela aqui. Então, não como farinha, nem comida brasileira, como a comida que eu faço (Mireya).

Um aspecto bastante importante nessa discussão é o fato de esta ser a participante que trabalhou como cozinheira na Venezuela. Mireya, à medida que foi relatando sobre seus preparos, ia mostrando fotos dos alimentos mencionados, com visível satisfação. Notamos, assim, que cozinhar sua comida venezuelana ainda que em solo brasileiro impacta de forma positiva em sua experiência. Ew (2022) já afirmava que a conservação de costumes da cultura, como a culinária, se apresenta como um fator protetivo da saúde mental de pessoas imigrantes. Contudo, notamos também que no caso de Mireya há um algo a mais. Cozinhar sustenta dois pilares identitários muito importantes para essa mulher que deixou seu país: parte de sua identidade, individual e cultural, relacionada à gastronomia e sua identidade profissional, ambas servindo de alicerce uma para a outra.

No que tange à identidade, Devereux (1970/1972) a explica como um conjunto de classes e que cada uma delas funciona como uma ferramenta. A identidade seria, então, uma caixa de ferramentas, das quais o sujeito lança mão de um ou de outra nos diferentes momentos da vida. A união de todas essas classes compõem a identidade individual e é o que torna um sujeito único. Destacamos também o papel constitutivo que a cultura exerce sobre a identidade de um sujeito. No universo simbólico contido no conjunto de representações culturais existem elementos fundamentais para a constituição de si mesmo. Assim, esses códigos culturais auxiliam o sujeito na estruturação de sua identidade, na forma como lê o mundo, bem como na forma como expressar-se nele (Barros & Martins-Borges, 2018; Moro, 2015). Ao migrar, é possível que os sujeitos percam algumas de referências, de suas classes, de suas ferramentas, fragilizando sua identidade.

Além da língua e da gastronomia de seu país, outro aspecto constitutivo da identidade de um sujeito que pode ser perdido com a migração é a profissão. O trabalho é uma das formas pelas qual um sujeito se inscreve em uma sociedade, e por onde pode encontrar fontes

de satisfação por vias sublimatórias. Assim, o rompimento súbito e indesejado dessa ocupação pode repercutir psicicamente, além de nas formas de ser e se relacionar de um sujeito (Freud, 1930/2010). As rupturas no exercício de uma profissão e a impossibilidade de atuação profissional na área de formação pode provocar uma destituição do lugar e status que as imigrantes ocupavam e que contribuíram para a construção identitária. (Belmonte, 2022).

Das oito imigrantes, quatro delas tiveram suas carreiras interrompidas pela migração: uma cozinheira, uma contadora, uma advogada e uma médica. A primeira, tendo encontrado outros meios pelos quais vivenciar essa parte de sua identidade, pouco se queixa da interrupção profissional; mais ainda, por estar em um novo país, cuja culinária é diferente, tampouco deseja retornar ao mesmo campo de trabalho. As demais, por outro lado, relatam com pesar a impossibilidade do exercício de suas profissões, a perda do status social ligado a ela.

Na entrevista de Milagros, essa foi a primeira informação que ela escolheu apresentar sobre si: “*minha vida na Venezuela se passava com meu trabalho, eu trabalhava como advogada*”. A participante conta que é pós-graduada e que foi muito custoso e trabalhoso conquistar sua posição profissional, para a qual se dedicou por mais de doze anos. Narrou de forma extensa sobre sua formação, sua atuação, seu escritório e rotina de trabalho. Além disso, conta ser uma mulher que pôde criar os filhos sozinha através de seu trabalho e, mais ainda, relata que quando a fome passou a assolar a população venezuelana, foi sua profissão que a possibilitou alimentar a si e a sua família. A perda de sua profissão, a dificuldade de revalidar seu diploma e a necessidade de atuar em outro campo de trabalho, como diarista e cuidadora de idosos, foram identificados como fonte de intenso sofrimento para a participante.

Aqui eu não tenho conseguido trabalhar como tal [advogada] e já fiz algumas coisas que nunca tinha feito na vida, mas estou procurando como fazer a revalidação [do diploma]. Eu trouxe tudo [para revalidar o diploma], mas também é caro, é caro... estou tentando vender algumas coisas que deixei na Venezuela para ver se consigo exercer aqui, fazer o nivelamento acadêmico e exercer aqui no Brasil, porque isso vai nos ajudar aqui. Tive até que limpar e, bom... não estou reclamando, graças a Deus estamos bem, estamos juntos, mas nunca na minha vida pensei que ia ser assim, nunca!... na Venezuela eu tinha alguém que cuidava da minha casa...está sendo difícil, entrei em uma depressão muito forte e, esses dias, muito forte, queria ir pra Venezuela... quando alguém se forma e lhe custou tanto... a profissão de advogada na Venezuela é muito cara também e eu digo “e o tanto que me esforcei e venho aqui para este país limpar casas?” (Milagros).

Anteriormente, destacamos que o discurso de Milagros possui contornos melancólicos. Essa melancolia parece guardar relação, para além do afastamento de seu país, com a

impossibilidade de exercer sua profissão, tal como enfatizado pela própria participante, ao dizer mencionar uma “depressão muito forte”. Sua profissão parece ser central em sua constituição identitária; ou ainda, uma das mais importantes ferramentas, através da qual se sentia forte, garantia proventos para sua casa, conquistava seus objetivos. Dessa forma, corroboramos com a afirmativa de que a perda da rotina e reconhecimento profissional poder provocar impacto na identidade da mulher imigrante, além de ser fonte de intenso sofrimento psíquico e também demandar um trabalho elaborativo. (Belmonte, 2022).

Astrid também falou sobre profissão logo nos primeiros minutos de entrevista: “lá eu era médica integral comunitária e trabalhava em um hospital do governo... trabalhava na área de emergência, hospitalização e sala de parto. Era médica residente”. No fim da entrevista mostrou diversas fotos com sua equipe de trabalho e com pacientes; mostrou, ainda, algumas emergências que atendeu, com aparente satisfação pelo trabalho realizado. Contou também que antes de sua graduação já havia trabalhado na área da saúde por ter formação anterior na área de enfermagem e, mais ainda, que planejava especializar-se em pediatria. Para a participante, exercer sua profissão ocupa, junto à sua família, aquilo pelo que mais sente falta de seu país. Trabalhando atualmente como repositora de mercado, fala com pesar sobre a impossibilidade de retornar à sua área.

É muito difícil, porque quando você se acostuma a trabalhar na sua profissão e estuda muito, então para trabalhar como *obrero*⁴¹ não é fácil. . . . [me sinto] um pouco decepcionada... dou graças a Deus que ao menos consegui trabalhar e então posso enviar [dinheiro] a minha família. Decepcionada por não poder trabalhar na minha profissão. Essa é a única dificuldade que tenho tido aqui no Brasil. (Astrid).

De acordo com Belmonte (2022), há certa indiferença burocrática nos procedimentos institucionais para a revalidação de diploma. Essa, somada ao alto custo e extensas exigências desse processo, limita a vida, as escolhas e as oportunidades de um imigrante, marcando, assim, um caráter provisório, ou ainda, ilegítimo desse sujeito no país. Essa última parece ser percebida por Astrid. Morando no Brasil, precisou levar sua filha ao hospital em diferentes ocasiões e, além disso, sofreu um acidente de trabalho que também a fez ir com frequência ao hospital. A participante queixa-se de não ser reconhecida pelos médicos como uma colega de profissão.

Eu caí da escada e eu tenho ido várias vezes [ao hospital] para pegar atestado porque dão atestados de três dias. Eu acredito que isso... porque eu sou médica, então eu falo

⁴¹ Essa palavra poderia ser traduzida para o português como “trabalhadora” ou “operária”. Contudo, achamos mais pertinente mantê-la em espanhol para ser mais fiel ao que expressa a participante. *Obrero* é uma profissional que tem por ofício realizar um trabalho manual, que requer esforço físico, como empregada de outra pessoa.

para eles o que aconteceu. . . Isso me fez sentir muito... como eu digo? (ri) muito decepcionada, porque ainda que eu fale que sou médica eles [dizem] “ah sim”... na Venezuela não, na Venezuela você vai a um hospital e fala “eu sou médica, eu sou enfermeira” e te atendem melhor, porque estão na mesma profissão que você, é o mesmo ofício. Se levam um familiar, também. Aqui não, eles não são assim (Astrid).

Se até agora falamos da língua e gastronomia enquanto vivência da cultura e, tal como a profissão, constitutivas da identidade de um sujeito; agora, tocamos em outra vivência da cultura também relacionada à identidade individual e cultural: o *compartir*⁴² do povo venezuelano.

De acordo com as participantes, os venezuelanos são um povo que gostam de *compartir* uns com os outros, havendo um consenso nas entrevistas acerca da impressão das mulheres venezuelanas sobre seus conterrâneos. Nos relatos, os venezuelanos foram mencionados como brincalhões, acalorados, gostam de conversar, estarem próximos e passar tempo juntos. Essas características do povo venezuelano foram relatadas também nas entrevistas discutidas por Rodrigues (2022), nas quais os participantes, também imigrantes venezuelanos, também tratam as características de seu povo como alegres, brincalhões, acolhedores e solidários.

Compartir como o tempo que se passa com outras pessoas também foi destacado como algo muito característico da população venezuelana por Rodrigues, Queiroz & Lozano (2021). Isso vai ao encontro do que foi, com pesar, narrado por Astrid.

[Vocês] são mais fechados pra falar, pra conviver um com o outro... vocês só ficam com sua família, seu núcleo, seu filho e seu marido. Vocês são mais fechados e a gente gosta mais de ser abertos, de falar, de conversar, de se reunir... então nessa parte é diferente (Lucila).

O carisma venezuelano é diferente. Nós somos mais... lá falamos animados . . . é assim que somos lá. Cumprimentamos com abraços, beijos... *compartimos* mais no trabalho, no trabalho se *comparte* mais na hora de comer. Se eu chego com comida, *comparto* com meu amigo, meu companheiro de trabalho... é assim. Organizamos com os amigos do trabalho para que cada dia um leve algo para *compartir* em grupo. Aqui não. Tenho visto que aqui os trabalhos são somente trabalhos, não tem amizade de chegar e falar “oi amiga, como você está? Vamos conversar.” Não, amizade não é assim, não é fácil fazer amizade no trabalho (Astrid).

⁴² *Compartir* traduz-se para o português como “compartilhar”. Contudo, também este termo manteremos no original pelo sentido que há para as participantes, sendo ele tanto mais afetivo do que conceitual. Isso porque *compartir* não toca somente em compartilhar algo, mas mais do que isso, trata-se de dar ao outro parte do que tem: seu alimento, seu tempo, sua companhia. *Compartir* significa tanto dividir coisas, como passar tempo junto.

Ew (2022) também comentou acerca da percepção dos entrevistados de sua pesquisa a respeito da solidariedade enquanto forte característica dos venezuelanos. Enriqueta e Hanni corroboram; ao falar sobre a celebração do Natal, as participantes contam que

Lá fazemos uma comida que se chama *hallaca*. Enfeitamos as mesas, como falam... pintam as casas, é um mês muito alegre na Venezuela de antes. Muito alegre, todos *compartían*, os vizinhos, as pessoas da mesma rua davam... um exemplo: eu fiz a minha *hallaca* e mandei para todas as minhas amizades para que provassem da minha *hallaca*. E eles também faziam e acontecia uma troca de *compartimiento*, entende? (Enriqueta).

Então você vai comer, vai chamar todo mundo, todos os seus familiares vão estar. Chegando, tem que comprar roupa, é obrigado [ter roupa nova]... se você é minha prima e não tem roupa nova, eu vou te emprestar um dinheiro “toma, compra e depois você me paga para você não ficar sem”, entendeu? Você vai comer com a sua família... esperando para abraçar uns aos outros. A gente sai na rua, vamos ver os vizinhos...assim que é, é diferente, a gente sai na rua...na Venezuela a rua fica toda iluminada, bonita, e a gente está na rua, uns com os outros, pessoas chorando porque perdeu algum parente, e a gente fica junto, é muito diferente (Hanni).

A diferença percebida entre o venezuelano e o brasileiro é observada e foi mencionado por diferentes participantes. Dessa forma indicam, mais ainda, sobre a dificuldade que encontram em *compartir* com os novos conhecidos, em serem e se sentirem integradas na nova comunidade. Notamos, assim, que um dos impactos migratórios relatado pelas entrevistadas é o sentimento de não pertencimento e, mais ainda, de estarem sozinhas.

4.4 “Não é que não me entendia, é que não queria entender, porque eu era estrangeira”

Para algumas das mulheres venezuelanas, essa experiência vai mais além: não há somente a percepção de que é difícil se aproximar do brasileiro por suas características, mas há também um afastamento proposital desses com os imigrantes venezuelanos.

Aqui não tenho amigos, lá eu tinha muitos, tinha conhecidos e tinha minha família, aqui não... aqui não tenho ninguém. Eu acho [aqui] melhor na situação econômica, mas no resto não, porque o brasileiro não... tem muitos brasileiros que não gostam do venezuelano, não gostam. Tem uns que gostam e tem uns que não gostam... não que tratem mal, mas não gostam de venezuelano. Eu não sou amiga de ninguém... de nenhum brasileiro (Mireya).

Tem gente que não aceita aluguel, que não te da um trabalho por você ser venezuelana, entendeu? Então pra você trabalhar ou pra aceitar um aluguel, você tem que ser recomendada por outra pessoa... por preconceito, porque você é venezuelana (Hanni).

Os relatos de Mireya e Hanni tocam nas (im)possibilidades de vínculo social que notam entre os venezuelanos e os brasileiros, denunciando um contexto que ainda exclui e

segrega, apesar da existência de legislações protetivas (Kehl & Fortes, 2019). Essa temática vai ao encontro do que discutimos anteriormente sobre discurso social; esse, que funciona como uma estrutura que subsiste, antecede e, mais ainda, fundamenta as formas de relações sociais (Lacan, 1969/1992). De acordo com Rosa (1999), os discursos sociais orientam a forma como se efetiva a articulação de um sujeito com o laço social. Assim, o desenlace percebido pelas participantes, relacionado aos brasileiros, parece corroborar com o apresentado por Mountian & Rosa (2014) de que o imigrante ocupa um lugar daquele que vem de fora, que não pertence e, mesmo que esteja próximo, é estranho, não familiar; e embora em alguns casos não seja um lugar claramente discriminatório, é excludente.

Questionadas sobre situações de preconceito, as respostas divergiram entre as participantes. Duas delas relataram não terem vivido situações xenofóbicas. Astrid, embora relate dificuldade em se vincular com colegas de trabalho e não ser reconhecida pelos colegas de profissão, diz que não existe xenofobia no Brasil.

Aqui as pessoas são muito boas, não tem xenofobia, não tem discriminação contra nós, não... As pessoas aqui ajudam muito aos imigrantes. . . Das pessoas daqui eu nunca ouvi comentários ofensivos ao imigrante. As pessoas daqui estão tentando ajudar. Eu não falo muito o português e quando eu vou comprar algo ou preciso de uma direção, falo com as pessoas e elas tentam me explicar para que eu possa entender, me ajudam (Astrid).

As outras seis mulheres disseram ter sofrido situações de discriminação. Nesses casos, parece se fortalecer a hipótese de um discurso social onde o imigrante figura em um lugar de objetificação e submissão (Seincman & Rosa, 2021). Três delas contam que sofreram preconceito em espaços de trabalho, sendo maltratadas, tratadas com diferença em relação aos colegas brasileiros, ou ainda, sendo sobrecarregadas de funções. Outros imigrantes venezuelanos relataram o mesmo para Belmonte (2022), o qual indica como recorrente a precarização do trabalho e imposição de acúmulo de funções.

Eu já vi muitas amigas que estão [trabalhando] em empresas, que trabalham e eu vi muita coisa. Tem brasileiros que vão ofender você... trabalhando em uma empresa, você é brasileira e eu sou venezuelana... eles colocam alguns venezuelanos pra fazer coisas mais pesadas e os brasileiros para fazer as mais fáceis. Tem preconceito, sempre tem preconceito e discriminação... é difícil, mas todo mundo tem isso, todo imigrante tem isso, todo imigrante tem discriminação (Hanni).

Outros espaços também foram palco de vivências de preconceito por parte das participantes. Milagros, por exemplo, relata situações que viveu no aeroporto e pelos profissionais de sua Unidade Básica de Saúde de referência, que a trataram mal e também o fizeram com sua filha, em ocasiões diferentes. Enriqueta menciona ter sofrido preconceito no

Centro de Referência de Assistência Social de sua cidade. A mesma participante também relata sobre a discriminação que sua filha sofreu na escola, ocorrência que se repetiu com os filhos de Lucila e Hirgínia.

O maltrato que fizeram conosco no aeroporto eu senti que era porque éramos imigrantes. . . [no posto de saúde] tinha uma enfermeira que cada vez que eu ia, como eu não falo bem a língua, ficava irritada e dizia para as outras que não entendia nada do que eu falava... eu senti que foi, mais do que tudo uma recusa por eu ser estrangeira. Não é que não me entendia, é que não queria entender, porque eu era estrangeira (Milagros).

No CRAS, a primeira vez que eu fui, não quero nem lembrar. Tinha uma mulher muito, muito chata e ela me tratou muito mal, muito. . . [eu falei] “vim aqui ver as possibilidades de você nos ajudar com uma bolsa, o conselho tutelar falou para eu vir aqui para falar com você” [e ela me respondeu] “aqui no Brasil já tem muita gente passando fome, você vai ter que ir embora para o seu país, você pode insistir, mas eu não posso te ajudar” (Enriqueta).

Hanni, por outro lado, relatou situações diversas de xenofobia, dizendo já ter acontecido com ela e com outros venezuelanos que ela conhece e que também vivem no Brasil. Aqui, vemos o imigrante ocupando um lugar desviante, de adversário, inimigo e, mais do que isso, tendo essa posição de exclusão naturalizada por serem vistos como ameaça à organização social (Koltai, 2000; Mountian & Rosa, 2014).

[Eu já ouvi dizerem] “vocês não são de meu país”, “vocês não merecem entrar aqui”, “vocês são uns mortos de fome”, “você não vale a pena”, “você está no meu país, você tem que abaixar a voz porque eu sou brasileiro e tenho direito de passar em cima de você”. Então como nós somos estrangeiros, você... não pode começar uma briga, entendeu?... Tem muita gente falando palavra ofensiva. . . falam assim “oh maldito venezuelano, sai da minha frente, porque você não vai para o seu país? Tá comendo a comida da gente do Brasil?” e gente fala “eu tô comendo sua comida?” e falam “vai passar fome no seu maldito país”. Tá vendo? São palavras muito ofensivas, entendeu? Já aconteceu já . . . comigo e eu já ouvi [falarem] isso pra outras pessoas que ficam comigo ou já convivi (Hanni).

Teresa, por outro lado, embora afirme que também nunca viveu situações de preconceito, diz que não sabe dizer se outras pessoas já escutaram alguma ofensa por ser imigrante “porque eu não saio da minha casa” (Teresa). Assim, a participante não assume que há preconceito, tampouco que não há; não se compromete com uma resposta.

Observamos que certa cautela atravessou o relato de todas as imigrantes. Mesmo as participantes que tinham relatos de preconceito, ou ainda, que denunciaram situações de miséria e sofrimento em solo brasileiro, quase que imediatamente após fazê-los, teciam algum elogio ao país, como em um movimento compensatório após critica-lo a uma brasileira: “eu não posso falar mal do Brasil”, como disse Astrid. Assim, retomamos a questão levantada no

capítulo anterior ao tocarmos na relação transferencial implicada em uma pesquisa: para quem se fala em uma pesquisa? Quem é, ou ainda, que lugar ocupa a pesquisadora que acolhe as narrativas dessas participantes?

Falas como essas também aconteceram por outras participantes e sob termos muito parecidos: “não posso falar mal de vocês, não”, “não tenho nada a falar mal do Brasil”, ambas as falas, após narrarem situações claras de preconceito que viveram. Mais uma vez, parece um movimento de em prol de uma tentativa de ratificar que estão agradecidas ao país de acolhimento e embora vivam situações de violências, reconhecem a ajuda que lhes são prestadas. Pensamos que isso guarda relação com a transferência existente em virtude de a pesquisadora ser brasileira e, portanto, parte da comunidade que as recebe, bem como pela forma pela qual chegamos às participantes, sendo essa por indicação da Cáritas, instituição que presta auxílio financeiro e assistencial à população imigrante.

Outra situação que nos remonta ao que tange à transferência e corrobora com a hipótese levantada é a postura de uma parte das entrevistadas após finalizadas as entrevistas. Das oito mulheres, ao menos metade delas me pediram algo ao final da entrevista: ajuda com alimentos, ajuda com roupas, com acolhimento e orientação, com insistência junto à Cáritas sobre um pedido feito. Diante do exposto, é possível pensar em alguma interferência nas narrativas ante a associação realizada pelas participantes entre a pesquisadora e a instituição.

O que observamos, por fim, é que o sentimento em relação ao Brasil e aos brasileiros ocuparam posições bastante ambivalentes nas entrevistas. Ora relacionados a situações e sentimentos de mal-estar e exclusão, ora ligados a oportunidade de recomeços e possibilidades de ajuda: ora horrível, ora muito bom. O que nos chama a atenção é que em ambas as situações, seja a de exclusão, seja a de ajuda, o imigrante parece ocupar o mesmo lugar, o lugar daquele que vem de fora e não pertence, o lugar de estrangeiro. Nesse sentido, ainda que haja ajuda, não há integração. Os imigrantes parecem, de qualquer forma, ocupar o lugar de “eles”, em detrimento do lugar de “nós”, ocupado pelos brasileiros, como advertiu Mountian & Rosa (2014).

É certo que essa vivência não passa sem repercussões. Dissemos anteriormente que o discurso social orienta a forma de relação entre sujeitos dentro de um laço social e que, além disso, esse discurso e essa relação também se impõe na forma como o sujeito pode relacionar-se consigo mesmo. Em resumo, o discurso incide sobre as possibilidades de pertencimento no meio social e também como base para a constituição de si mesmo (Seincman & Rosa, 2021).

Nesse sentido, o discurso social impacta a mulher imigrante na medida em que reforça um lugar de exclusão e de impossibilidade de pertencimento. A criação de laços sociais, além

de fundamental para a constituição de um sujeito e para viabilizar sua entrada na cultura, é também substancial para enunciar um espaço de pertencimento (Grigorieff & Macedo, 2018). Essa percepção foi narrada por Lucila, ao dizer que a dificuldade em vincular-se aos brasileiros é uma das coisas mais difíceis no processo de adaptação. Mais ainda, que por não conseguir vincular-se, tampouco consegue deixar de sentir-se de fora.

Quando você sai de seu país você quer ter uma coisa pelo menos, né? E você não se adapta a um país quando você não se relaciona com os brasileiros, por assim dizer... então você sempre se vai sentir estrangeiro, em um país estrangeiro (Lucila).

4.5 “Ser mulher é estudar o ensino médio, casar, ter filhos e acabou”

Ampliar o olhar sobre a experiência de mulheres imigrantes nos permite reivindicar uma atenção maior para as diferentes vulnerabilidades relacionadas ao gênero e seus possíveis impactos psíquicos. Vale destacar, contudo, que não se trata de somente incluir relatos de mulheres nos estudos, mas considerar os discursos, os papéis e as relações de gênero nos processos migratórios (Perna, 2023).

Strey & Cabeda (2004) apontam que as dissonâncias entre os gêneros feminino e masculino implicam em desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas que designam diferentes papéis no tecido social.

Desde o nascimento, a mulher é entendida como sexo frágil, e já na infância percebe-se uma forte repressão em seus comportamentos para que se mantenha nesse lugar, enquanto os meninos são condicionados à virilidade. Com o alcance da maturidade, há uma intensificação dessa repressão no que diz respeito à sexualidade feminina, através do entendimento de que essa só pode ser exercida no âmbito matrimonial... Atrelado ao casamento, vem a premissa de ser mãe e a responsabilidade com os filhos e a casa. Como consequência, uma vivência restrita ao âmbito doméstico (Oliveira, 2020, p. 490).

Ao responder à questão o que é “ser mulher” as falas das mulheres venezuelanas entrevistadas giraram em torno da maternidade. A mulher tem sido historicamente representada social e culturalmente como mãe e esposa dedicada, aquela que cuida do lar e lhe cabe, sobretudo, os papéis maternal e doméstico (Strey & Cabeda, 2004). A naturalização desses papéis foi demonstrada também por algumas das participantes durante as entrevistas. Vale destacar que todas as entrevistadas são mães; mulheres com filhos de todas as faixas etárias; algumas delas com filho com algum tipo de deficiência ou problema de saúde que exige cuidados especiais; algumas mães solo, sendo a única responsável pela criação dos filhos; e outras que estão separadas deles em virtude da migração.

Das oito participantes da pesquisa, quatro delas relacionaram, em primeiro lugar, “ser mulher” com maternidade. Para Teresa, “quando você é mãe, deixa de ser mulher deixa de ser, tem que ser mãe para as crianças”. Assim como ela, outras participantes também enfatizaram a função de uma mulher é, quase exclusivamente, relacionada com os cuidados dos filhos, da família e da casa.

Como é ser mulher? Depende (risos) . . . se você não tem dinheiro fica ruim... ser mulher é diferente, porque se você tem filhos, você tem que se dedicar ao seu filho, tem que trabalhar para seu filho, tem que cuidar do seu filho. Se eu não tenho filho eu vou cuidar de mim. Ser mulher pra mim significa muitas coisas. (Mireya).

Eu acho que é difícil, né? Bom, pelo menos onde eu me criei, né? Eu morava longe da cidade e o que ficava para a mulher era fazer o ensino médio, casar e ter filhos, cuidar da casa. Essa era a vida que a gente ia ter por lá. Como era uma cidade muito pequena não tinha muito trabalho e o que tinha de trabalho era mais do que tudo para homem. Então ser mulher lá era estudar o ensino médio, casar, ter filho e acabou. Essa era a vida lá. (Lucila).

Achamos pertinente comentar sobre as falas de modo particular. Diferente das outras participantes citadas, Lucila explica o que é “ser mulher” no contexto onde foi criada, contudo, ao longo da entrevista, explicita não compartilhar da mesma ideia. A migração desta participante foi motivada também pelo colapso educacional, uma vez que ela planejava cursar o ensino superior, tornar-se profissional e ter uma vida diferente dessa que não passaria do casamento, maternidade e cuidado com a casa. Essa é, no entanto, a situação em que ela se encontra hoje. Assim como Lucila, outras cinco participantes se veem vivendo sob o estereótipo de gênero de uma mulher e desempenhando a função que é esperada dela: “ter filhos, cuidar da casa”.

Por outro lado, Teresa e Mireya se identificam com esse papel que é atribuído às mulheres. De fato, para algumas das participantes, a trajetória que realizaram está perpassada pela responsabilidade com os filhos e pela busca de oferecer melhores oportunidades de vida a esses. Em alguns casos notamos, ainda, quase uma redução da identidade da mulher a ser mãe, dito de modo bastante claro por Teresa, quando afirma que “quando você é mãe, deixa de ser mulher”.

Como visto, a maternidade recebe destaque na experiência dessas mulheres e vivenciá-la em contexto migratório possui algumas implicações. Tornar-se mãe se dá através de uma série de complexas interações entre a mulher e o bebê, ocorrendo dentro de um contexto com seus referenciais culturais e, assim, perpassados por aspectos individuais e coletivos, conscientes e inconscientes. A função materna é também uma função protetiva e exige que a mulher se planeje, se antecipe e suporte uma série de ações, transformações e necessidades

para desempenhá-la. Naturalmente, a maternidade produz um estado de vulnerabilidade e dispêndio psíquico nas mulheres. Contudo, em virtude do afastamento e ruptura cultural e social ocasionado pela migração, a vulnerabilidade pode ser potencializada. (Nascimento, 2022)

O distanciamento com sua cultura e familiares, que já tiveram seus impactos discutidos anteriormente, são novamente mencionados, pois tem implicações no que toca ao maternar. Para Isogai (2022), a impossibilidade de compartilhar essa função com outras mulheres que dividem o mesmo referencial cultural, pode tornar difícil a construção de sentido de maternidade e cuidado, o que pode ocasionar um sentimento de incerteza e dúvida em relação ao “ser mãe”. Além disso, o afastamento com uma rede de apoio no cuidado com os filhos pode acentuar sentimento de solidão e ausência de outras referências no suporte a eles.

A responsabilidade sobre a criação dos filhos é depositada majoritariamente sobre a mulher ainda que ela tenha um companheiro. Bustamante (2005) discute que os cuidados corporais e práticas de saúde com os filhos, de higiene, alimentação, vestir, acompanhar em atividades, entre outros, é entendido socialmente como algo que concerne à mulher, já que culturalmente mulheres teriam a função de cuidado, sendo os homens apenas “ajudantes”. Há, portanto, uma não responsabilização dos homens com os cuidados parentais.

Algo que nos chamou a atenção nesse sentido foi a experiência de duas das mulheres que participaram da pesquisa, Teresa e Enriqueta. As duas mulheres migraram acompanhadas de seus esposos e três filhos, dos quais um possui alguma deficiência intelectual e exige cuidado constante. Pouco tempo após chegarem à fronteira, foram abandonadas pelos cônjuges.

A participante Teresa conta que o “pai de seus filhos”, como o menciona, a deixou para se relacionar com outra mulher. À época, ficou com os três filhos em um abrigo e passou por diferentes adoecimentos e hospitalizações. Ela narra que foi necessário que um deles contatasse o pai para pedir que retornasse, insistindo para ajudar a mãe com sua saúde e para ficar junto dos filhos. Já Enriqueta conta que seu ex-esposo retornou à Venezuela poucos meses após chegarem no Brasil. Ela explica, ainda, que para além da doença que acometeu seu pai e justificou seu retorno, o esposo também desejava retornar, porque estava “entrando em desespero” por não se adaptar às dificuldades que viviam nos abrigos. O que se sobressai em seu discurso é que, apesar de estar vivendo as mesmas dificuldades no trajeto e abrigo e também sentir grande pesar com a migração, Enriqueta não cede à opção de retornar à

Venezuela. Ela justifica dizendo que não o faz porque precisa pensar, em primeiro lugar, em seus filhos.

Em ambas as situações, vemos homens que não assumem a mesma responsabilidade sobre a criação de seus filhos; esse cuidado recai quase completamente sobre as mulheres. Esse é um fenômeno que decorre de questões de gênero, haja vista que nas divisões sociais dos papéis feminino e masculino é designado às mulheres a responsabilidade do trabalho doméstico, cuidados dos filhos e atender as necessidades familiares dentro e fora de casa (Nascimento, 2022).

Mais do que o cuidado, como também a gestão da vida e saúde da família recai sobre as figuras femininas. Às mulheres é imputada a responsabilidade de organizar o cotidiano familiar, cuidar da alimentação e socialização, conseguir informações sobre creches e escolas, além de oferecer suporte e ajudar na adaptação da criança com a nova língua e com o novo contexto, checar os hábitos dos filhos e dos parceiros, acompanhar em consultas médicas e manter os cuidados da saúde, etc. São tarefas que lhe demandam atenção constante e amplia suas preocupações e afazeres, havendo um dispêndio libidinal direcionado a esse trabalho de cuidado para a manutenção do lar que, em virtude do distanciamento com sua rede, é feito majoritariamente, sozinha (Freitas, 2021; Isogai, 2022).

Para Freitas (2021), essas responsabilidades com os filhos, família e a casa são uma característica que torna a migração de mulheres mais delicada, porque, ao mesmo tempo em que tenta adaptar-se e elaborar suas próprias rupturas e perdas, também tem que se haver com as necessidades desse outro.

Em alguns casos, os trabalhos domésticos e maternais somam-se a um emprego. Uma das participantes, Astrid, possui um trabalho formal, registrado, havendo, portanto, uma tripla jornada, ao passo em que se dedica ao cuidado da filha no contra turno da escola, às atividades domésticas e ao emprego externo. Vale dizer que Astrid tem um filho que ficou na Venezuela e parte da sua renda é enviada para pagar os seus estudos. A participante relata sentir tristeza por estar longe do filho que ficou em seu país de origem, além de relatar pesar e culpa por chegar à noite do emprego e ter pouco tempo para *compartir* com a filha. As responsabilidades da maternidade imprimem nas mulheres, além de uma série de obrigações, uma série de afetos relacionados aos filhos e ao seu papel junto a eles.

Por outro lado, pela ausência de rede de apoio, por não ter com quem deixar os filhos durante o dia, muitas delas tem inviabilizada a possibilidade de arranjar um emprego (Freitas, 2021). De cinco participantes que vivem em união estável, quatro delas dedicam-se exclusivamente à criação dos filhos enquanto os companheiros trabalham fora. Esse quadro é

mais delicado quando a mulher não tem com quem compartilhar as responsabilidades e despesas da casa, como é o caso das outras três mulheres que participaram dessa pesquisa. Duas delas tem filhos pequenos e relatam a dificuldade de conseguirem um emprego diante da falta de uma rede de apoio: por serem as únicas cuidadoras, não conseguem se ausentar de casa para trabalhar.

Eu trabalhei aqui em um mercado por 3 meses, porque eu não pude continuar... não, carteira assinada eu não posso, porque as vezes ele fica doente [filho]. Como eu vou prejudicar uma pessoa que me deu um emprego? Prejudico a mim e prejudico a minha nacionalidade, porque o primeiro que vão falar é “essa gente é preguiçosa, essa gente vem dia sim, dia não, as vezes não vem”. Então não posso (Enriqueta).

Eu não tô trabalhando, não tô fazendo nada, não tenho como deixar minhas crianças, entendeu? Não tô aguentando essa situação. . . se eu procuro, vou achar [emprego]. Mas minhas crianças que me atrapalham nesse momento pra trabalhar, pra conseguir o que eu quero, entendeu? . . . se eu não tenho a possibilidade que alguém me ajude com as crianças, então eu não posso fazer nada, só posso ficar do mesmo jeito (Hanni).

Enriqueta relatou que trabalha com limpeza de espaços comerciais nos finais de semana, quando pode pedir que uma vizinha fique atenta aos seus filhos. Já Hanni está desempregada e não tem conseguido realizar nenhuma atividade remunerada, contando com programas de distribuição de renda e com doações de organizações para manter sua subsistência e de suas filhas.

A dificuldade em conseguir um emprego formal sendo um imigrante já existe. A dificuldade se acentua no caso das mulheres, em virtude do papel de gênero que desempenham: cuidado dos filhos, da casa e da rotina da família. As que conseguem realizar alguma atividade remunerada podem estar expostas a trabalhos precários, mal remunerados e, sobretudo, informais. Há implicações financeiras e psicológicas nisso. As dificuldades econômicas acentuadas pelas questões migratórias e pelas desigualdades de gênero podem causar impactos psicológicos em mulheres imigrantes, como insegurança, estresse, exaustão e uma série de outros sintomas (Isogai, 2022).

Isso ocorre porque a sequência de mudanças, desafios e perdas, que são materiais, simbólicas e identitárias, como vimos, pode fazer com que um sujeito tenha dificuldade em investir libidinalmente em novos objetos. Assim, o investimento pode voltar-se para si mesma, narcísico, e manifestar-se psicologicamente ou no corpo, denunciando a impossibilidade de tradução do sofrimento (Indursky & Conde, 2015).

Portanto, entendemos que essas incertezas, inseguranças e situações de estresse relacionados a sair de seu país e mudar-se para outro produz impactos na vida das imigrantes. Além das perdas e do trabalho de luto, são potenciais causadores de sintomas depressivos e

ansiosos (Isogai, 2022; Nascimento, 2022), os quais foram frequentemente relatados pelas participantes.

E não como muito, as vezes eu nem como . . . O sono, não pego no sono normalmente, me custa dormir, eu durmo tarde, é difícil pegar no sono... as vezes tenho desânimo, não sei se isso é ansiedade, mas estive pesquisando e parece que é ansiedade, depressão, e aí eu fico pensando “será que eu tenho isso, ansiedade, ou será as coisas que eu vivi?” Não sei... e para melhorar eu penso em Deus, eu não posso ficar assim porque meus filhos precisam de mim, tenho que seguir adiante. Mas eu choro. . . foi traumático pra muitas pessoas venezuelanas todas as coisas que tivemos que passar (Enriqueta).

A participante apresenta a percepção que tem de seus sintomas estão relacionados às vivências migratórias. Outras participantes também estabelecem essa relação. Hanni, narra que se entende vivendo um quadro depressivo que começou ainda na Venezuela, onde sua “gana de viver morreu de um dia para o outro”. Relata, ainda, que houve melhora no Brasil na medida em que teve a possibilidade de trabalhar. Contudo, ao passo em que vivencia situações semelhantes de vulnerabilidade, como não conseguir exercer atividades laborais por precisar cuidar das filhas, vive uma impossibilidade de projetar uma vida digna para si e sua família, retornando a vivenciar intenso sofrimento. Também Milagros aponta essa trama, enlaçando sintoma e vivência:

Por dentro, meu sentimento, de, não sei, sobre meu país, o que vai ser do amanhã depois de todas essas coisas... todas essas coisas causam uma certa ansiedade. . . eu estava tomando comprimidos para dormir, não conseguia dormir desde que cheguei aqui (Milagros).

Observamos que expressões sintomáticas de sofrimento surgiram em todo o processo que envolveu a migração e se expressaram em tristeza, solidão, desesperança, além de insônia, preocupação constante, perda de apetite e de peso; situações de muito choro também tiveram recorrência nos relatos. Essa constatação vai ao encontro do que aponta Nascimento (2021), que afirma que alguns dos sintomas psicológicos mais comuns entre mulheres imigrantes são os que se entendem como ansiosos e depressivos.

Além desses, sintomas como a presença de pesadelos, angústia e memórias dos eventos vivenciados também foram mencionados por Nascimento (2021) como frequentes. Nesse sentido, o discurso de Mireya se destaca, ao narrar que desde que chegou da Venezuela teve muitos sonhos com as situações que passou ao chegar até aqui: “eu sonhava com tudo de ruim que eu passei. . . são sonhos que eu me lembro de tudo e nada mais. Não são sonhos específicos, mas sonhos que eu me lembro de muitas coisas e me dá muita tristeza”. Sintomas

somáticos, que se manifestam no corpo e também podem surgir nesses contextos, tendo sido frequentes os relatos sobre dores e hospitalizações.

Observamos que preocupações econômicas, com o futuro dos filhos e com aqueles que ficaram no país de origem figuram como fonte de sofrimento para mulheres imigrantes. Por outro lado, a busca por melhores condições de vida para eles, também pode ser considerada um fator de proteção para a saúde mental de mulheres imigrantes (Nascimento, 2022). Nas entrevistas, de fato, observamos que uma fonte de motivação para a persistência das mulheres estava perpassada pelo desejo de não somente melhorar a vida para si, mas torná-la melhor para seus filhos e oportunizar a eles que tenham acesso a boas condições de sobrevivência. Questionadas sobre os pontos positivos da migração e projetos de futuro, a maioria das participantes citou que é ter maior possibilidade de qualidade de vida e bem-estar para si e seus filhos. Assim, ao mesmo tempo em que os papéis de gênero impacta na saúde mental de mulheres imigrantes por ter na função de cuidado uma obrigação a mais, parece também exercer impacto na motivação para investirem no novo território.

Falo de verdade, eu quero projetos, quero coisas boas, quero o melhor para as minhas crianças, porque eu vivo coisas boas e a medida que eu vou lutando ao lado deles e eles tem uma vida melhor, eu sou feliz (Enriqueta).

Abordamos anteriormente o caso de Milagros e sua relação com o trabalho. Aqui, gostaríamos de acrescentar algo a mais, pois entendemos que sua relação com o trabalho e a importância que a profissão exerce sobre sua identidade também descortina uma questão de gênero. Isso porque, para além do óbvio aspecto financeiro de um emprego, necessário para possibilitar poder de compra, acesso a serviços, bens de consumo, etc., existe também um sentido mais profundo para mulheres, que representa a possibilidade de uma autonomia para além de uma figura masculina.

O homem venezuelano, o latino-americano em geral, é machista. A criação é de que o homem é que manda e a mulher tem que ser submissa. Acontece que na Venezuela as mulheres, tem muitas mulheres que são profissionais, muitas mulheres profissionais... tem aquelas que não são, mas mesmo com essa parte de status profissional, você vê essa diferença, o homem sempre quer se impor. . . o homem sempre predomina por sua criação machista. Essa é uma das razões pelas quais eu fiquei sozinha, eu nunca me casei, eu só tive relacionamentos. Isso não é pra mim, isso de “eu sou homem e você cozinha, lava, tudo”. Não. Não que eu não poderia fazer, mas não dessa forma, eu não sou sua empregada, procure alguém para fazer por você. Eu trabalho também, eu trabalho na rua e você trabalha, nós compartilhamos os gastos, porque eu tenho que lavar sua roupa? Você vai lavar a minha? Vamos procurar alguém e pagamos. . . então eu fiquei sozinha com meus filhos, não aceito que ninguém me trate mal (Milagros).

A insegurança que a mulher vive em relação à violência doméstica no Brasil também foi mencionada por Milagros. Lançando mão dos conhecimentos profissionais para falar do machismo, trouxe dados legais e estatísticos sobre violência de gênero no país. A participante relata que a lei que protege as mulheres é mais rígida na Venezuela após reformulação recente, contudo, o número de feminicídio se mostrou alto, sobretudo no período da crise. Acreditamos que a Milagros falava da alteração legislativa que ocorreu no ano de 2014 que incluiu o crime de feminicídio na Lei Orgânica sobre os Direitos das Mulheres a uma vida livre de violência (Oliveira & Ferreira, 2021).

A sensação de terem, em seu país de origem, uma lei mais rígida para a proteção de mulheres também foi mencionada por Enriqueta e Astrid. Ambas mencionaram a impressão de que na Venezuela a mulher é mais respeitada, fazendo uma contraposição com a violência de gênero no Brasil e a expressividade de seus índices. Em contrapartida, a submissão da mulher, apontada por Milagros, também foi mencionada por Lucila, que traz essa característica como a mais marcante diferença entre ser mulher na Venezuela e no Brasil. No Brasil, a mulher tem mais possibilidades de reivindicar, segundo a percepção de Lucila.

Não parece para vocês aqui, mas eu acho que as mulheres aqui tem mais liberdade de ser como elas quiserem, de falar o que elas quiserem, de trabalhar no que elas quiserem né? E fora o relacionamento de vocês é, digamos, mais aberto, entendeu? . . . pelo menos no meu país e onde eu morei, a voz da mulher tem menos peso do que o homem, entendeu? Então quem leva a relação é o homem. Mas aqui eu vi que a mulher tem essa força de falar e elas também tão no comando, então eu achei que... eu gostei. . . . eu gosto mais da liberdade que as mulheres tem aqui, de falarem “não gostei”, entendeu? Ter essa liberdade, porque lá, muitas mulheres não falam por ter aquele jeitinho de cair no agrado do mundo, de ser aquela mocinha boa pra todo mundo... quando eu saí era assim, não sei agora, mas era assim mesmo (Lucila).

É simbólico que Lucila tenha tocado neste ponto, pois ela se identifica com essa mulher que reconhece na brasileira. A participante narra duas situações em que isso se expressa. Em primeiro lugar, afirmou que saiu da Venezuela por si e por sua família: por ser a irmã mais nova e solteira, cabia a ela migrar e “abrir as portas” para outros familiares. Reconhecendo que por não ter responsabilidades com casamento, lar e maternidade – ofícios da mulher – poderia lançar-se ao processo migratório. Além disso, relatou que sofreu assédio sexual por parte de um chefe no período em que viveu em outro país latinoamericano e que ela precisava denunciar para tentar evitar que o mesmo ocorresse com outras vítimas.

Eu falei para a mulher dele, eu entreguei o cartão que ele me deu e falei o que tinha acontecido. Isso foi horrível, ele me xingou e eu tive que largar tudo lá. Mas não me arrependo, era o que eu tinha que fazer. Era um velho nojento, merecia isso. Então imagina... eram garotas de 18, 17 anos, então ninguém se atrevia a falar nada para

ele... então eu decidi falar. . . . no Peru eles oprimem muito as mulheres. E, puxa, se eu não falasse ninguém ia falar e isso ia continuar (Lucila).

Essa mesma liberdade foi mencionada pelas demais participantes: o Brasil enquanto um país mais liberal. Essas diferenças foram percebidas sobre orientação sexual e a respeito dos costumes de vestimenta e adorno das mulheres. Para Hanni, assim como para Lucila, esse contato intercultural não se mostrou como um choque, mas possibilitou uma nova forma de existir. A participante mencionou uma diminuição da autoestima em virtude de mudanças corporais e dificuldade em cuidar de si e a da sua aparência no Brasil. Contudo, vivendo agora em um país cuja cultura não rechaça o uso de *piercings* e tatuagens, por exemplo, os usa para adornar-se e recuperar uma percepção de si enquanto uma mulher bonita.

Nascimento (2022) destaca que o contato intercultural com diferentes atravessamentos de gênero podem produzir impactos subjetivos na vida das mulheres imigrantes, ao passo em que pode oportunizar questionamentos sobre os papéis que desempenha dentro de suas relações e consigo mesma. Parece que a percepção de outra forma de “ser mulher”, possibilitada pelo que observa nas dinâmicas das relações conjugais e sociais na Venezuela e no Brasil, oportuniza dar novos contornos para como essas mulheres vivenciam sua identidade e seu modo de se expressar.

Essa possível reformulação identitária foi mencionada por Cicconi et al. (2021). Para o autor a migração exerce um impacto identitário porque o psiquismo vai construir-se e reconstruir-se na intersecção com a dimensão constitutiva da experiência cultural. O sujeito venezuelano vai ser definido como imigrante a partir do encontro com o olhar do outro, brasileiro; podendo haver, portanto, uma consequente refundação de si: “Muda. O fato de migrar muda você, porque não é seu país, seu vizinho não é sua família... seu pensamento muda assim que você toca em outro país” (Lucila).

O que vemos é que a migração provoca muito mais do que o deslocamento físico e geográfico próprio do movimento migratório, como também a destituição de muito – ou quase tudo – daquilo que lhe era importante e que caracterizava sua identidade. Diante disso, um imigrante é confrontado com as suas condições de elaborar as perdas identitárias, familiares, sociais, econômicas e culturais, por exemplo, precisando lançar mão de recursos para investir em novas experiências. Esse é o preço simbólico e subjetivo de uma migração: deixar e desinvestir do país de origem e investir no país de destino, sendo impactada por todo esse processo de mudança – e transformação. Para as mulheres, contudo, paga-se algo a mais em virtude do gênero, ao passo em que todo esse processo é atravessado pelas responsabilidades implicadas naquilo que se espera do que é “ser mulher”.

Às imigrantes concerne o desafio de atribuir sentidos para a sua experiência buscando elaborá-la. Nesse sentido, a abertura para o novo, a esperança e expectativa por uma vida melhor foram vistos como algo que impulsionaram os passos das mulheres imigrantes com as quais falamos nessa pesquisa. Diante do exposto, tal como afirmam Cicconi et al (2022), observamos que em uma migração é possível visualizar forças de vida de um sujeito, ao passo em que mesmo ante perdas, dificuldades e desilusões, o encontro com o desconhecido de um novo país é uma fronteira passível de ser atravessada.

Em geral, [me sinto] bem. Eu acho que eu me sinto bem, tenho... as vezes você é muito dura com você mesma, né? Você esquece de agradecer que tem um teto, que tem família . . . então eu agradeço isso... que mesmo sentindo ou levando minhas dores, estou bem (Lucila).

5 Considerações finais

Iniciamos este trabalho abordando a noção freudiana de pulsão do saber, dizendo que uma pesquisa tem início, em primeiro lugar, no psiquismo de um sujeito que, mobilizado pela curiosidade, empreende uma investigação. Isso significa que a construção de um conhecimento proposto por um pesquisador busca responder a uma questão que, antes de ser objetivo de sua pesquisa, foi sua. Uma pesquisa em psicanálise entende, portanto, que o desejo do pesquisador está implicado na construção de um enigma que pretende desvelar com seu trabalho. Tomando essa ideia como fundamento, caminhamos para o fim desse trabalho podendo dizer que toda a trajetória desta pesquisa, desde o seu início até as elucubrações por último realizadas, está perpassada pelo desejo do pesquisador e pela relação transferencial (Freud, 1905/2016; Mussati-Braga, 2015).

Nesse ponto, recuperamos as inquietações iniciais que motivaram a construção desse trabalho e se desdobraram em seu objetivo. Depois, tecemos algumas considerações a respeito do caminho percorrido para chegar até aqui; do que foi possível produzir a partir dele – e do que não foi possível, mas vemos como possibilidades; e das reflexões que esperamos que esse trabalho possa promover, esperando que o desejo por saber dessa pesquisadora possa contribuir com o desejo de outros pesquisadores do meio acadêmico e outros atores sociais.

O desejo de empreender uma pesquisa sobre migração partiu primeiramente – e, até então, pouco consciente – de uma proximidade pessoal dessa autora com a temática. Essa aproximação se deu em razão de algumas experiências migratórias que se fizeram presentes durante sua história e cujas repercussões puderam ser analisadas em outro espaço de investigação psíquica, o *setting* clínico. O contato com esses deslocamentos proporcionaram uma sensibilidade ante as idiossincrasias de vivências migratórias e foram causa do desejo de escutar mais sobre elas e conhecer as repercussões desse processo para aqueles que o vivencia.

Em virtude do intenso fluxo da migração involuntária da população venezuelana, decorrente da crise humanitária que assola o país, se deu o recorte de origem e tipo de deslocamento adotado nesse estudo. O recorte de gênero veio depois, diante do interesse em lançar luz à migração de mulheres e suas particularidades, muitas vezes desconsideradas em pesquisas sobre o fenômeno migratório. Assim, a partir da convergência entre os interesses pessoais da pesquisadora e da identificação da migração de mulheres venezuelanas como um fenômeno emergente se delineou o objetivo desta pesquisa: refletir sobre os impactos psíquicos da migração para mulheres venezuelanas que vieram para o Brasil de modo

involuntário, em consequência da crise social e econômica que está vigente em seu país de origem.

Consideramos que o fenômeno migratório demanda estudos que sejam construídos a partir de uma escuta atenta, como meio de balizar ações e trabalhos que sejam sensíveis às particularidades dessa população e é com base nisso que essa pesquisa se justifica. Nesse sentido, vale mencionar que mesmo antes da conclusão deste trabalho, os estudos teóricos e as escutas realizadas em sua função, contribuíram para algumas reflexões propostas ao Conselho Municipal dos direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas de Maringá (CORMA), onde esta autora esteve como representante do Conselho Regional de Psicologia do Paraná na gestão de 2021-2023.

Tomamos como itinerário dessa pesquisa alguns pontos que mencionaremos brevemente. A princípio, avaliamos importante entender mais sobre a Venezuela, sua história e aspectos culturais, sociais e econômicas, e a crise em curso no país; como também pensar no cenário legislativo, político e social brasileiro, como forma de visualizar o contexto do país de onde saem e do país que acolhe as participantes dessa pesquisa. Também recorreremos às contribuições da psicanálise no que concerne aos processos migratórios na interface entre cultura e psiquismo. É mais ou menos por aí que nos aproximamos do que a etnopsicanálise entende como complementarismo: um duplo entendimento entre os aspectos culturais e psíquicos da experiência de um sujeito (Moro, 2015).

A intenção de empreender um estudo sob o aporte teórico e metodológico da psicanálise, sobretudo nesse diálogo com a cultura e sociedade, decorre de considerar que ela fornece bases para pensar o sujeito inserido e enredado pelo laço social. Assim, ela foi utilizada nesse trabalho de duas maneiras: como método e como teoria, cujos conceitos foram utilizados como base para a análise e discussão dos resultados.

Como método, achamos pertinente apontar algumas considerações para além das já realizadas em capítulos anteriores. A concepção de que uma pesquisa traz a marca da dinâmica transferencial, significa considerar que o material produzido é atravessado pela relação estabelecida entre o par pesquisador-participante, que por sua vez, tem impactos de aspectos como cor, gênero, condição social, local onde a pesquisa foi realizada, pelo enquadre, entre outros (Mussati-Braga, 2015). Sendo assim, temos de considerar as particularidades da pesquisa para a apreciação dos seus resultados e de seus limites.

Se em uma situação analítica é um sujeito em sofrimento que procura um analista para que sua demanda seja escutada; em uma pesquisa, por outro lado, é o pesquisador quem busca um sujeito que o ajude a atender a sua demanda por conhecer mais sobre um fenômeno. Nesse

sentido, observamos que as articulações teóricas produzidas a partir de um material obtido em contexto clínico e, portanto, marcado por um sofrimento endereçado ao analista, podem apresentar resultados distintos dos aqui explorados. Isso porque não trabalhamos com pacientes em análise, mas com mulheres que concordaram em participar de uma pesquisa. É natural, portanto, que os resultados obtidos por essas duas vias sejam diferentes (Mussati-Braga, 2015).

Assim, falamos com mulheres que concordaram em participar e contar sua experiência migratória a uma mulher brasileira e a partir de um pedido oriundo de uma instituição que as ajudaram em algum momento. É certo que isso também produz repercussões em suas narrativas, naquilo que se escolhe, de modo mais ou menos consciente, relatar.

Também falamos aqui de mulheres venezuelanas que migram de modo involuntário, em virtude de uma crise humanitária que vivem em seu país. Essas mulheres têm experiências diferentes de mulheres que possuem outra nacionalidade, que vieram do oriente médio, por exemplo, cuja cultura guarda ainda mais diferenças com a do país de acolhimento e cuja diáspora se caracteriza como refúgio, tendo ocorrido como fuga de guerras e perseguições (Boeira-Lodetti, 2018). De forma alguma queremos dizer que um conhecimento é mais válido do que outro; mas apontar para o caráter particular que cada pesquisa possui à medida que é construída sob diferentes dinâmicas transferenciais e contextos.

Por fim, ainda sobre o método, é válido pontuar que não estabelecemos, de antemão, uma quantidade de participantes ou número de entrevistas necessárias para a realização desse estudo, o que entendemos ser característico de uma pesquisa qualitativa (Ferraz, 2021). Elucidamos, portanto, que o fechamento amostral desse estudo se deu pela quantidade de informações que foram levantadas e pela consideração de que seriam suficientes para realizarmos a discussão dos resultados, sem considerar, contudo, que tenha havido uma saturação de dados. Entendemos, também, que isso pode implicar em um possível limite da pesquisa, haja vista que outras mulheres poderiam trazer também outras vivências que nos permitiriam, por sua vez, outras considerações. Com isso, salientamos que aqui tratamos das vivências da mulher imigrante venezuelana que vive no Brasil, mais especificamente no noroeste do Paraná, a partir da experiência de oito delas.

Diante do caminho percorrido nas entrevistas e nas análises dos resultados, alguns possíveis impactos psíquicos se sobressaíram em nossa leitura-escuta. Importante dizer que eles não foram pensados *a priori*, mas emergiram a partir delas, como propõe nosso método. Ainda assim, notamos que eles se alinham às temáticas apresentadas no capítulo de revisão de literatura, onde discutimos sobre migração e psicanálise. Podemos considerar que os impactos

psíquicos da migração involuntária para as participantes dessa pesquisa estão atrelados, principalmente, ao luto migratório, aos aspectos da cultura e diferenças culturais e ao discurso social que se sustenta sobre o migrante e os consequentes laços que são possíveis a partir dele.

Consideramos que um dos principais impactos psíquicos da migração involuntária para as participantes desta pesquisa se relacionam às perdas que essas mulheres tiveram durante todo o seu processo de diáspora. Nesse sentido, a perda nos parece um tema transversal, que esteve presente ao longo de toda a trajetória das participantes, tanto a migratória quanto a narrativa.

Em um primeiro momento, narraram sobre o período anterior ao deslocamento, no qual a privação no acesso a condições básicas de subsistência se apresentam tanto como experiência produtora de sofrimento, quanto elemento motivador da migração. Ainda que não tenham nomeado as perdas que tiveram entre o hiato de tempo entre o início da crise no país e sua partida, nos é claro que as participantes tiveram inúmeras delas. Elas perderam o acesso a alimentos e medicamentos; perderam lazer, hábitos e costumes, que já não podiam mais realiza-los pela impossibilidade econômica; perderam qualidade de vida de sua família; perderam o país que conheciam e, junto disso, perderam a possibilidade de projetar um futuro ali; perderam sua pátria, ainda em seu território. Essa sequência de perdas parece ter provocado tanto sentimentos de angústia, desespero e desamparo, quanto impulsionado a migração como última consequência. No deslocamento e chegada ao Brasil ocorrem novas perdas: de sua casa, de sua cidade e suas paisagens; de sua rotina e status profissional; de seu povo, seus vizinhos, amigos e familiares. As experiências da cultura também aparecem como perdas bastante significativas: perda da possibilidade de falar sua língua, comer suas comidas típicas e celebrar suas tradições; perdem, assim, muito do que era constitutivo de sua identidade. No que toca ao atravessamento de gênero, ainda tangenciado pelo tema da perda, as mais relevantes foram a perda da rede de apoio e da possibilidade, para muitas, de existir como mulher, para além de existir como mãe.

A migração leva o sujeito para longe de quase tudo aquilo que lhe é familiar e conferia sentido a sua vida. Diante de tantas perdas, se faz presente um doloroso abatimento diante de sua existência, uma angústia e sofrimento implicado no afastamento de seus objetos de amor, além de uma dificuldade em se interessar novamente pela vida. Se faz necessário o movimento psíquico de desinvestimento libidinal de seus antigos objetos e reinvestimento dessa libido em novos objetos; em outras palavras, se faz necessário empreender um trabalho de luto (Freud, 1915/2010), sendo esse processo um dos primeiros impactos psíquicos da migração.

As diferenças culturais também parecem ser fonte de impactos psíquicos para as participantes, em especial no que lhes toca no campo de sua identidade. Destacamos aqui três diferenças entre as culturas que ganharam notoriedade nos relatos das participantes: o idioma, a gastronomia e os contrastes entre o povo brasileiro e venezuelano. O que pudemos observar no tocante ao idioma e gastronomia é que ambos possibilitam às participantes experienciar sua cultura de origem e fazer manutenção do vínculo com seu país natal. Há, contudo, a cultura e costumes do país de acolhimento que exerce força contrária à busca por essa manutenção: a língua falada é outra e também são outras as comidas comercializadas, por exemplo. Assim, entendendo que a cultura é parte constituinte do psiquismo humano, o afastamento súbito e crônico de um sujeito com seu quadro cultural, consequência da migração involuntária, provoca uma desarticulação com os aspectos culturais que o sustentavam. Isso pode ter como impacto uma fratura cultural intrapsíquica, na qual um sentido de continuidade é alterado, se desdobrando em uma fragilização da identidade do sujeito (De Micco, 2017; Martins-Borges, 2013).

Consideramos importante mencionar, ainda, outra questão. Com exceção de uma participante, todas as outras narraram a impossibilidade de replicar suas comidas típicas no Brasil; ainda que com os mesmos ingredientes, elas não têm o mesmo sabor. Assim, dentre os aspectos da cultura, a língua se sobressai como a principal possibilidade de manutenção de suas raízes. Essa consideração é importante à medida que podemos pensar que aprender – ou não aprender – a língua portuguesa não é apenas uma questão cognitiva, mas está, sobretudo, perpassada por sua função simbólica: a identitária e a de comunicação do sujeito com seu mundo interno a partir da linguagem que o constitui. Diante do exposto, vimos que a recusa em aprender outro idioma, pode significar um modo a preservar um traço de sua identidade após a migração (Martins-Borges, 2013).

Já ao que diz respeito às diferenças entre o povo brasileiro e venezuelano, entendemos que para além de uma vivência da cultura, também toca no aspecto do discurso social. Ao passo em que as participantes narram que seu povo gosta de *compartir* uns com os outros, se fazer presentes e estarem próximos, entendemos que compõe os aspectos culturais do venezuelano. Por outro lado, no curso dessa investigação observamos que as relações que puderam ser construídas entre as participantes e a comunidade brasileira estão atravessadas pelos discursos sociais pontuados por Mountian & Rosa (2014) sobre o imigrante: o lugar daquele que vem de fora, desconhecido, não pertencente. A relação com o imigrante, embora nem sempre seja claramente discriminatório, é excludente; assim, apontamos para outro

impacto da migração: a dificuldade de vinculação e pertencimento à comunidade, produzindo a sensação de vulnerabilidade e solidão.

Levantamos, ainda, a hipótese de que os papéis de gênero também exerceriam impacto nas experiências de mulheres imigrantes. Os relatos das participantes corroboraram com essa hipótese e a confirmam: se diante de todo o exposto concluímos que a migração involuntária produz uma série de vulnerabilidades, “ser mulher” justapõe mais uma: a responsabilização quase exclusiva pelo cuidado maternal, familiar e doméstico (Strey & Cabeda, 2004). Convocada ao cuidado, a mulher tem maiores dificuldades em encontrar e manter-se em um emprego e, por consequência, são menores as possibilidades de obtenção de renda e, logo, maior privação econômica. Vale destacar, no entanto, que ao mesmo tempo em que a preocupação com o cuidado e futuro dos filhos urge como fonte de sofrimento também aparece como motivação para essas mulheres. Pensamos como hipótese que o maternal, justamente pelo apelo ao cuidado com esse outro, objeto tão amado, convoque a mulher a investir libidinalmente no mundo externo, movimentando o trabalho de elaboração, podendo ser considerado um fator de proteção (Nascimento, 2021), uma vez que a dificuldade de reinvestir no mundo tem, ainda, outras implicações.

Diante das diferentes situações de dificuldades e vulnerabilidades experienciadas por essas mulheres, ratificamos que as experiências da migração involuntária têm como impacto um sofrimento psicológico. Essa sequência de mudanças e perdas, que são materiais, simbólicas e identitárias, pode dificultar o processo de reinvestir libidinalmente em novos objetos, provocando um investimento narcísico, voltado para o corpo e manifesto através de sintomas. Os mais mencionados pelas participantes foram sintomas ansiosos e depressivos, como insônia, perda da fome, apatia e tristeza, além de somáticos, como dores e hospitalizações. Assim, notamos que os impactos psíquicos da migração podem se manifestar também no corpo.

Este é o ponto onde se dá a conclusão de uma trajetória: a dessa pesquisadora pela sua pesquisa de mestrado. É válido mencionar, no entanto, que esta pesquisa parece longe de ser, de fato, concluída. Em primeiro lugar, porque o objeto de investigação, isto é, as participantes, suas narrativas e a própria pesquisadora, não é estanque (Ferraz, 2021). Em segundo lugar, porque parecem surgir novas possibilidades a serem exploradas e discutidas à medida que o material de análise passa por outra leitura-escuta. Nesse momento final, de tecer saberes e de encerramento, notamos que a transversalidade do luto também nos alcança: também a nos é necessário elaborar algumas perdas, concernentes àquilo que não pudemos explorar ou abordar nesse trabalho.

Assim, tendo tratado dos caminhos que foram possíveis, mencionaremos também os descaminhos. Consideramos, ainda sob dos resultados obtidos nas entrevistas e permeados pela dinâmica transferencial, que houve temas que não foram abordados ou aprofundados nessa dissertação. O primeiro delas, o tema dos sonhos, o qual nos parece bastante interessante, uma vez que o psiquismo humano lança mão desse mecanismo como tentativa de elaborar seus conflitos e sofrimento. Nas entrevistas, relatos de sonhos estiveram presentes, porém, careceram de serem explorados com mais profundidade para que pudessem ser abordados de forma robusta nesse trabalho. Há também outras duas questões que, embora tenham sido apontadas, foram pouco aprofundadas. O sintoma, cuja relevância se dá a partir da compreensão de que a migração involuntária pode inscrever, no corpo do sujeito, os conflitos e sofrimento decorrente de sua situação de deslocamento. Por último, o atravessamento de gênero, uma vez que “ser mulher” imigrante parece ter uma série de implicações para além do papel relacionado ao cuidado que foi mencionado por nós. Nesse ponto, vale destacar que realizamos esse recorte de público, pois nos interessava conhecer as idiosincrasias das mulheres imigrantes, contudo, sabemos que este não se trata de um estudo aprofundado sobre questões de gênero; sugerimos, assim, que outros estudos possam tecer maiores elucidações no que se refere a esse marcador social.

Esperamos que os resultados e discussões propostas neste trabalho possam apontar para novos caminhos e trajetórias, tanto de investigação, como os mencionados, quanto de atuação junto à população migrante. Desejamos que ao lançar luz sobre a experiência de mulheres imigrantes venezuelanas e os impactos psicológicos de sua migração, possamos contribuir com reflexões sobre políticas, ações e escuta que sejam culturalmente sensíveis no acolhimento dessa população.

Referências

- Achotegui, J. (2012). La crisis como fator agravante del Síndrome de Ulises (Síndrome del Luelo Migratório Extremo). *Temas de Psicoanálisis*, 3, 1-16.
- ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Protection Monitoring Report UNHCR Brazil January - February 2021. ACNUR, (2021). Disponível em: <<https://www.r4v.info/en/document/unhcr-brazil-protection-monitoring-report-januaryfebruary-2021>>.
- Acosta, S. (2021). Uma economia mayamera: petróleo, gasto y consumo em el ocaso de la “Venezuela saudita”. *Estudios de Teoría Literaria. Revista digital: artes, letras y humanidades*, 117-127.
- Alves, R. K. M. (2018). *Uma análise do processo político-econômico venezuelano do governo bolivariano de Hugo Chavez (1999-2013)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Araújo, J. R. C., Pereira, P. V. & Rodas, B. Z. S. (2019) Ações Estatais ou Políticas Públicas? Fronteiras, Fluxos Migratórios e Política Migratória. *Confins - Revista franco-brasileira de geografia (DG USP)*, 39.
- Assis, G. O. (2007). Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, 15(3), 745-772.
- Barros, A. F. O. & Martins-Borges, L. (2018) Reconstrução em Movimento: Impactos do Terremoto de 2010 em Imigrantes Haitianos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(1), 157-171.
- Belmonte, G. A. (2022). “Na Venezuela sou médica. No Brasil, empregada doméstica”: desre-territorialização venezuelana e os impactos psicossociais da reinserção profissional de migrantes com ensino superior. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rj.
- Bolsonaro, J. M. (2019). *O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros. NÃO AO PACTO MIGRATÓRIO*. 09 jan. 2019. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1082924268361519104>>.
- Borges, T. W., Peirano, C., Moro, M. R. (2018) A clínica transcultural: cuidando da parentalidade no exílio. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 35(2), 149-158.
- Borges, V. A. (2021). *As comunas como estratégia de transição ao socialismo na Venezuela*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Guararema, SP, Brasil.
- Brasil, Casa Civil. (s.d) *Sobre a Operação Acolhida*. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>>

- Bustamante, V. (2005). Participação paterna no cuidado de crianças pequenas: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(6), 1865-1874..
- Calixto, B. (2018, março, 08). *Marie Rose Moro, psicanalista: “O corpo é o único ponto fixo”* [entrevista]. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/marie-rose-moro-psicanalista-corpo-o-unico-ponto-fixo-22465903>>.
- Calvo, V. G. (2005). El duelo migratório. *Trabajo Social*, 7, 77-97.
- Cáritas. Cáritas brasileira. 2019. Disponível em: <<http://caritas.org.br/>>.
- Cavalcanti, L., Oliveira, A. T. R. & Macêdo, M. F. R. (2020) *Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020*. Brasília, DF: OBMigra. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>.
- Centro Estratégico Latino-Americano de Geopolítica. CELAG. (2019). *Las consecuencias económicas del boicot a Venezuela*. Disponível em: <<https://www.celag.org/las-consecuenciaseconomicas-del-boicot-venezuela/>>
- Cicconi, A.; Santilli, E.; Zamparini, E., Barbieri, L.; Ferrero, L.; Giovannetti, M. F.; Orlando, M. P.; Giampà, M. & Coppola, P. (2021). O que é uma fronteira, hoje? *Ide*, 43(71), 98-103.
- Cioccari, D., & Persichetti, S. (2018). Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. *Revista Alterjor*, 18(2), 201-214.
- Chemama, R. (1995). *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Chacín, N. A. (2009). Las estrategias de inclusión social en Venezuela: un acercamiento a la experiencia de las misiones. *Convergencia – revista de Ciencias Sociales*, 51, 85-128.
- Coelho, C. M. S. (2006). Psicanálise e laço social: uma leitura do Seminário 17. *Mental*, 4(6), 107-121.
- Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*. (1999). Caracas. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/constitucion_de_la_republica_bolivariana_de_venezuela.pdf>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1998). Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>
- Corrêa, E. V. B. (2023). *Psicologia dos grandes grupos políticos no Brasil: um estudo sobre polarização, ódio e conflito*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.
- Couto, L. F. S.; Casséte, J. L. Q; Hartmann, F. & Souza, M. F. G. (2018). Os discursos lacanianos como laços sociais. *Revista Subjetividades*, 18, 93-104.
- Dal Forno C., Canabarro, R. C. S., Macedo, M. M K. (2021). (Des)Subjetivação, migração e refúgio: reflexões psicanalíticas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 24(1), 10-18.
- De Micco, V. (2017). Trauma migratorio. *SpiWeb*. <<http://bit.ly/2ZUjg7r>>

- Decreto n. 3.768 de 8 de março de 2001* (2001). Delega competência ao Ministro de Estado da Justiça para designar os membros do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3768.htm>.
- Decreto n. 6.856, de 25 de maio de 2009*. (2009). Regulamenta o art. 206-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6856.htm>
- Delfim, R. B. (2022). Como venezuelanos veem a disputa presidencial de 2022 no Brasil. *MigraMundo*, 18 de out de 2022. Disponível em: <<https://migramundo.com/como-venezuelanos-veem-a-disputa-presidencial-de-2022-no-brasil/>>.
- Delouya, D. (2017) Imigração, tempo e esperança. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(1), 75-84.
- Devereux, G. (1956). Normal y Anormal. In: Devereux, G. *Ensayos de etnopsiquiatria general* (1973, pp. 25-102). Barcelona: Barral Editores.
- Devereux, G. (1967). Da angústia ao método nas ciências do comportamento. [Trad. G. I. Binkowski]. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, 6, 7-34.
- Devereux, G. (1970). La identidade étnica: sus bases lógicas y sus disfunciones. In: Devereux, G. (1972, pp. 131-170) *Etnopsicoanálisis complementarista*, Madrid: Amorrortu Editores.
- Devereux, G. (1981a). A Etnopsiquiatria. *Análise Psicológica*, 4(1), 521-525.
- Devereux, G. (1981b). A implementação cultural dos mecanismos de defesa. *Análise Psicológica*, 4(1), 527-552.
- Dias, W. N. (2020) Escuta psicanalítica de imigrantes: uma proposta clínica. São Paulo: *Ide*, 42(69), 459-168.
- Domingues, E.; Honda, H. & Reis, J. G. (2019). A etnopsicanálise de Devereux no filme Jimmy P.: uma introdução à clínica transcultural. *Psicologia em Estudo*, 14, 1-15.
- Ew, J. A. (2022). *Impactos psicológicos do processo migratório em imigrantes venezuelanos residentes em Santa Catarina*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Farah, P. D. (2017). Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. *Revista USP*, (114), 11-30.
- Farias, H., Loures, D., & Góis, C. (2022). A moeda como fonte de poder: as sanções financeiras e a “bomba-dólar” em Cuba e na Venezuela. *Mural Internacional*, 13.
- Ferenczi, S. (1933). *Confusão de línguas entre os adultos e a criança*. In: *Psicanálise IV/ Sándor Ferenczi: obras completas*. 1992.

- Ferraz, I. T. (2020). *Imigrantes haitianos na cidade de Maringá: impactos do racismo sob o olhar psicanalítico*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.
- Ferreira, A. V. S. (2019) *Imigração e saúde mental: narrativas de estudantes latino-americanos em uma universidade intercultural*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Figueiredo, L. C. & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257-278.
- Freitas, M. I. A. (2021). De vivências e conversas: o protagonismo feminino na migração venezuelana. (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual do Amazonas, Manaus, Am.
- Freud, S. (1893). *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma conferência*. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, volume III: Primeiras Publicações Psicanalíticas (1893-1899). (1996). São Paulo: Imago.
- Freud, S. (1895). *Projeto para uma Psicologia Científica*. Tradução J. Salomão. In: Edição Stantart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume I. (1977). Rio de Janeiro: Editora Imago
- Freud, S. (1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Tradução de Paulo César de Souza. In: Obras Completas Volume 06. (2016). São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- Freud, S. (1905[1901]). *Fragmento de análise de um caso de histeria*. Tradução de Paulo César de Souza. In: Obras Completas Volume 06. (2016). São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- Freud, S. (1914). *Introdução ao Narcisismo*. Tradução de Paulo César de Souza. In: Obras Completas Volume 12. (2010) São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- Freud, S. (1915) *Luto e Melancolia*. Tradução de Paulo César de Souza. In: Obras Completas Volume 12. (2010) São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- Freud, S. (1916). *Conferências introdutórias à psicanálise*. Tradução de Paulo César de Souza. In: Obras Completas Volume 13. (2014). São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- Freud, S. (1920). *Além do Princípio do Prazer*. In: Obras Completas, volume 14. (2010). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1926). *Inibição, sintoma e angústia*. Tradução de Paulo César de Souza. In: Obras Completas Volume 17. (2014). São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- Freud, S. (1927). *O futuro de uma ilusão*. Tradução de Renato Zwick. (2010). São Paulo: Editora L&PM.

- Freud, S. (1930). *O Mal-Estar na Cultura*. Tradução de Renato Zwick. (2010). São Paulo: Editora L&PM.
- Fukushima, K. A. (2018). A política social do governo Chávez e a democracia venezuelana: quais os avanços? *Mural Internacional*, 9, 99-121.
- Gallego, E. S. (2019). La bolsonarización de Brasil. *Documentos de Trabajo IELAT*, 121.
- Gil, A. C. (1999) *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5 ed). São Paulo: Editora Atlas.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar um projeto de pesquisa* (4 ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Goldstein, A. (2020). Bolsonaro e a estratégia política de polarização: da campanha à presidência. *Confluências – Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito*, 22(3), 244-268.
- Grigorieff, A. G. & Macedo, M. M. K. (2018) Singulares deslocamentos na experiência psíquica de migrar. *Psicologia Clínica*, 30(3), 471-492.
- Henderson, P. A; Ferreira, M. A. A & Dutra, J. S. (2016). As barreiras para a ascensão da mulher a posições hierárquicas: um estudo sob a óptica da gestão da diversidade no Brasil. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 9(3), 489-505.
- Henriques, R. M. N.; Gonçalves, I. S & Magnolo, T. S. (2020). A representação Do Imigrante Pela Imprensa Brasileira: Uma revisão De Literatura. *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, 7(1), 1-15.
- Hernandez, A. R. C. (2021). Viropolítica. *Psicologia Política*, 21(51), 421-434.
- Indursky, A. C., Conde, B. S. (2015) Trabalho psíquico do exílio: o corpo à prova de transição. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 18(2), 273-288.
- Indursky, A. C., Oliveira, L. E. P. (2016) Sobre a melancolização do exílio. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 19(2), 242-258.
- Iribarry, I. N.. (2003). O que é pesquisa psicanalítica?. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 6(1), 115–138.
- Isogai, M. (2022). Entre a diáspora e a sustentação da vida: considerações sobre saúde, cuidado e desigualdades nas experiências de mulheres migrantes em São Paulo. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Sp.
- Junger Silva, G. ; Cavalcanti, L.; Lemos Silva, S.; Tonhati, T. & Costa, L. F. L. (2023). *Observatório das Migrações Internacionais*; 8ª ed. Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra. Disponível em:<
<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf>
- Kauffman, P. (1996). *Dicionário enciclopédico de Psicanálise: O legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

- Kehl, M., Fortes, M. I. (2019) De uma clínica do refúgio: violência, trauma e escrita. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 22(3), 520-539.
- Knobloch, F. (2015) Impasses no atendimento a assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental. *Psicologia USP*, 26(2), 169-174.
- Koltai, C. (2018) Os errantes, um desafio para a psicanálise: uma clínica da errância? *Revista Brasileira de Psicanálise*, 52 (3), 91-72.
- Koltai, C. (2000). *Política e psicanálise: O estrangeiro*. São Paulo: Editora Escuta.
- Lacan, J. (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu. In J. Lacan, *Escritos* (1998, pp. 96-103). Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Lacan, J. (1969) *O Seminário, Livro 17: O avesso da Psicanálise 1969-1970*. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1992.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980*. (1980) Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. [revogada]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm>.
- Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997*. (1997). Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm>.
- Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017*. (2017). Institui a Lei de Migração. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>.
- Lei n. 13.684, de 21 de junho de 2018*. (2018). Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13684.htm>
- Lima, M. E. O; Almeida, J. N; França, D. X. & Santos, I. J. (2022). O surgimento de líderes autoritários: significados das posições direita-esquerda e sentimento de anomia. *Psicologia Política*, 22(54), 449-466.
- Maalouf, J. F. (2005). *O sofrimento de imigrantes: um estudo clínico sobre os efeitos do desenraizamento no self*. (Tese de Doutorado). Pontífca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Machado, L. Z. (2020). From the Time of Rights to the Time of Intolerance. The Neoconservative Movement and the Impact of the Bolsonaro Government. Challenges for Brazilian Anthropology. *Vibrant*, 17.
- Magalhães, A. (2018, abril). Medo, fome, noites ao relento e trabalho escravo: a travessia dos venezuelanos na fronteira norte do Brasil. Disponível em:

<<https://reporterbrasil.org.br/2018/05/medo-fome-noites-ao-relento-e-trabalho-escravo-a-travessia-dos-venezuelanos-na-fronteira-norte-do-brasil/>>.

- Magalhães, F. A. K. (2020). *Venezuela sob o governo Maduro: sobrevivência política e pragmatismo da necessidade (2013-2019)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da metodologia científica* (2a ed). São Paulo: Editora Atlas.
- Marinucci, R. (2007). Feminization of migration? *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 15(29), 5-22.
- Martins-Borges, L. (2013) Imigração involuntária como fator de risco à saúde mental. *Ver. Inter. Mob. Hum.*, ano XXI, 40, 151-162.
- Martins-Borges, L., Boeira-Lodetti, M.; Jibrin, M. & Pocreau, J-B. (2019). Inflexões epistemológicas: a Etnopsiquiatria. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31, 249-255.
- Marins-Borges, L., Jibrin, M. & Barros, A. F. O. (2015) Clínica intercultural: a escuta da diferença. *Revista Contextos Clínicos*, 8(2), 186-192.
- Martins-Borges, L. & Pocreau, J-B. (2009). A identidade como fator de imunidade psicológica: contribuições da clínica intercultural perante as situações de violência extrema. *Psicologia: Teoria e Prática*, 11(3), 224-236.
- Martins-Borges, L. & Pocreau, J-B. (2012) Serviço de atendimento psicológico especializado aos imigrantes e refugiados: interface entre o social, a saúde e a clínica. *Estudos de Psicologia*, 29(4), 577-585.
- Matos, M. I. S; Truzzi, O. & Conceição, C. F. (2018). Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). *Revista Brasileira de Estudos de População*, 35(3), 1-25.
- Melícias, A. B. (2017) Pátria, mátria, fáttria: construção da geografia emocional. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(1), 61-74.
- Mezan, R. (2001). Psicanálise e Pós-Graduação: notas, exemplos e reflexões. *Psicanálise e universidade*; 14, 121-166.
- Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). (s.d) *Estratégia de Interiorização*. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>>. Acesso em: 09/01/2024.
- Miranda, U. L. (2020) *Trajetórias venezuelanas: o processo de integração em Belo Horizonte*. (Dissertação de Mestrado). Fundação João Pinheiro: Escola de Governo Professor Paulo Nevez de Carvalho, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Misiones Bolivarianas. (S.d). Disponível em: <<https://www.misionesbolivarianas.com/misiones/>>.
- Moro, M. R. (2015). Psicoterapia transcultural da migração. *Psicologia USP*, 26(2), 186-192.

- Moro, M. R.; Radjack, R. (2018) Os bebês não esquecem nada – e menos ainda a violência que sofrem. Excesso de traumas quotidianos em todas as culturas. *Cadernos de Psicanálise*, 40(39), 109-123.
- Mountian, I., & Rosa, M. D. (2015). O outro: análise crítica de discursos sobre imigração e gênero. *Psicologia USP*, 26(2), 152-160.
- Nascimento, V. N. (2021). *Reconstruindo uma nova casa: impactos psicológicos da imigração involuntária em mulheres imigrantes residentes na região da Grande Florianópolis*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Rs.
- Navas, Y. (18, outubro, 2018). Programa “Todas las manos a la siembra” promove la cultura del trabajo em las escuelas. Disponível em: <<http://ciudadmcy.info.ve/?p=55129>>.
- Núcleo de Estudos sobre Psicologia, Migrações e Culturas. Sd. *Histórico*. Disponível em: <<https://nempsic.paginas.ufsc.br/apresentacao/>>
- Oliveira, A.T. R. (2017). Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 34(1), 171-179.
- Oliveira, A.T. R. (2020). A transição na legislação migratória: um estudo empírico para o período 1980-2019. In: Cavalcanti, L., Oliveira, A. T. R. & Macêdo, M. F. R. *Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020*. Brasília, DF: OBMigra, pp. 41-79. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>.
- Oliveira, M. R. D. & Ferreira, T. T. (2021). Análise comparativa dos crimes de feminicídio na América Latina. *Themis*, 19(1), 207-231.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (Sd). *História da ONU*. Disponível em: <<https://unric.org/pt/historia-da-onu/>>
- Organización De Las Naciones Unidas (ONU). *Pacto Mundial para la Migración Segura, Ordenada y Regular*. Resolución aprobada por la Asamblea General el 19 de diciembre de 2018. Disponível em: <<https://www.iom.int/resources/global-compact-safe-orderly-and-regular-migration/res/73/195>>.
- Organização Internacional para Imigrantes (OIM). (2009). *Glossário sobre Migração*. Organização Internacional para Migrantes, 2009.
- Organização Internacional para Imigrantes (OIM) (2018a). *Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo: Módulo 1*. Organização Internacional para Migrantes.
- Organização Internacional Para Migrantes (OIM). (2018b) *Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo: Módulo 2*. Organização Internacional para Migrantes.
- Organização Internacional Para Migrantes (OIM). (2023). *Subcomitê federal para recepção, Identificação e triagem dos imigrantes. Migração venezuelana: Janeiro 2017 - Julho 2023*. Disponível em: <

https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2023-08/informe_migracao-venezuelana_jul23.pdf>

- Pantoulas, D. (2019). Venezuela: Na Unstable Equilibrium. *Revista de Ciencia Política*, 2, 391-408.
- Perna, G. H. (2023). *Elas merecem ser lembradas: migração venezuelana para Porto Alegre – uma análise a partir das interfaces gênero-migração*. (Dissertação de Mestrado). PUC-RS, Porto Alegre, Rs.
- Pinheiro, L. C. (2021). *Travessias de horizontes múltiplos: migração venezuelana em Campina Grande*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Pb.
- Portaria Interministerial n. 9, de 14 de março de 2018. [alterada]* (2018). Dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados, a fim atender a interesses da política migratória nacional. Brasília, DF. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%209,%20DE%2014%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202018.pdf>>
- Portaria Interministerial n. 15, de 27 de agosto de 2018.* (2018). Altera a Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N%C2%BA_15_DE_27_DE_AGOSTO_DE_2018.pdf>
- Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012.* (2012). Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. [revogada]. Disponível em: < <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1541>>
- Rodrigues, I. A. (2022). Sofrimento e saúde mental entre migrantes venezuelanos no município do Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rj.
- Rodrigues, N V, Queiroz, I S & Lozano, A M C. (2021). Impactos da (des)territorialização nos processos de subjetivação: experiências migratórias de refugiadas venezuelanas em Bogotá. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16(2), 1-20.
- Rosa, M. D. (1999). O discurso e laço social dos meninos de rua. *Psicologia USP*, 10(2), 205-217.
- Rosa, M. D. (2012) Migrantes, imigrantes e refugiados: a clínica do traumático. *Revista Cultura e Extensão USP*, 7, 67-76.
- Rosa, M. D. (2015). *Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento*. (Tese de Livre-docência). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

- Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010) O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização de entrevista e observação. *Revista Psicologia e Sociedade*, 22, 180-188.
- Rosa, M. D.; Penha, D. A. & Ferreira, P. P. (2018). Intolerância: Fronteiras e Psicanálise. *Revista Subjetividades*, ed. especial, 105-113.
- Rosa, P. O., Braga, T & Ângelo, V. (2022). Novíssimas direitas, pós-verdade e “estética da zoeira”. *Psicologia Política*, 22(53), 123-142.
- Safra, G. (2004). *A po-ética na clínica contemporânea*. Aparecida: Ideias & Letras.
- Saglio-Yatzimirsky, M-C., (2015) Do relatório ao relato, da alienação ao sujeito: a experiência de uma prática clínica com refugiados em uma instituição de saúde. *Psicologia USP*, 26(2), 175-185.
- Saiba quais países reconhecem Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela e quais rejeitam. (23, janeiro, 19). Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/23/saiba-quais-paises-reconhecem-juan-guaido-como-presidente-interino-da-venezuela.ghtml>>.
- Santos, N. T. G., & Fortes, I. (2011). Desamparo e Alteridade: o sujeito e a dupla face do outro. *Psicologia USP*, 22(4), 747-769.
- Seincman, P. A., Rosa, M. D. (2021) Dimensões da clínica psicanalítica com migrantes em urgência social: a rede transferencial. *Psicologia em Estudo*, 26.
- Silva, A. M. R. (2015) *A telesur a serviço da integração Latino-Americana nos governos de Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (2013-2015): contexto político venezuelano e análise de conteúdo do portal*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.
- Silva, M. M. S. (2021) Clínica Transcultural: o exercício de uma psicanálise decolonial. *Jornal da Psicanálise*, 54(101), 143-159.
- Souza, R. B. L. (2008). *O desenvolvimento econômico da Venezuela 1950/2006*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15360>>.
- Tanhati, T. & Macêdo, M. (2020) Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). In: Cavalcanti, L., Oliveira, A. T. R. & Macêdo, M. F. R. *Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020*. Brasília, DF: OBMigra, pp. 111-141. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>.
- Uebel, R.R.G. & Ranincheski, S.M.. (2018) “Polícia Federal deporta 450 imigrantes ilegais venezuelanos de Roraima”: um estudo sobre remediation, positivismo e pós-positivismo no jornal O Globo. *Revista Diálogo*, 37, 39-52.
- Uma em cada cinco refugiadas são vítimas de violência sexual no mundo. (2017, junho, 23). Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/uma-em-cada-cinco-refugiadas-sao-vitimas-de-violencia-sexual-no-mundo/>>

- United Nations High Commissioner For Refugees (2018). *Global Trends Forced Displacement In 2018*. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/globaltrends2018/>>
- United Nations High Commissioner For Refugees (2023). *Global Trends Forced Displacement In 2022*. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>>
- Villa, R. D. (2005). Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. *Dossiê América Latina: estudos avançados*, 19, 153-172.
- Vinuto, J. (2014) A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220.
- Wonsoski, W. (2020). *Contribuições de Georges Devereux à psicanálise, à metodologia e à clínica transcultural*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil..

Anexo 1

Roteiro de entrevista

1. Pode se apresentar para mim? (Nome, idade, escolaridade, profissão, estado civil, se tem filhos). Há quanto tempo você está no Brasil? E em Maringá?
Vida na Venezuela:
2. O que fazia (trabalho, estudo) na Venezuela? Como era sua vida lá (rotina, lazer, etc.)?
3. O que fez com que você deixasse a Venezuela? Como era viver lá? (no momento em que saiu e como era antes da crise)
4. Como foi a viagem até chegar aqui? (Veio sozinha, com família? Deixou alguém da família na Venezuela? Quem da família ficou?) Quais as principais dificuldades que enfrentou?
Chegada ao Brasil:
5. Por que veio para o Brasil? Já conhecia alguém no Brasil? E por que Maringá? Como e por quem foi recebido?
6. Trouxe algo da Venezuela, algum objeto específico ou alimento? Teve ou tem algum sonho relacionado com processo migratório, com a saída da Venezuela e chegada no Brasil?
7. Como foram os primeiros dias no Brasil? Como se sentiu? E em Maringá? Teve ou tem alguma dificuldade de adaptação? Qual/quais?
Vida no Brasil:
8. Você trabalha ou estuda aqui em Maringá? Me fale sobre o seu trabalho/estudo. Me fale sobre as suas relações com as pessoas com quem trabalha/estuda. Como se sente em relação à sua ocupação?
9. Você ou alguém que você conhece já passou por alguma situação de preconceito ou discriminação por ser Venezuelana? Pode me contar como foi?
10. De um modo geral, como se sente aqui? (Houve momento de tristeza ou dificuldade? Conte uma situação).
11. Quando estava em seu país e algo de chateava/incomodava o que você fazia?
Procurava alguém para conversar? E aqui? Você tem alguém para conversar? Quem? Brasil e Venezuela
12. Quando pensa em seu país de origem: há semelhanças entre sua vida lá e aqui? E quais as diferenças mais marcantes?

13. Tem algo que é muito diferente entre o seu país e o Brasil, em relação à cultura, costumes, hábitos? O que foi mais difícil em se adaptar ao Brasil? Do que sente falta do seu país?
14. Quais os seus planos para o futuro?
15. Gostaria de acrescentar algo a mais?

Anexo 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Eu, **Raelly Beatriz Gomes Benetti**, gostaria de convidá-la a participar da pesquisa intitulada **“O corpo é o único ponto fixo”: experiência da mulher imigrante venezuelana à luz da Psicanálise**, a qual faz parte do programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá e é orientada pela professora **Dra. Eliane Domingues**. O objetivo da pesquisa é conhecer a experiência e os impactos da migração involuntária para as mulheres imigrantes venezuelanas que residem na cidade de Maringá/PR. A sua participação é muito importante, e ela se dá através de uma entrevista com a pesquisadora, na qual você responderá a um roteiro de perguntas semiestruturado, que será gravado em formato de áudio e transcritos a posteriori. O conteúdo das entrevistas serão utilizados no estudo e, posteriormente, os áudios e transcrições serão destruídos.

A sua participação é totalmente voluntária e você pode recusar-se a participar da pesquisa, ou ainda, retirar o seu consentimento a qualquer momento do estudo, sem que isso lhe traga qualquer ônus ou prejuízo. As informações que forem oferecidas por você somente serão utilizadas para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo, de forma que sua identidade e privacidade estejam preservadas sob total confidencialidade.

É possível que alguns temas possam causar algum tipo de desconforto. Caso isso ocorra, a participante poderá interromper a entrevista e, se for necessário, a pesquisadora se responsabiliza por realizar acolhimento psicológico à participante. Espera-se que este estudo tenha como benefício a contribuição para elaboração de acolhimento psicológico a migrantes, bem como ações e/ou políticas públicas para imigrantes que residem na cidade de Maringá.

Caso haja qualquer dúvida ou necessite de maiores esclarecimentos, é possível contatar as pesquisadoras pelos endereços abaixo ou procurar pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UEM. O CEP é um comitê que tem como objetivo defender os interesses dos participantes de uma pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O contato do CEP está disposto ao final deste documento.

Se assentir participar da pesquisa, este termo deverá ser preenchido e assinado em duas vias de igual teor, das quais uma ficará com você. Além da assinatura dos campos específicos, solicitamos que sejam rubricadas todas as páginas desse documento, de forma que garanta o acesso ao documento completo.

Eu, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas, declaro que CONCORDO VOLUNTARIAMENTE em participar da pesquisa de Raelly Beatriz Gomes Benetti e Eliane Domingues.

_____ Data:
Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, Raelly Beatriz Gomes Benetti declaro que forneci todas as informações referentes ao este projeto de pesquisa.

_____ Data:
Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida acerca dessa pesquisa poderá ser esclarecida com a pesquisadora, conforme o endereço abaixo:

Nome: Raelly Beatriz Gomes Benetti

Telefone/e-mail: (44) 99132-5664/ raellybeatriz@hotmail.com

Qualquer dúvida acerca dos aspectos éticos dessa pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM: Universidade Estadual de Maringá, localizada na Av. Colombo, 5790. UEM-PPG-sala4, CEP: 87020-9000. Maringá/PR.

Telefone/e-mail: (44) 3011-4444/ copep@uem.br

Horário de funcionamento: de segunda-feira à sexta-feira, das 07h40 às 11h40 e das 13h30 às 17h30 (exceto nos horários de reuniões dos Comitês).

Término De Consentimiento Libre E Informado (TCLI)

Yo, **Raelly Beatriz Gomes Benetti**, me gustaría invitarle a participar en la investigación titulada "**El cuerpo es el único punto fijo**": la experiencia de las mujeres inmigrantes venezolanas a la luz del Psicoanálisis, que forma parte del Programa de Postgrado en Psicología de la Universidad Estatal de Maringá y es supervisada por la profesora **Dra. Eliane Domingues**. El objetivo de la investigación es conocer la experiencia y los impactos de la migración involuntaria para las mujeres inmigrantes venezolanas que viven en la ciudad de Maringá/PR. Su participación es muy importante, y se produce a través de una entrevista con el investigador, en que responderá a un cuestionario semiestructurado, que será grabado en formato de audio y transcrito posteriormente. El contenido de las entrevistas se utilizará en el estudio y posteriormente se destruirán los audios y las transcripciones.

Su participación es totalmente voluntaria y puede negarse a participar en la investigación, o incluso, retirar su consentimiento en cualquier momento del estudio, sin que ello le suponga ninguna carga o perjuicio. Las informaciones que nos proporcione solo serán utilizadas para los fines de esta investigación, y serán tratadas en la más estricta confianza, de modo que su identidad y su privacidad queden preservadas bajo total confidencialidad.

Es posible que algunos temas le causen alguna molestia. Si esto ocurre, puede interrumpir la entrevista y, si es necesario, el investigador será responsable de llevar a cabo atención psicológica al participante. Se espera que este estudio tenga el beneficio de contribuir para el desarrollo de la acogida psicológica de los migrantes, así como de acciones y/o políticas públicas para los inmigrantes residentes en la ciudad de Maringá.

Si tiene alguna duda o necesita más aclaraciones, puede ponerse en contacto con los investigadores en las direcciones que se indican a continuación o dirigirse al Comité de Ética en Investigación de la UEM, cuya dirección también se indica en este documento. Si acepta participar en la investigación, deberá rellenar y firmar este término en dos ejemplares de igual valor, de los cuales uno quedará en su posesión. Además de firmar los campos específicos, solicitamos que se rubriquen todas las páginas de este documento para garantizar el acceso al documento completo.

Yo,..... después de haber leído y comprendido la información y aclarado todas mis dudas, declaro que ACEPTO

VOLUNTARIAMENTE participar en la investigación de Raelly Beatriz Gomes Benetti y Eliane Domingues.

Firma o huella dactilar

Fecha:

Yo, Raelly Beatriz Gomes Benetti, declaro haber proporcionado toda la información relacionada con este proyecto de investigación.

Firma del investigador

Fecha:

Cualquier duda sobre esta investigación puede aclararse con el investigador, según la dirección que figura a continuación:

Nombre: Raelly Beatriz Gomes Benetti

Teléfono/correo electrónico: (44) 99132-5664/ raellybeatriz@hotmail.com

Cualquier duda sobre los aspectos éticos de esta investigación puede aclararse con el Comité Permanente de Ética en la Investigación (COPEP) con Seres Humanos de la UEM, en la dirección que figura más abajo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá

Av. Colombo, 5790. UEM-PPG-sala4

CEP: 87020-9000. Maringá/PR

Telefono/e-mail: (44) 3011-4444/ copep@uem.br

Horario de operación: de lunes a viernes, de 7:40 a 11:40 y de 13:30 a 17:30 horas (excepto en horario de reuniones del Comité).

Anexo 3

Artigos da revisão de literatura sobre psicanálise e migração

Título	Autores	Publicação	Ano
Dimensões da clínica psicanalítica com migrantes em urgência social: a rede transferencial.	Seincman, P. A., Rosa, M. D	Psicologia em Estudo, 26.	2021
Clínica Transcultural: o exercício de uma psicanálise decolonial.	Silva, M. M. S	Jornal da Psicanálise, 54(101).	2021
(Des)Subjetivação, migração e refúgio: reflexões psicanalíticas.	Dal Forno C., Canabarro, R. C. S., Macedo, M. M K.	Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, 24(1).	2021
O que é uma fronteira hoje?	Cocconi, A.	Ide(São Paulo), 43 (71)	2021
Escuta psicanalítica de imigrantes: uma proposta clínica.	Dias, W. N.	Ide (São Paulo), 42(69)	2020
De uma clínica do refúgio: violência, trauma e escrita.	Kehl, M., Fortes, M. I.	Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, 22(3).	2019
Migração Haitiana: o sujeito frente ao (re)encontro com o excesso.	Nüske, A. G. G., Macedo, M. M. K	Psicologia USP, 30.	2019
A clínica transcultural: cuidando da parentalidade no exílio.	Borges, T. W., Peirano, C., Moro, M. R	Estudos de Psicologia (Campinas), 35(2).	2018
Reconstrução em Movimento: Impactos do Terremoto de 2010 em Imigrantes Haitianos.	Barros, A. F. O., Martins-Borges, L	Psicologia: Ciência e Profissão, 38(1)	2018
Singulares deslocamentos na experiência psíquica de migrar.	Grigorieff, A. G., Macedo, M. M. K	Psicologia Clínica, 30 (3)	2018
Os errantes, um desafio para a psicanálise: uma clínica da errância?	Koltai, C.	Revista Brasileira de Psicanálise, 52 (3)	2018
Do olhar à palavra: (des)encontro com o outro.	Gomes, C. G., et al.	Revista Brasileira de Psicanálise, 51(1).	2017
Pátria, mátria, fátia: construção da geografia emocional.	Melícias, A. B.	Revista Brasileira de Psicanálise, 51(1)	2017

Parentalidade e diversidade cultural.	Moro, M. R.	Revista Brasileira de Psicanálise, 51(2)	2017
Imigração, tempo e esperança.	Delouya, D.	Revista Brasileira de Psicanálise, 51(1)	2017
Sobre a melancolização do exílio.	Indursky, A. C., Oliveira, L. E. P.	Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, 19 (2)	2016
Trabalho psíquico do exílio: o corpo à prova de transição	Indursky, A. C., Conde, B. S.	Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, 18(2)	2015
Impasses no atendimento a assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental.	Knobloch, F.	Psicologia USP, 26(2)	2015
Clínica Intercultural: a escuta da diferença.	Martins-Borges, L., Jibrin, M., Barros, A. F. O.	Contextos Clínicos, 8(2)	2015
Psicoterapia transcultural da migração.	Moro, M. R. (2015)	Psicologia USP, 26 (2).	2015
O outro: análise crítica de discursos sobre migração e gênero.	Mountian, I., Rosa, M. D.	Psicologia USP, 26 (2)	2015
Do relatório ao relato, da alienação ao sujeito: a experiência de uma prática clínica com refugiados em uma instituição de saúde	Saglio- Yatzimirsky, M-C.,	Psicologia USP, 26 (2)	2015
A construção de uma clínica psicanalítica para migrantes.	Carignato, T. T.	REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 21 (40)	2013
Serviço de atendimento psicológico especializado aos imigrantes e refugiados: interface entre o social, a saúde e a clínica.	Martins-Borges, L., Pocreau, J-B.	Estudos de Psicologia (Campinas), 29 (4).	2012